



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



MÔNICA MALCHER PALHETA

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: memórias e historicidades de Anajás
na Escola Professora Prudência Borges de Menezes, Anajás-PA.

ANANINDEUA-PA

2021

MÔNICA MALCHER PALHETA

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: memórias e historicidades de Anajás
na Escola Professora Prudência Borges de Menezes, Anajás - PA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/ Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal do Pará/ Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Orientação: Profa. Dra. Eliane Cristina Lopes Soares.

ANANINDEUA - PA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

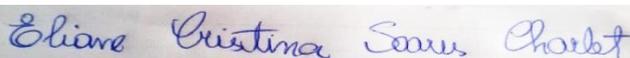
- P153e Palheta, Mônica Malcher.
Ensino de história e história local : memórias e
historicidades de Anajás na Escola Professora Prudência
Borges de Menezes, Anajás-PA / Mônica Malcher Palheta. —
2019.
viii, 101 f. f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^ª. Dra. Eliane Cristina Lopes Soares
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional
em Ensino de História, Ananindeua, 2019.
1. Ensino de História. 2. História local. 3. Memórias.
4. Consciência histórica. I. Título.

CDD 907

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

MONICA MALCHER PALHETA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pela orientadora Profa. Dra. Eliane Cristina Soares Charlet e constituída pelos examinadores Profa. Dra. Elane Cristina Rodrigues Gomes e Profa. Dra. Simeia de Nazaré Lopes reuniu-se no dia 29 de dezembro de 2021, às 18:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação da mestranda **MONICA MALCHER PALHETA** intitulada “ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: MEMÓRIAS E HISTORICIDADES DE ANAJÁS NA ESCOLA PROFESSORA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES, ANAJÁS - PA”. Após explanação da mestranda e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que a mestranda respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que a mestranda construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito **BOM** pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.



Profa. Dra. Eliane Cristina Soares Charlet
Orientadora



Profa. Dra. Elane Cristina Rodrigues Gomes
Membro Externo da Banca / EAUFPA/UFPA



Profa. Dra. Simeia de Nazaré Lopes
Membro da Banca / PPGEH /UFPA

Dedico este trabalho a todas as mulheres, mães, esposas, professoras, personagens que desafiaram o papel feminino tradicional e mudaram a forma de se colocar no mundo. Historiadoras ou não, mas assim como eu fizeram história. Em especial, dedico aos meus filhos, Luciano e João, meus amores. Dedico também aos moradores de Anajás, em especial ao senhor Alfredo Menezes (in memória).

AGRADECIMENTOS

GRATIDÃO...

A DEUS, por permitir essa experiência que me proporcionou evolução espiritual, emocional, moral e profissional, vivenciada com fé, força e coragem. À Maria Mãe Santíssima, que intercedeu por mim para o recebimento desta benção. A toda espiritualidade e seres de luz que me acompanham nessa jornada terrena, e me auxiliaram a sobreviver emocionalmente no percurso deste curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes - responsável pela bolsa de estudos – pelo apoio financeiro que me proporcionou participar deste curso de formação continuada.

Aos coordenadores do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistoria) da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Ananindeua, pois a oferta deste curso propicia a entrada de professores e professoras na pós-graduação stricto sensu, oportunidade rara aos que trabalham pelo interior do Estado.

À Profa. Dra. Eliane Soares, minha orientadora, pela compreensão, paciência e carinho comigo, por não me deixar desistir.

Ao Professor Dr. Raimundo Erundino S. Diniz, por me ajudar nesse caminhar, fazendo-me acreditar que era possível chegar ao final.

Aos professores do mestrado, pelas contribuições valiosíssimas para minha vida profissional.

Aos colegas de curso e amigos de profissão, pelas aprendizagens que juntos construímos e compartilhamos, as quais levaremos conosco nessa história de vidas cruzadas pelo Profhistória. Em especial aos companheiros Ana Maria da Silva Conceição, Cláudia Marcia, Christian Denis (in memória) e Marcos Antônio, todos guardarei com carinho na lembrança.

A minha irmã e amiga Marlecy.

Aos professores, coordenadores e direção da Escola Professora Prudência Borges de Menezes que participaram desta investigação.

Aos estudantes que participaram no desenvolvimento do Projeto e produto desta dissertação.

Aos amigos Alfredo Menezes Filho e Aldomir Ricardo Menezes pela atenção e informações necessárias para composição da Cartilha.

À Secretaria Municipal de Educação do Município de Anajás, que concedeu seis meses de afastamento para realizar os estudos.

Às amigas Mariane Moreira e Prícila Santos, por terem trabalhado nas minhas turmas escolares, quando precisei me ausentar para cursar as disciplinas do Mestrado; e aos demais amigos e colegas de trabalho que me deram suporte em minhas ausências nas atividades escolares.

Ao Professor Rossimar Soares, pela cessão de fotos usadas na composição do produto desta dissertação.

À Profa. Dra. Patrícia Carvalho Cavalcante, por ter se dedicado ao estudo da história social de Anajás, produção importantíssima para referenciar este estudo.

Por fim, registro meus agradecimentos a todos os familiares e amigos que compartilharam e contribuíram, direta ou indiretamente, para realização deste sonho.

A todos, GRATIDÃO.

RESUMO

A presente pesquisa almeja problematizar o ensino de história na escola Professora Prudência Borges de Menezes, situada na cidade de Anajás na ilha de Marajó/PA. Pretende aguçar viabilidades do uso da história local nas aulas de história como instrumento contributivo para o processo de construção do conhecimento histórico escolar. Tem-se como proposta evidenciar a relevância da disciplina História para a produção da consciência histórica a partir da escola, entendida como espaço privilegiado de ensino/aprendizagem e também de produção do conhecimento ao cultivar a compreensão da história local por narrativas e memórias de sujeitos comuns. Para tanto, buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica, a partir de fotografias, análises de documentos normativos e ainda entrevistas com diferentes sujeitos que compõem o espaço escolar. Os dados obtidos nos permitiram analisar as dinâmicas que envolvem a prática da disciplina história. O outro momento desta pesquisa, foi a aplicação de um projeto de oficina de história, intitulado “Cada cartilha uma história: uma proposta de acervo bibliográfico para a história local”, no qual por aulas-oficinas, os estudantes foram instrumentalizados a lidar com pesquisa histórica e fontes orais e, por meio de entrevistas, coletaram informações para a produção de Cartilhas com aspectos didáticos e historiográficas que contribuirão para a compreensão da história local.

Palavras-Chave: Ensino de História; História local; Memória; Consciência histórica.

ABSTRACT

This research aims to problematize the teaching of history at the Professora Prudência Borges de Menezes school, located in the city of Anajás on the island of Marajó/PA. It intends to sharpen the feasibility of using local history in history classes as a contributing instrument to the process of building historical school knowledge. The proposal is to highlight the relevance of the subject History for the production of historical awareness from the school, understood as a privileged space for teaching/learning and also for the production of knowledge by cultivating the understanding of local history through narratives and memories of common subjects. Therefore, it will seek to carry out bibliographical research, photographs, analysis of normative documents and interviews with different subjects that make up the school space. The data obtained will allow us to analyze the dynamics that involve the practice of the history discipline. The other moment of this research will be the application of a history workshop project, entitled "Each booklet is a story: a proposal for a bibliographic collection for local history", in which through classes-workshops, students will be equipped to deal with research historical and oral sources, through interviews to collect information for the production of booklets with didactic and historiographic aspects that contribute to the understanding of local history.

Keywords: History teaching; Local history; Memories; Historical awareness.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	HISTÓRIA LOCAL E SUAS INTERFACES: A HISTÓRIA DE ANAJÁS	57
2.1	Historiografia e História Local de Anajás	26
2.1.1	Anajás e a Economia da Borracha: Nordestinos e Imigrantes nos seringais da Amazônia	31
2.1.2	Narrativas, memórias e historicidades de Anajás	35
3	ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES	43
3.1	O Ambiente Escolar	43
3.2	Educação e Ensino de História	47
3.3	Ensino escolar: problemas e possibilidades	50
4	ABORDAGENS E PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E A ELABORAÇÃO DA CARTILHA TEMÁTICA	65
4.1	O Lugar da História Local na Produção do Conhecimento Histórico	65
4.1.1	História Local: patrimônios, narrativas e esquecimentos	72
4.2	Problemáticas da “história local”	74
4.3	As Oficinas e a Produção da Cartilha Temática	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	100
	APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES ...	102
	APÊNDICE 3 - FICHA DE ENTREVISTA / HISTÓRIA DE VIDA	104
	ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	106
	ANEXO 2 – PROJETO OFICINA DE HISTÓRIA	108

1 INTRODUÇÃO

A importância deste trabalho está em contribuir, levantar e problematizar temas e fontes da História social e outras historicidades da história de Anajás ao propor metodologias e práticas educativas no Ensino de História, voltadas à produção de escrita da história local. Para tanto, propõe-se a realização de oficinas para elaboração de “Cartilhas Temáticas” como produto pedagógico a ser instrumentalizado na escola municipal Professora Prudência Borges de Menezes, localizada no município de Anajás, região do Marajó no Pará. Esta é uma escola de médio porte, edificada em três blocos térreos, contendo entre suas dependências 12 salas de aulas e um ginásio poliesportivo; atende um número considerável de alunos dentre os quais a maioria é beneficiário de programas sociais. Ocupa um espaço de relevância na educação escolar do município por ofertar Ensino fundamental I, Ensino Fundamental II e Educação de Jovens e Adultos.

As evidências preliminares anunciavam o espaço de pesquisa, escola Professora Prudência Borges de Menezes, um certo distanciamento entre o ensino da história local e a produção do conhecimento histórico escolar. Acredita-se que vários fatores contribuem para tal distanciamento, como a ausência de conteúdos na estrutura curricular referentes à história local. Esta constatação levou a outras observações quanto aos porquês dessa ausência, como a falta de orientação pedagógica; a falta de material bibliográfico e didático sobre história regional e local e, ainda, a inexistência de cursos de formação continuada para adequação da prática de sala de aula às novas tendências de ensino da História.

Uma via possível de análise preliminar levantada sobre a ausência de conteúdo ou temas sobre a história de Anajás nas aulas de História e a relação que se dá com a aprendizagem da disciplina se faz sobre o uso do livro didático, uma vez que ainda é comum em muitas escolas pelo interior do Brasil este suporte didático ser o único instrumento norteador do trabalho do professor de História. Da mesma forma que se utiliza de uma proposta curricular que priorize uma História carregada de símbolos e heróis nacionais que homogeneíza a história dos brasileiros, influenciada pela escrita eurocêntrica da História.

Outra hipótese refere ao que Sebastián Plá (2012) chama de lógica binária, estabelecida nas formações que separa (segrega) a pesquisa do ensino, como se esta

última tivesse a única função de publicitar o conhecimento, transformando a escola em mero espaço transmissor de conteúdo, sem considerar a multiplicidade de saberes ali existentes e que a coloca em um patamar de insignificância na produção da escrita da História.

O pensamento de Plá (2012) ajudou a elaborar a hipótese principal aqui levantada de que a História como conhecimento científico constitui um conjunto de significados que a docência articula para tornar o conhecimento histórico compreensível, com saberes variados que, segundo ele, são importantes para a compreensão da relação entre História (passado) e Práxis (presente), como elementos centrais da consciência histórica.

A motivação para aproximações ao tema se intensificou a partir da IV Conferência Municipal de Educação em Anajás, em 2018. Neste evento, o professor Agenor Sarraf Pacheco¹ discutiu o tema Educação Intercultural e Decolonial no Marajó. Durante a palestra, o mesmo afirmou que os professores de História, do Ensino Fundamental, não ensinavam conteúdos sobre a história local e regional², e que ao ensinarem somente a história eurocentrada deixavam os alunos alheios à realidade na qual viviam.

As críticas de Pacheco me levaram a refletir sobre a prática docente e o ensino de História na instituição na qual trabalho, a escola Professora Prudência Borges de Menezes. No entanto, minha preocupação com a educação do município de Anajás já existira bem antes do questionamento suscitado na Conferência de Educação, em 2018. Na graduação em História (2007), encontrei os instrumentos possíveis de serem utilizados para registrar as dinâmicas e vivências dos moradores da cidade dos tempos idos, que me levariam à escrita da história de Anajás. Porém, ao adentrar na pesquisa histórica, percebi como seria difícil conhecer o passado anajaense, sem

¹ Discute teoricamente Estudos Culturais, Pensamento Pós-Colonial e Decolonial nas interfaces com os campos da História e da Antropologia. Atua especialmente nos temas: Cidade-Floresta, Amazônia Marajoara, Afro indigenismo, Religião/Religiosidade, Patrimônio, Memória, História Oral, Cartografia, Etnobiografia. No livro *À margem dos "marajós": cotidiano, memórias e imagens da "Cidade-Floresta" – Melgaço-PA*, Agenor revela em muitas narrativas as experiências sociais dos moradores da cidade de Melgaço, trazendo aos leitores parte do cotidiano de uma cidade-floresta. Obra significativamente inspiradora para adentrar na história de Anajás, inserindo-a nesse contexto histórico amazônico. Informações coletadas do Lattes em 15/06/2019

² Considerada como uma nova tendência da historiografia moderna que abordaria o "pequeno espaço". Ao examinar os micro-espacos, permite que o estudo de diversos lugares e todos os sujeitos sociais sejam de forma cultural, política, econômica nas dimensões nacional, regional e local. (BARROS, 2006; GOUBERT, 2008).

encontrar registros historiográficos que pudessem dar suporte científico à escrita da história que pretendia desenvolver.

É comum que cidades se tornem objeto de estudos historiográficos, entretanto, trazer à tona a história de cidades pequenas como Anajás não é tarefa fácil, uma vez que a inexistência de arquivos públicos e de políticas de preservação da memória histórica do lugar são fatos que dificultam a realização de trabalhos de pesquisa que pretendem utilizar-se de documentos escritos. Infelizmente, ao buscar os “fios da história” de Anajás, deparei-me com essa realidade de “ausência de registros da história”, então percebi o quanto se fazia necessário tirar Anajás do esquecimento, motivo que hoje justifica a realização do presente trabalho.

Entendeu-se que o processo de construção do conhecimento histórico escolar da escola Professora Prudência Borges de Menezes se insere em circunstâncias sociais marcadas pela aparente ausência de registros da história local e por sua vez motivam práticas do ensino de História e ações educativas para tentar atenuar estas lacunas historiográficas e metodológicas. Dessa forma, espera-se que os alunos em contato com os temas e fontes históricas sobre a cidade de Anajás cultivem um maior nível de reflexão crítica sobre a importância do conhecimento histórico da sociedade em que vivem.

Essas problemáticas nos levam à reflexão sobre como se dá o ensino de História na escola Professora Prudência, uma vez que se observou, de modo preliminar, um distanciamento entre o ensino de História e a história local, visto que aquele não é exigido nas aulas de História deste espaço escolar. Assim, tornou-se o ponto inicial de nossas inquietações, ou seja, a problemática: Como a produção do conhecimento histórico escolar e o ensino da história local como fatores que contribuem para a aprendizagem educacional escolar, com o uso de temas do cotidiano dos alunos nas aulas de História contribuem para a produção da consciência histórica, fundamental para o discente/sujeito histórico situar-se no tempo, no espaço e nas dinâmicas sociais em que vive?

Para responder à problemática acima, procuramos identificar como o ensino da história local está presente (currículo/aulas) no processo de ensino/aprendizagem da disciplina História na escola Professora Prudência de Menezes. Por conseguinte, traçamos como objetivos deste trabalho visibilizar na comunidade educativa, o ensino de história Local como proposta para a aprendizagem histórica e o desenvolvimento da consciência histórica; como medida de intervenção, realizar oficinas voltadas para

sistematização de fontes (memórias e narrativas) relacionadas à história local envolvendo discentes, docentes e sujeitos da comunidade local no processo de ensino/aprendizagem da disciplina História; e, por fim, elaborar uma coletânea de cartilhas que contribuam para valorizar o ensino da história local e desenvolver a consciência histórica dos sujeitos.

Neste estudo, os objetivos foram alcançados por meio de pesquisa bibliográfica, estruturando o quadro teórico com autores que trabalham com temas relacionados principalmente com as temáticas de história local, ensino de História, história oral e consciência histórica. A pesquisa bibliográfica também se deu no âmbito da historiografia regional, textos que dissertam sobre histórias das cidades e populações marajoaras. Na pesquisa documental encontramos compreensão na Resolução Nº 001 de 11 de maio de 2011, sobre a regulamentação e a consolidação das normas municipais aplicáveis à educação; no Regimento Interno da escola Professora Prudência, em vigor desde 25 de março de 2019; no Projeto Pedagógico da escola; na Proposta Curricular da Rede Estadual de Educação do Estado do Pará, o Documento Curricular que organiza o Ensino Fundamental.

Para aprofundar o entendimento acerca do distanciamento entre o ensino da história local e a produção do conhecimento histórico escolar, foram coletados dados com professores de História das turmas do 6º ao 9º ano e com professores das turmas de 5º ano, por meio de relatório de entrevista.

Como elemento complementar, foi produzida uma cartilha temática para o ensino de História. O material de cunho histórico e didático fora produzido por meio de oficinas de pesquisa histórica com uso da história oral, com os alunos de uma turma do 9º ano. No desenvolvimento desta atividade os alunos entrevistaram o senhor Aldomir Ricardo Borges de Menezes, professor desta escola e filho da personalidade que dera nome a esta instituição de ensino. A entrevista fora direcionada por meio de relatório de entrevista com perguntas relacionadas à professora Prudência Borges de Menezes.

Portanto, o estudo da história local é a proposta de ensino de História defendida neste trabalho. Os argumentos presentes neste texto contemplam as justificativas para a introdução da história local nas aulas de História da escola Professora Prudência Borges de Menezes.

É importante frisar que as Diretrizes Curriculares para o ensino de História (PCN: HISTÓRIA - Parâmetros Curriculares Nacionais de História ou BNCC – Base Nacional Comum Curricular) favoreceram a entrada da história local na construção do conhecimento histórico escolar. De acordo com TOLEDO (2010), o estudo da história local como ferramenta para a aprendizagem histórica, como é entendido pelos PCNs, deve ser realizado por meio da construção da história do lugar, e está inserido no contexto das mudanças historiográficas ocorridas em termos teóricos e metodológicos, sendo uma perspectiva importante para romper com a história tradicional. Conforme TOLEDO,

É possível afirmar que a história local se redefine no contexto das mudanças historiográficas, as quais trazem para a cena novas temporalidades, o interesse pelo cotidiano e por outros sujeitos históricos decorrentes também da atual aproximação e fértil diálogo da história com a antropologia e a geografia como áreas do conhecimento. (TOLEDO, 2010, p. 750).

Para exemplificar o uso de referências das bases legais que fundamentam o ensino de História, a autora utilizou-se do trecho abaixo,

O ensino de História proposto pelos PCNs para o 1º e 2º ciclos – Ensino Fundamental- está organizado a partir da ideia de que “conhecer as muitas histórias de outros tempos, relacionados ao espaço em que vivem, e de outros espaços, possibilita aos alunos compreenderem a si mesmo e a vida coletiva de que fazem parte” (TOLEDO, 2010, p. 744).

Propondo a reorganização do ensino, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) implementou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que entrou em vigor em 2019 para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. Para adequação dos currículos escolares ao Sistema de Educação Nacional, os entes federados criaram seus próprios documentos curriculares, vigentes em suas redes de ensino.

Na Proposta Curricular da Rede Estadual de Educação do Estado do Pará, o Documento Curricular que organiza o Ensino Fundamental apresenta a concepção de organização de conhecimento, a partir de eixos estruturantes que geram subeixos e definem objetivos de aprendizagem que se correlacionam com as habilidades propostas pela BNCC.

A área de Ciências Humanas engloba os componentes curriculares História, Geografia e Estudos Amazônicos. No componente de Estudos Amazônicos, a abordagem tem como lócus o espaço amazônico e todo o universo de relações que ali se estabelecem. Nos pressupostos dessa abordagem curricular, a partir da Amazônia, estão as múltiplas possibilidades de conexão do local, com o regional e o global

O componente curricular de Estudos Amazônicos compõe a parte diversificada do Documento Curricular do Estado do Pará a partir da Resolução nº 630/97 (BARROS, 2016), sendo ofertada apenas para o Ensino Fundamental II (anos finais), tornando-se obrigatória a partir de 1999.

Este componente acompanha as DCNGEB (BRASIL, 2013) quando estabelece que as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da história, do meio ambiente e da economia precisam estar presentes neste Currículo,

A construção do componente curricular Estudos Amazônicos teve ainda como base as habilidades de Geografia e História do Ensino Fundamental Anos Finais da BNCC, isso porque propõem objetivos e até objetos de conhecimento acerca das características histórico/geográficas da região. (PARÁ, 2019, p. 342)

Portanto, os dispositivos legais para a educação confirmam a possibilidade de a História local ser utilizada como estratégia para o ensino/aprendizagem de História no Ensino Fundamental, reforçando a ideia de que o conhecimento histórico local potencializa a produção do conhecimento histórico escolar e facilita a aprendizagem histórica.

Este estudo se alinha à concepção de que a escrita da História se dá por meio de um princípio investigativo sobre as evidências do passado preservadas no presente; nesse sentido, a história local pode ser escrita com informações coletadas por meio de entrevistas e depoimentos dos atores locais. Para esta estratégia, utilizamos as oficinas para instrumentalização e coleta de dados. Nesse sentido, fez-se uso da história oral para acionar a memória e por meio das trajetórias de vidas individuais alcançar os níveis regionais e globais da história.

De acordo com os Documentos Curriculares acima observados, é possível inserir o ensino de história Local no currículo das escolas brasileiras. Para identificar se essas recomendações estão presentes na proposta curricular da escola Professora Prudência Borges de Menezes, o cotidiano escolar foi investigado. Pois, para a introdução da proposta metodológica com a qual pretendemos trabalhar, foi preciso conhecer os elementos que subsidiam a prática da disciplina História, e assim

identificar os fatores que facilitam ou dificultam o uso de temáticas locais nas aulas de História.

Nesse caminhar investigativo do cotidiano escolar³, identificamos que há vários fatores ligados ao uso e não uso de temáticas locais nas aulas de História, bem como, faltam elementos importantes para subsidiar as aulas de história local nesta instituição escolar.

Um estudo bibliográfico, realizado por Viana e Cortelazzo nos serviu de base historiográfica para aprofundamento teórico e metodológico sobre uma diversidade de questões-problemas que envolvem a história da educação e o ensino de História. Para dar compreensão acerca da cultura escolar, as autoras apresentam os entendimentos sobre o conceito construído com base nos estudos de renomados pesquisadores da área da Cultura, Cultura Histórica, Educação e da História, entre eles Viñao Frago (2000, p.100), do qual as autoras extraem o entendimento de que

A compreensão da cultura escolar passa pela análise dos modos de pensar e de fazer dos agentes escolares. Desse modo, os discursos, as linguagens, os processos comunicacionais presentes no cotidiano escolar constituem aspectos essenciais de sua cultura, contribuindo para a compreensão dos seus significados (VIANA e CORTELAZZO, 2009, p. 52-53).

A partir dessas leituras, entendemos que para compreensão das relações que se estabelecem entre as vivências do educando com o ensino de História, torna-se importante desconstruir e questionar o cotidiano escolar para que se possa identificar com profundidade os elementos que constituem este ambiente, e assim perceber as características peculiares da cultura escolar de uma determinada instituição de ensino, buscando encontrar os indícios (CAIMI, 2006) que dificultam o ensino e a aprendizagem da história na escolarização básica.

Na escola Professora Prudência Borges de Menezes, alguns desses indícios aparecem, como o não cumprimento dos dias letivos; a falta de material didático como livro e textos apostilados para exercício da leitura; e ainda, a ideia de que aprender História é decorar datas, acontecimentos e nomes através do conhecimento sobre o passado, transmitidos através de narrativas cronológicas lineares.

³ Uma compreensão sobre esse tema pode se dar no artigo produzido por Viana e Cortelazzo (2009), no qual elas apresentam como e quando a cultura escolar como objeto de pesquisa começou a interessar aos investigadores da área da educação, aproximando essa área do conhecimento ao campo da História, especialmente da História Cultural.

Neste contexto, algumas reflexões acerca do exercício da disciplina História foram feitas, baseadas na argumentação que Peter Lee (2016) desenvolveu em um artigo denominado Literacia histórica e história transformativa⁴.

Peter Lee (2016), compreende a História como uma maneira de ver o mundo, que possibilita transformações na forma como os indivíduos se posicionam na sociedade em que vivem. Entretanto, é preciso encarar o desafio de descaracterizar o saber histórico como um simples conjunto de conhecimento sobre o passado, bem como tentar romper com os usos indevidos do conhecimento histórico que atendem àqueles que pretendem a reprodução de comportamentos mecanizados, que adequam o passado à conveniência do presente, o que para o autor torna a educação histórica e a própria história vulneráveis a determinado interesse público.

Todavia, refletir sobre a historicidade do presente requer uma visitação ao passado, não com um simples ato de rememoração, mas como um deslocamento da realidade. Lee provoca a inquietação de que é preciso sair da dicotomia da reprodução de metodologia de trabalho que valoriza apenas os conteúdos substantivos, realizando o que muitos chamam de transposição didática, para fazer da História uma forma de reorientação e transformação das realidades históricas das quais os alunos fazem parte.

Pensando pelo viés da transformação, o trabalho que realizamos na escola Professora Prudência Borges de Menezes, no município de Anajás, seguiu nessa perspectiva de história transformativa, relacionando o ensino da história local com o conhecimento construído pelo aluno. A ideia é que, ao inserir os alunos na construção da escrita da história da localidade a que pertencem, fomentar-se-á a consciência e a capacidade destes de lidar com o tempo e com os processos históricos de forma crítica. Desse modo, a Literacia histórica estará presente nos processos de aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, no primeiro capítulo apresentamos uma discussão teórica acerca dos aspectos históricos que subsidiam os eixos temáticos para a construção de cartilhas sobre a história de Anajás. O segundo capítulo, dispõe sobre o *locus* da pesquisa com os debates que envolvem as diretrizes para o ensino de história local e

⁴ Lee discute os usos da função da História na educação e sua importância como forma de ver o mundo, salientando a natureza transformativa da História, porque sem qualquer questionamento de que a História modifica nossa visão sobre o presente e o futuro, o conhecimento do passado é considerado como sendo o acúmulo de fatos ou histórias que estão necessariamente confinados a esse passado e, portanto, são irrelevantes para qualquer situação no presente.

algumas observações quanto à prática do ensino de História. O terceiro capítulo trata das abordagens teórico-metodológicas que orientam este trabalho, com enfoque no ensino de História e na realização de oficinas para a produção de cartilhas temáticas enquanto estratégias metodológicas para trabalhar a história local como proposta para a aprendizagem histórica.

A introdução do conhecimento histórico no espaço escolar, por meio de experiências vividas por pessoas comuns, tornou-se possível graças às novas abordagens do pensamento historiográfico advindos da Nova História e da Nova História Cultural⁵. Nestas novas perspectivas historiográficas, encontramos suportes teóricos-metodológicos fundamentais para este estudo, destacando os conceitos de história local, história oral, patrimônio material, ensino de História e consciência histórica.

Oliveira (2008) em um artigo sobre educação, memória e histórias de vida afirma que “a história oral recupera aspectos individuais de cada sujeito, mas ao mesmo tempo ativa uma memória coletiva, pois, à medida que cada indivíduo conta sua história, esta se mostra envolta em um contexto sócio-histórico que deve ser considerado. (OLIVEIRA, 2008, p.94).

Essa proposta não visa necessariamente somente o conhecimento do passado de Anajás, mas contribuir com a compreensão sobre as ações e transformações que

⁵ Com o movimento dos Annales, sob a liderança de Lucien Febvre e Marc Bloch, a Nova História Cultural surgiu permitindo aos historiadores estabelecerem uma nova visão do homem no tempo e novas possibilidades de se fazer História, rompendo com a linearidade e a superficialidade que promovia uma padronização dos estudos históricos, ao possibilitar o diálogo com outras ciências, como a psicologia, a antropologia, a sociologia e a geografia. Considerados a primeira geração, por serem fundadores e editores da Revista dos Annales, Lucien Febvre e Marc Bloch assumiram uma abordagem nova e interdisciplinar da História, fazendo desta revista uma liderança nos campos da história social e econômica. Assim, a chamada Nova História ou História Cultural promoveu uma renovação nos estudos historiográficos ao romper com os paradigmas, estabelecendo novas fontes e novas formas de interpretar os documentos históricos para a construção de uma História mais abrangente e totalizante. Na segunda geração, o destaque é para Fernand Braudel, autor de *Mediterrâneo*, livro no qual o autor apresenta as transformações nas noções de tempo e espaço na História. Considerada obra prima pelo fato de o autor explorar o papel do meio ambiente ao estudar o Mediterrâneo e a manifestação do mar na vida das pessoas, estudo denominado por ele de “geohistória”. Na terceira geração dos Annales, surgiram para o mundo pesquisadores e historiadores como Jacques Le Goff, Roger Chartier, Michel De Certeau, Emmanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro, o filósofo Michel Foucault entre tantos outros. Nesta geração, emergiram pesquisas mais focadas, objetivas e com temas abordados com maior profundidade, em que fontes até então consideradas pouco confiáveis e científicas passaram a constituir indícios para a reconstrução de um passado que valoriza os sujeitos “esquecidos” da História, como as crianças, as mulheres e as camadas populares. Na terceira geração dos Annales, os estudos do francês Roger Chartier foram destacados, principalmente o conceito de apropriação e de representação. A partir da fundação da revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, por Lucien Febvre e Marc Bloch, alargaram-se os objetos, as fontes e as abordagens tradicionalmente utilizados nas pesquisas historiográficas, ampliando as abordagens históricas para os aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade.

se desenvolvem e se estabelecem neste espaço no decorrer do tempo por meio da observação do cotidiano. “A história do cotidiano, além da história social, está intimamente ligada à história cultural”. (BITENCOURT, 2005, p. 166); desta forma, pensamos que nos ambientes de convivências sociais da comunidade na qual os alunos fazem parte, dão-se as experiências individuais que compõem a história coletiva.

Esta reflexão sobre o estudo do cotidiano legitima a importância deste trabalho para a sociedade anajaense, uma vez que contribuirá com o conhecimento sobre suas historicidades. Segundo Bitencourt (2006)

Os autores que se ocupam da história do cotidiano, mesmo com posturas diversas em seus fundamentos teóricos, buscam recuperar as relações mais complexas entre os diversos grupos sociais, estabelecendo conexões entre conflitos diários que se inserem em uma forma de política contestatória, e identificam as lutas de resistências a mudanças, o apego a tradições. (BITENCOURT, 2006, p. 167)

Considerando essas perspectivas, a história do município de Anajás pode ser escrita fundamentada na história oral⁶, onde encontrando suportes nas narrativas que dão conta de acontecimentos passados vivenciados em diversos espaços da cidade e que, de certa forma, podem ser acessados por meio dos vestígios materializados em fotografias, documentos escritos oficiais e não oficiais, construções, objetos de uso domésticos, entre outros. Há inúmeras possibilidades de conhecer o passado a partir de elementos da memória que fazem parte do cotidiano dos alunos, assim como é possível, a partir do cotidiano do presente, compreender outras realidades do passado observando a história que há na materialidade das coisas, pois é plausível interpretar a História pela leitura dos objetos (RAMOS, 2004)⁷. Afinal, conhecer a história dos objetos é adentrar na esfera do cotidiano das sociedades, identificando aspectos singulares de sua identidade.

O ensino da história local possibilitará olhares mais atentos e apurados sobre as mudanças e permanências que ocorrem no cotidiano da cidade e de seus moradores. Para Bitencourt “o cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar pelas possibilidades que oferece de visualizar as transformações possíveis realizadas por homens comuns (BITENCOURT, 2005, p. 168). Através da memória

⁶ Sobre história oral como metodologia de pesquisa ver Oliveira, 2005 e Samuel, 1990.

⁷ A proposta de Ramos (2004) para pensar o ensino a partir do museu é perfeitamente encaixável para compreender esta proposta metodológica do uso da história local no ensino de História, uma vez que se pretende a produção de cartilhas que contenham a história anajaense, a partir de elementos (objetos) do cotidiano dos alunos.

de outras gerações, a história é relembrada, dando sentido ao cotidiano do momento em que os estudantes estão vivenciando.

O estudo do cotidiano se constituirá como estratégia pedagógica, com a elaboração de “cartilhas temáticas”, como produto final desta Dissertação, a fim de que cultivem a proposta de contribuir com a produção da historiografia local e possibilitem maior compreensão sobre a história local a serem utilizadas e produzidas, a partir de diversos temas ligados ao cotidiano dos alunos, tais como patrimônio, trabalho, religiosidades, cultura, entre outros. Quanto a isso, Circe Bitencourt (2005, p. 168) afirma que

A história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, comunidade, trabalho e lazer – e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente (BITENCOURT, 2005, p. 168).

Em se tratando de espaços de convivência citado por Bitencourt (2005), consideramos importante questionar algumas situações que permeiam o ambiente escolar; nesse sentido, realizamos um estudo baseado na cultura escolar, no intuito de entender a importância que a História tem para a sociedade, na compreensão dos sujeitos que compõem esse espaço.

Com o estudo da cultura local, o aluno se apropria de um conjunto de saberes que Rüsen chama de “cultura histórica”, que potencializa o conhecimento histórico produzido na escola, destacando a importância desta instituição como espaço de produção do conhecimento.

Ao abordar temas sobre cultura, a escola direciona o conhecimento escolar para a valorização da cultura material e, conseqüentemente, da identidade local. Sobre esse debate relacionado à valorização da identidade a partir da diversidade, Gontijo (2003) informa que ele está previsto nos PCNs por meio do tema transversal pluralidade cultural, o que implicaria na obrigatoriedade de se trabalhar assuntos relacionados ao tema multiculturalismo nas escolas do Brasil. Entendemos que somente por meio da história local, é possível conhecer as particularidades que compõem as identidades multiculturais das sociedades brasileiras.

Em se tratando do espaço escolar aqui observado, esperamos que, com o ensino da história local, possa se desenvolver um processo de identificação dos indivíduos com o patrimônio material e imaterial da comunidade, tornando-o representativo para toda sociedade, uma vez que “as marcas da atividade humana no

passado estão em praticamente todos os lugares, sejam urbanos ou rurais, industriais ou agrícolas” (PINTO, 2017, p. 206), e somente um olhar apurado para essas marcas poderá apresentar as singularidades locais.

Helena Pinto, indicou possíveis caminhos a serem investigados no processo de ensino de História na Escola Professora Prudência e, de forma mais específica, contribuiu para evidenciar a relação entre patrimônio e o ensino da história local. Neste sentido, o ensino da história local não diz respeito somente ao conhecimento do passado, mas sobretudo ao entendimento do presente, dos diferentes contextos que envolvem as sociedades deste tempo. Segundo a autora, estes estudos “possibilitam novas formas de abordagem educativa relacionadas com a utilização do patrimônio como evidência histórica, contribuindo para o desenvolvimento da consciência histórica e patrimonial” (PINTO, 2017, p. 205); para tanto, a escola deverá dispor de estratégia pedagógica que permita um estudo do passado por meio do conhecimento do patrimônio histórico local.

Entende-se que o patrimônio servirá como fonte para compreensão da realidade social, o que pressupõe a construção da consciência histórica, pois é esta que permite ao aluno se perceber em um ambiente social, compreendendo que suas ações são importantes nas relações sociais dos diferentes grupos por onde transita. O ser humano tem que interpretar seu mundo e a si mesmo para poder viver nele e consigo mesmo (PINTO, 2017, p. 208); analisar as situações do cotidiano possibilita ao aluno entender que a história do lugar onde vive é possível ser conhecida não só em sala de aula, mas também em espaços não-formais de aprendizagem.

Nesse sentido, o conhecimento histórico é construído por pessoas do tempo presente e tem a função de orientar o indivíduo em diversas temporalidades, isso faz do ensino da História, indispensável para o reconhecimento da identidade local. A História, ao dedicar-se às questões locais, regionais, nacionais e mundiais, recupera as diferenças e semelhanças entre culturas, as mudanças e permanências no modo de viver, de pensar, de fazer e as heranças legadas por gerações. (GONTIJO, p. 67, 2003). Consideramos, com isso, que a história local não diz respeito apenas a ambientes e espaços definidos, e não se dá de forma isolada, esta é sim parte integrante de contextos mais amplos e complexos da história do mundo.

É possível produzir conhecimento histórico a partir da observação do local, contudo, é preciso considerar o nível de desenvolvimento do pensamento histórico

com os quais os alunos percebem suas realidades temporais e espaciais, personificados nos elementos da cultura material e imaterial presentes no seu dia-a-dia. Assim, é possível, que o diálogo entre passado e presente se faça através da abordagem dos elementos patrimoniais pertencentes à cultura local.

Metodologicamente, isso poderá ser feito com o uso de documentos nas aulas da disciplina História, como Bittencourt (2018) aponta: “os documentos também são materiais mais atrativos e estimulantes para os alunos e estão associados aos métodos ativos ou ao construtivismo, conforme as justificativas de algumas propostas curriculares” (BITTENCOURT, 2018). Dessa forma, compreendemos que a inserção da história local em sala de aula, a partir de objetos do cotidiano (documentos), é uma metodologia que favorece a aproximação do aluno com a realidade histórica mais próxima de si.

Estudos apontam que devido ao seu potencial educativo, tem sido cada vez mais frequente o uso de documentos em diversas disciplinas escolares; sendo parte da cultura material de um povo, esses documentos são portadores de variadas informações dos diferentes aspectos da vida em sociedade, produzidos ao longo do tempo. Vale lembrar que o uso de documentos escritos e/ou não escritos em sala de aula corresponde a uma proposta pedagógica complexa que requer que estes documentos se transformem em recurso metodológico capaz de ser significativo no processo de ensino-aprendizagem. Cainelli (2006)⁸, no artigo Educação Histórica: Perspectivas de Aprendizagem da História no Ensino Fundamental, apresenta reflexões acerca de um projeto de pesquisa em que utilizou um determinado objeto do passado (no caso específico uma máquina de cortar macarrão) para suscitar reflexões na aula de História.

Independentemente do tipo de documento e do seu uso pedagógico, a preocupação dos especialistas da área educacional é com o aspecto cognitivo, ou melhor, com o desenvolvimento intelectual que estes favorecem aos alunos. Como recurso didático, os documentos poderão ser usados em qualquer situação pedagógica dentro ou fora de sala de aula, conforme os objetivos propostos pelo

⁸ Projeto de pesquisa que CAINELLI (2006) realizou para investigar estratégia de aprendizagem em história relacionado ao nível de abstração de acordo com a idade dos alunos. A autora expõe que uma das dificuldades seria pensar metodologias para o ensino de História para os alunos dessa faixa etária, e identificar se as crianças nas primeiras séries de alfabetização aprenderem ou não os conteúdos da disciplina.

professor, que deverá ter o cuidado na escolha destes para que não se torne obstáculos na compreensão dos conhecimentos.

É essa prática de ensino que utilizamos na execução deste projeto que visa contribuir com a escrita da história do município de Anajás. De maneira nenhuma se pretende que o aluno se transforme em “pequeno historiador”, pois a finalidade é fazer com que ele entre em contato com a fonte histórica para conhecimento de uma dada realidade histórica.

Importante aqui destacar que as fontes históricas têm uma importante conexão com a oralidade, pois no processo de interpretação dessas fontes que é quase sempre comparativo, recorre-se às memórias descritas em narrativas muito particulares ao interesse do sujeito, situação que chama atenção para o cuidado do trabalho tanto do historiador quanto do professor, uma vez que é preciso observar os momentos em que as fontes materiais e orais se cruzam. Sobre fontes históricas, Samuel (1990), explica que

A evidência oral pode também ser crucial para a compreensão do pano de fundo. Ela pode nos dar contextos novos que os documentos, por si mesmos, apesar de muito trabalhos, não fornecem. [...] Fontes como estas somente podem adquirir vida quando há pessoas para explicar, para comentar e elaborar sobre elas, quando há outros tipos de informação que se comparam com elas e um contexto de costumes e práticas nas quais eles podem ser postos. A evidência oral pode também ajudar a trazer os resíduos da cultura material (SAMUEL, 1990, p. 231).

A narrativa oral somente se tornou importante para analisar os aspectos da vida em sociedade, a partir da crise de paradigma, decorrente de problemas epistemológicos e de regras metodológicas, pela qual passou as ciências humanas, fato que favoreceu redimensionar a produção historiográfica, uma vez que permitiu o estabelecimento de novas fontes, novas técnicas e uso de novos espaços, incluindo novos temas como os que estão ligados às vivências de pequenas cidades como Anajás, onde está situado o objeto desta pesquisa, de acordo com que nos afirma Lima (2014):

As mudanças na pesquisa histórica alcançaram também as investigações no campo do ensino de História, de maneira geral, passaram a se preocupar em contribuir para superação da história elitista, e, por isso mesmo, procurado construir uma reflexão sobre os fundamentos de um ensino de História renovado, investigando não só novos sujeitos, mas a história ensinada e aprendida no interior das escolas, assim como também os usos sociais do passado e as aprendizagens que se dão para além dos muros dessa instituição. (LIMA, 2014, p. 52).

Pierre Goubert — considerado um dos grandes nomes da História Local, vista como nova tendência, preocupara-se com o estabelecimento de novos tipos de questões históricas, ao realizar exames minuciosos de uma região em um grande período de tempo e mostra ser possível realizar uma microanálise com grande amplitude, o que nos permite pensar Anajás sob vários aspectos referentes à história social, política, econômica e cultural, identificando as permanências e continuidades ocorridas em seus diferentes espaço.

Entretanto, para a utilização da história local nas aulas de História, é preciso pensar sobre os paradigmas que dominam a educação no Brasil, da matriz que vem o conhecimento pedagógico que colocamos em prática na sala de aula e as características que o ensino da disciplina História adquiriu no contexto da educação, em nível nacional.

Nesse sentido, é preciso e possível (re)pensar um ensino que decolonize as práticas pedagógicas dominantes; nessa perspectiva, pretende-se uma metodologia que conecte o ensino de História (saber histórico) com a história local (do passado e do presente) adentrando na esfera da consciência histórica, visto que o papel social do ensino da História está para além da sala de aula. Todavia faz-se necessário associar a História como conhecimento científico e sua utilização na vida prática, ou seja, a História é fundamental para que os indivíduos adquiram uma consciência histórica sobre a realidade que o cercam.

Sobre consciência histórica, utilizaremos o conceito presente no pensamento de Jörn Rüsen⁹ (2007) Para o autor, a consciência histórica está disseminada no meio social, associada ao aprendizado histórico entendido como, “um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem” (RÜSEN, 2010:43). O conceito de Rüsen, fundamenta nossa ideia da importância das experiências vivenciadas pelos alunos fora do ambiente escolar, utilizando-as na prática para o aprendizado histórico, importante para o convívio social.

Entretanto, é importante ressaltar que para Rüsen, o conceito de consciência história passa pelo processo que ele denomina “formação”, em que se encontram ciência histórica e práxis social, pois é neste processo que se desenvolvem as

⁹ Jörn Rüsen é um historiador e filósofo alemão. Os seus textos e investigações abrangem, sobretudo, os campos da teoria e metodologia da História, da História da historiografia e da metodologia do ensino de História.

competências, para interpretar a realidade social. Para tanto, o professor precisará usar de estratégias¹⁰ para fazer com que o aluno se aproprie, do ponto de vista prático, do conhecimento histórico. Sobre a formação, Rüsen (2007), explica

Formação é um modo de recepcionar esse saber, de lidar com ele, de tomar posição quanto a ele, de utilizá-lo. Trata de uma utilização que não está necessariamente restrita à profissionalização, ao “mundo dos especialistas” dos historiadores. Ela é uma característica de todos os que desejam ou precisam efetivar sua compreensão do mundo e de si, na orientação da vida prática, em determinado nível cognitivo. (RÜSEN, 2007, p. 101)

No processo de “formação”, o conhecimento científico e a cultura histórica se interligam na construção da consciência do indivíduo. Rüsen, define cultura histórica como o “campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática”. (RÜSEN, 2007). Neste sentido, é a consciência histórica que articula a realidade do presente às experiências do passado, portanto, com base nesta concepção, o conceito de cultura histórica¹¹ fundamenta o processo de compreensão sobre o passado de uma determinada sociedade, considerando que para Rüsen (2007)

A cultura histórica nada mais é, de início, do que o campo da interpretação do mundo e de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição do sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana. É nesse campo que os sujeitos agentes e padecentes logram orientar-se em meio às mudanças temporais de si próprios e de seu mundo. (RÜSEN, 2007, p. 121).

Acreditamos que a experiência com a história local, dado o processo de interpretação do tempo e rememoração histórica, permitirá aos sujeitos a partir de suas práticas sociais, interpretar de forma mais consciente as narrativas históricas que constituem a história da sua sociedade.

¹⁰Rüsen trata como sendo a “didática” que resulta na produção do conhecimento que o professor utiliza para propiciar a compreensão de uma realidade. O processo de transformação da informação inteligível, que se torne compreensível para a sociedade pressupõe o uso de uma didática específica. No que tange ao conhecimento histórico, a História tem uma didática própria na sua construção.

¹¹O estudo da cultura histórica investiga a produção da experiência histórica na sociedade e, como as comunidades, formam sua visão sobre o passado. A cultura histórica não trata apenas da historiografia e a literatura histórica formal, mas também das diferentes narrativas sobre história nas sociedades: filmes, documentários, séries, da cultura oral, da arte, dos discursos políticos, entre outros tantos.

2 HISTÓRIA LOCAL E SUAS INTERFACES: A HISTÓRIA DE ANAJÁS

Este capítulo tem o objetivo de conectar os saberes históricos-historiográficos às narrativas que articulam os vestígios do passado com aspectos do cotidiano da realidade social do tempo presente do espaço vivido anajaense. Os contextos históricos presentes nas historiografias de Salles (2005), Pacheco (2016) e Cavalcante (2019) estabelecem relações entre a história local de Anajás articulados aos processos históricos gerais da História da Amazônia.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de História permitem a introdução de uma história do cotidiano ou local nas propostas curriculares das escolas no Brasil, sobretudo com a educação patrimonial no ensino de História como ferramenta para compreensão de diversas historicidades. A educação patrimonial enfatiza o conhecimento e a valorização do patrimônio histórico cultural da cidade, levando em consideração a memória apresentada pelos sujeitos locais, expressadas pelos mais velhos, ao recuperarem memórias locais relativas a construções, monumentos, e outros fatores que identificam o lugar aonde se vive.

Como já mencionado, as Diretrizes Curriculares para o ensino de História que constam no Plano Curricular Nacional (PNC) ou na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) favoreceram a entrada da história local na construção do conhecimento histórico escolar. De acordo com Toledo (2010), o estudo da história local como ferramenta para a aprendizagem histórica, como é entendido pelos PCNs, deve ser realizado por meio da construção da história do lugar, e está inserido no contexto das mudanças historiográficas ocorridas em termos teóricos e metodológicos, sendo uma perspectiva importante para romper com a história tradicional.

Conhecer aspectos da história de Anajás e seus sujeitos é o ponto de partida para inserção do aluno na reflexão sobre consciência histórica. Desse modo, o estudo da história local implica conhecer as historicidades e práticas socioculturais construídas ao longo do tempo que permitirão ao educando construir opinião sobre sua identidade local, compreendendo-se como sujeito da História.

A História Local rastreada em Salles (2005), Pacheco (2016) e Cavalcante (2019) de temáticas relativas à Ancianidade indígena e africana, migrações e patrimônio histórico serão pontos de partida para a produção de conhecimentos sobre o passado anajaense investigado a partir de outras historicidades.

Esta pesquisa se alinha à concepção de que a escrita da História se dá por meio de um princípio investigativo sobre as evidências do passado recuperadas no presente. Neste sentido, a história local pode ser escrita com informações coletadas por meio de entrevistas e narrativas de sujeitos locais. Esta estratégia será utilizada nas oficinas para a coleta de dados. Desse modo, faz-se uso da história oral para acionar a memória, a partir das trajetórias de vidas individuais.

A intenção neste estudo é fugir do discurso regionalista, que impede que a região seja vista em seus aspectos singulares, através da desconstrução da visão que o território anajaense é um simples e pequeno “pedaço” do Marajó. Não para ser firmado como região enquanto recorte espacial naturalizado, como recorte político-administrativo ou cultural, observado de modo “substancialista”¹², mas para ser pensado como espaço social, construído a partir das lógicas de poder que ali se estabelecem, por suas regras de funcionamento de acordo com a ação dos seus agentes.

Nesse sentido, a escola é o meio ideal para a construção do conhecimento histórico, pois é neste espaço que o conhecimento científico e a cultura histórica se encontram e, ao se cruzarem, possibilitam o desenvolvimento da consciência histórica. Nesse sentido, observa-se que a ligação que se estabelece entre os saberes adquiridos pelas vivências dos alunos aos aprendidos na escola geram uma nova forma de aprendizado histórico que transforma os saberes históricos em conhecimento do mundo vivido, que por sua vez são acionados para se obter compreensão sobre o passado e o presente.

2.1 Historiografia e História Local de Anajás

Nas entrelinhas da historiografia regional, a história do espaço anajaense aparece compondo a história da Ilha de Marajó. Segundo Pacheco (2016), desde o período colonial, o Marajó dos Campos veio ganhando maior visibilidade do que o Marajó das Florestas, especialmente Soure e Salvaterra, devido a sua proximidade com Belém e ao envolvimento das elites latifundiárias com a administração pública do Pará, criando uma representação do Marajó com base nos diferentes aspectos que

¹²Termo que Pierre Bourdieu (1996) utiliza no texto “Espaço Social e Espaço Simbólico”, onde considera que “as noções de espaço social, de espaço simbólico ou de classe social não são, nunca, examinadas em si mesmas e por si mesmas.”

compõe o Marajó dos Campos. Para o autor, essa relação invisibilizou o Marajó das Florestas e toda a diversidade de patrimônios materiais e imateriais que compõem o lado ocidental e mais populoso do vasto arquipélago (PACHECO, 2016). No entanto, nas singularidades da história de Anajás, e de outras cidades marajoaras, é possível descortinar essa imagem do Marajó homogeneizado.

As narrativas historiográficas dão conta de que, nos tempos coloniais com a coleta das “drogas do sertão” surgiram os primeiros povoados resultantes dos projetos missionários das ordens religiosas que vieram para a Amazônia com o pretexto de catequizar os indígenas. Esses núcleos populacionais, dirigidos pelos missionários, resultou no nascimento das vilas e, mais tarde por independência econômica, viriam se constituir em município como é o caso do município de Anajás.

A partir do viés da colonização, a história deste município poderá ser contada a iniciar-se por sua própria denominação. O topônimo Anajás, de origem Tupi é uma variação dos termos Anaia, Ania, ou inajá, sendo este último o nome do fruto do inajazeiro, uma espécie de palmeira abundante nesta região de floresta. Anajás, também teria sido o nome de uma tribo, que até antes da chegada dos europeus, viveu em toda a região oeste da ilha banhada pelas águas do rio Anajás. Junto com outras tribos, os Anajás lutaram bravamente contra os colonos portugueses na conquista do Marajó. Porém, assim como as demais, também sofreu o processo de catequização dos missionários católicos, donde os jesuítas com seus aldeamentos em Chaves expandiram suas missões para o interior da ilha, originando-se a partir daí o povoado que viria ser hoje Anajás, que primeiramente denominou-se Mocoões.

Há registros históricos sobre a formação do município onde consta que

Esta região também catequisada pelos jesuítas pertenceu ao município de Chaves e, em seguida, ao Município de Breves, anexada em 1869. Em 1870 é transformada em Freguesia Menino de Deus do Rio Anajás, extinta em 1878 e anexada ao município de Breves. Em 1880, a freguesia é recriada com mesmo nome. A Freguesia Menino de Deus do Rio Anajás passou a se chamar Freguesia de Anajás, por uma lei provincial em 1886. Foi elevada à categoria de município de Anajás em 1895. Em 1930, o município foi extinto e seu território anexado ao município de Afuá. Em 1938, é recriado o município de Anajás. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, 2012)

É importante ressaltar que as configurações territoriais paraenses iam se dando à medida em que os regimes políticos iam se modificando e, desde os tempos coloniais até o Império, muitas vilas foram extintas e novamente recriadas. Outras

transformações políticas-administrativas no território paraense passaram a ocorrer a partir de mudanças no regime político de Império para República, quando o interesse do governo se voltou novamente para a economia gomífera, com foco na ocupação da região amazônica por brasileiros natos, principalmente nordestinos, incentivando a mão de obra para a produção do látex. O aumento populacional levou os vilarejos a evoluírem para freguesia, e cidades, situação já anteriormente ocorrida no primeiro ciclo da borracha.

Essas narrativas sobre a origem do município de Anajás podem ser encontrar em documentos e registros históricos mais antigos como na Revista do IPHAN nº 11, de 1947, na obra denominada de Guia Históricos dos municípios do Pará ou em trabalhos mais recentes como no livro Histórias dos Municípios paraenses, Livro I, Primeira Parte, de Carlos Araújo (2018). Araújo (2018) destaca que

A criação de municípios, como ato de vontade política no Estado, obedece a ciclos. Após o período colonial, o próximo movimento significativo foi ideológico, com nascimento do Municipalismo. Depois, na fase revolucionária, a motivação era o poder político imposto pelo caudilhismo de Magalhães Barata, o mais recente momento foi o globalizante, de Jader Barbalho, Carlos Santos, Almir Gabriel e Simão Jatene. Estes ciclos resultaram na identidade dos paraenses hodiernos (ARAÚJO, 2018).

O pensamento de Araújo, permite-me avaliar o processo de emancipação política do município de Anajás que estivera envolvido por discordâncias políticas entre os municípios de Breves e Afuá, e os interesses que envolviam as elites locais dessas regiões, bem como destas com as demais forças políticas da Capital do Estado. As oscilações administrativas terminaram no dia 25 de novembro de 1886, considerando que neste dia, por uma lei provincial, passou a ser chamada Freguesia de Anajás.

Quanto a sua formação populacional, percebemos que sua população é descendente dos nativos, que aqui habitavam mesmo antes da colonização, porém esse não foi o único elemento étnico contribuinte dos anajaenses. Vale lembrar que negros e brancos também fazem parte dessa composição físico-cultural.

Em se tratando da presença negra no Marajó, as regiões de campos receberam um maior número de contingente devido as atividades econômicas que necessitaram de um percentual maior da mão de obra africana, portanto, nesses lugares ainda hoje é visível na população local os traços fisionômicos e culturais africanos. Porém, esse não é o caso do Município de Anajás, onde não se percebe na população os traços

fisionômicos muito peculiares a indivíduos de descendência africana; no entanto, não se pode dizer que não se perceba características físicas e nem se encontram indícios de seus elementos culturais nos saberes, crenças e tradições dos anajaenses.

A historiografia que trata sobre o tema da presença negra na Amazônia pode nos ajudar a encontrar indícios da presença negra na região de Marajó e, conseqüentemente, em Anajás.

Seguindo a historiografia regional, temos como marco nessa escrita o livro de Vicente Salles “O Negro no Pará”, neste livro Salles nos ajuda a entender a presença da escravidão e da cultura negra na Amazônia, ainda que de forma abrangente, o autor revela o universo de significância do mundo que o negro construiu na cultura amazônica, mas também revela a insignificância a que esse indivíduo foi relegado na história. Já na apresentação do livro, o autor destaca:

A ausência de estudos especiais sobre o negro na região Amazônica, salvo uma ou outra monografia perdida em publicações de circulação limitada, indicou-me antes de tudo à pesquisa de caráter histórico, a fim de reunir a abundante documentação que há dispersa. Este livro resultou, portanto do manuseio dessa documentação; mas não trata apenas da história da escravidão do negro no extremo Norte do país. Procura analisar sua presença – como força de trabalho, como fator étnico, como elemento plasmador da cultura amazônica; o negro agindo e interagindo nesse contexto – suas lutas e vicissitudes (SALLES, 1971).

Nesse livro Salles apontou os caminhos para os diversos estudos que se referem à forte presença do negro na Amazônia. Salles nos permite pensar um estudo sobre os quilombos ou mocambos na região do rio Anajás, ao destacar nessa obra a localização dos principais mocambos que negros fugidos das senzalas organizaram no território paraense, entre os principais mocambos está o de Anajás, localizado no igarapé Mocambo (SALLES, 1971, p. 219). Outras informações contidas no livro demonstram a importância da presença negra na região de Anajás.

No vasto universo da negritude amazônica, encontramos trabalhos que discutem como o negro sobreviveu neste espaço e se construiu como parte integrante desse território cultural e etnicamente diversificado. A inserção do negro como mão de obra na Amazônia resultou em novas formas de viver na floresta, pois estes, por diferentes motivos estabeleceram redes de contatos e solidariedade com os índios, de acordo com Gomes (1997)

No Pará, no final dos setecentos, uma grande extensão territorial com uma população totalmente dispersa, em qualquer lugar – guardada as especificidades sociodemográficas de algumas áreas – havia sempre um pouco de índios e um pouco de negros, e, portanto, fugas, mocambos e alianças. Tais contatos possibilitavam uniões consensuais e mesmo casamentos entre índios e negros. O fator da miscigenação também deve, portanto, ser considerado. [...] os negros fugidos provavelmente contavam com grupos indígenas para estabelecer rotas de fugas e contatos comerciais. Dominar a floresta era a primeira lição para conquistar a liberdade, pois a vida nela poderia ser tão dura quanto a vida sob a escravidão (GOMES, 1997, p. 69).

Segundo Pacheco (2016), o afroindigenismo está presente nos diversos espaços do arquipélago, sejam eles em campos ou florestas, reproduzidos nas maneiras de ser e de viver das diferentes cidades e comunidades ribeirinhas que compõem o arquipélago.

Ainda segundo Pacheco (2016), apesar do olhar generalizante que se construiu sobre o Marajó, que dificulta o entendimento e o conhecimento sobre as identidades culturais marajoaras, é possível perceber a dinâmica de movimentação interna entre campos e florestas por meio das evidências históricas das diásporas africanas na Amazônia Marajoara e das intersecções tecidas por índios e negros desde o período colonial, bem como da realidade vivida por imigrantes e nativos marajoaras no período da Belle Époque.

Essa intensa movimentação de índios, negros, e imigrantes também está presente na história social do povo anajaense, e pode ser conhecida por meio da historiografia, produzida por autores que procuraram conhecer os múltiplos espaços do Marajó, como desvendou Salles

[...] esses proprietários rurais, em pane com uma eminente ruína, deixaram suas fazendas e partiram com seus “escravos e fâmulos para os seringais vizinhos”, pois a economia bovina não conseguia mais quitar um terço de suas dívidas mensais. Nesse terreno, emergiram outros povoados marajoaras (Anajás, Afuá), assim como outros rostos e vozes conformados por nordestinos, alguns poucos judeus marroquinos e sírios libaneses que se misturaram com índios, negros, mulatos, cafuzos, portugueses, talhando novas fisionomias étnicas da/na região. Nas idas e vindas, recriaram costumes, renovaram e readaptaram rituais, festas e tradições na ambiguidade de viveres sempre domados e regidos pelo invencível império das águas. Nestas simbioses, as Áfricas foram recriadas nos Marajós, assim como as identidades de homens e mulheres marajoaras de matrizes multiétnicas vêm sendo reinventadas ao longo da história regional. (SALLES apud PACHECO, 2010, p. 68-69)

Em Salles (2005), encontramos os indicativos da presença de negros na formação do povo anajaense. Sobre os vestígios materiais da presença indígena, Denise Schaan revelou muitas histórias submersas na arqueologia. Pacheco, em suas idas e vindas por campos e florestas, desvendou cruzamentos afroindígenas que nos levam a buscar outras histórias marajoaras. Assim como fez Cavalcante (2019), que utilizando de um determinado período, tornou possível ambientar o leitor em um universo específico de uma abordagem histórica sobre o município em questão. Dessa forma, uma particularidade histórica anajaense pode ser conhecida através do trabalho de Cavalcante, intitulado *Labirinto de rios e gente: história social da população em Anajás (1890-1920)*. Em um mosaico histórico, Rossimar da Nóbrega Soares (2019) reuniu histórias que contam a história de Anajás, onde é possível conhecer diferentes aspectos da sociedade anajaense.

2.1.1 Anajás e a Economia da Borracha: nordestinos e imigrantes nos seringais da Amazônia

Em um dos períodos mais prósperos gerados pela economia da borracha, a história da Amazônia consagrou como epicentro dominante Belém e Manaus. Mas esqueceu de dar atenção para outras realidades que mesmo vivendo no silêncio dos discursos modernizadores, disciplinadores que foram impostos pelos intendentess das duas grandes nascentes capitais, construíram uma trajetória que revela também um chamado “tempo de riqueza”.

Anajás também está inserida nesse contexto amazônico do “tempo de riquezas” produzidas pela Belle-Époque, identificada nas imagens que a historiografia reuniu sobre esse tempo¹³. Em “Marajoaras Na Belle Époque: História, Patrimônios e Condições de Vida”, resultado de pesquisa realizada por Pacheco e Cutrim (2014), por meio da análise de obras raras, textos de viajantes e de jornalistas e imagens fotográficas, procuraram reconstituir um pouco da realidade na região marajoara no período de fins do século XIX e início do XX. Segundo os autores, “por intermédio dessas evidências do passado, foi possível entender a organização de vida das populações marajoaras no período da Belle Époque (1870-1912)”, (PACHECO;

¹³Sobre a produção dessas imagens que procuram perpetuar um tempo de apogeu para a economia da borracha na Amazônia, a historiografia tem produzido importantes referências, entre elas podemos citar Weinstein (1993).

CUTRIM, 2014). Os autores vislumbram a importância dessas evidências materiais para a construção das identidades regionais e locais.

Utilizando-se da temática imigração na Amazônia, Cavalcante (2019) discute o Processo de imigração para a Amazônia durante os períodos auge da borracha. Nesse contexto, a autora evidencia que a partir do século XX, Anajás se tornou um dos maiores produtores da matéria prima do látex do Pará. Assim, com sua economia extrativista, o município ganha destaque no cenário econômico e político paraense devido à presença de seringueiras na região.

No contexto da imigração, com a economia da borracha, Marajó recebeu intensas levas de imigrantes nordestinos, sobretudo os municípios de Breves, Anajás, Melgaço e Gurupá. A dinâmica de movimentação de trabalhadores pelos rios marajoaras contribuiu para o aumento populacional e, conseqüentemente, para o desenvolvimento dos municípios produtores do látex.

O período de fim do século XIX e início do XX que marca a entrada de imigrantes nordestinos e estrangeiros em busca de riquezas propiciadas pela economia gomífera também marca a visibilidade política e econômica do município de Anajás no cenário estadual. Essa intensa migração provocou uma dinâmica populacional em Anajás que viria a ser responsável pela constituição da sociedade anajaense que, segundo Pacheco, também se encaixa na dinâmica de ocupação da parte oeste do Marajó, a partir da mudança na atividade econômica de ricos fazendeiros que se sentindo prejudicados em seus negócios pecuários preferiram investir na exploração do látex das seringueiras da densa floresta marajoara.

Segundo Cavalcante (2019), a história social da população anajaense começa pelas estradas de seringa por onde caminharam diferentes sujeitos ávidos por riquezas ou pela ilusão de uma vida melhor nos confins dos seringais marajoaras.

A ambientação do leitor em relação ao local e universo de estudo se efetiva através das fontes, ainda que pareça improvável, a autora encontrou nos registros do Cartório Guimarães e nos arquivos da paróquia Menino Deus neste município, os documentos onde constam informações sobre a vida de homens e mulheres vindos de diferentes partes do Brasil e do mundo, em busca de oportunidades de trabalho ou de compras de terras de seringais que chegaram e transformaram a realidade populacional desta parte do Marajó.

Nos registros cartoriais e paróquias onde constam as histórias de homens e mulheres que em Anajás chegaram em busca de riqueza e trabalho, é possível

perceber o dinamismo populacional que passou a ocorrer à partir da segunda metade do século XIX, acrescido de informações de censos do IBGE; a autora identificou que mesmo nos momentos de auge da crise da economia gomífera no mercado mundial, o crescimento populacional desta localidade sempre foi constante no período por ela estudado, de 1890 a 1920.

Em vasta documentação analisada, a autora percebeu que além do interesse pela borracha, outras atividades econômicas estariam atraindo estrangeiros para a região, como a compra de terras realizadas por comerciantes, mas também por empresas como a *La brésiliene*, uma empresa belga que começou a atuar na região amazônica a partir do século XIX.

Com base no Livro I de Registros de Posses de Terra número de ordem 57, ano 1897 do cartório Coelho de notas e Tabelionato de Afuá, Cavalcante (2019) destaca que “Em 10 de agosto de 1897, o comerciante português Francisco José Correa de Araújo, domiciliado em Anajás, comprou três imóveis, localizados no rio Anajás, na Freguesia menino Deus do Anajás” (CAVALCANTE, 2019). Ainda segundo a autora

Na Freguesia de Anajás, essa dinâmica se repete. O registro de posse de terra mostra a compra de propriedades com estradas de seringueiras ao longo do rio Anajás e a preocupação com o escoamento da produção... outra questão recorrente nos documentos é a chegada do imigrante tomando posse também das áreas da produção do látex (CAVALCANTE, 2019, p. 107).

Quanto ao número e origem dos estrangeiros que viviam no município, Cavalcante (2019), analisou os censos de 1872 e 1920 produzidos pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e identificou que os portugueses sempre foram a maioria, no entanto, outros dados encontrados nos documentos por ela analisados mostram que a quantidade de estrangeiros era bem maior do que aparecia nos censos, assim como havia uma maior diversificação nas nacionalidades.

Contudo, no entendimento dessa dinâmica migratória, a autora concluiu que o grupo que mais ajudou engrossar a população de Anajás foi o nordestino, concluindo que no período entre 1890-1920, vieram para o município 1.569 migrantes nordestinos sendo 956 do Maranhão, 387 do Ceará, 83 do Piauí, 19 da Paraíba e 124 do Rio Grande do Norte (CAVALCANTE, 2019, p. 116).

A autora também destaca a presença da migração interestadual de paraenses das cidades de Belém, Breves, Cametá, Abaetetuba entre outros municípios que, ao

entre 1890 a 1920, vieram para viver diretamente da borracha ou se beneficiar indiretamente da produção gomífera.

Em análise no livro de Registro de Óbito de 1890 a 1940 do cartório Guimarães de Anajás, Cavalcante recuperou que

Em Anajás, entre tantas trajetórias de mulheres nas áreas de seringais, destacamos a de Maria da Nóbrega, oriunda da Paraíba do Norte, que chegou a Anajás em 1908, aos 22 anos de idade. Veio acompanhada de uma filha menor, Jovina da Nóbrega, fruto de uma outra relação.; ao chegar em Anajás se dirige para o seringal do Purus, onde conhece aquele que viria a ser seu futuro marido, José Antero Guimarães, oriundo do Rio Grande do Norte, com quem Maria da Nóbrega casa-se e tem cinco filhos com um intervalo em média de um ano de um filho para o outro. Dona Maria da Guimarães, ao que parece, trabalha e mora no seringal até o ano de sua morte. (CAVALCANTE, 2019, p. 116).

Cavalcante (2019), através dos dados do censo do IBGE, identificou que, no decorrer da segunda metade do Século XIX, o Marajó das matas era uma área mais densamente povoada, pois a demanda pela borracha no mercado internacional incentivou a imigração de nordestinos para o trabalho de mão de obra nas regiões produtoras da hévea, em busca de fartura e riqueza. “Cidades como Anajás passam a ter um significativo aumento populacional durante e extração da goma elástica no interior da mata” (CAVALCANTE, 2019). Nas informações sobre imigrantes que Cavalcante conseguiu recuperar é possível identificar a origem de muitas famílias anajaenses por meio de seus sobrenomes.

Os dados e as histórias de lá dos tempos da borracha do final do século XIX e início do XX que Cavalcante conseguiu recuperar se cruzam com histórias de cá, de seringueiros, agricultores e carreteiros, em Anajás e as Memórias do Trabalho no século XX, onde procurei observar, por meio das dinâmicas do trabalho, o fazer histórico deste povo. O cotidiano de anajaenses descrito por mim no trabalho anteriormente mencionado emergiram das lembranças de sujeitos que, ao descrever suas vivências, trouxeram à tona uma parte da história de um povo e de uma cidade.

A economia gomífera que fez de Anajás um espaço de atração populacional, perdurou por bastante tempo na região, mesmo nos momentos de crise, a borracha amazônica não desapareceu do cenário internacional. Segundo Weinstein (1993), no período entre 1900 e 1910, ainda que com oscilações, Anajás permanecia entre os maiores produtores de Borracha no Pará. Apesar da decadência na economia da borracha que levava a Amazônia a um cenário de desolação financeira, a extração do látex continuou sendo um meio de sobrevivência de muitos anajaenses. Outras formas

de subsistência subsidiaram a extração da seiva da seringueira, permitindo que esta atividade fosse praticada por um longo tempo pelos seringueiros e seus descendentes, desde a intensificação da crise nas primeiras décadas do século XX, até a retomada da atividade em decorrência da II Guerra Mundial.

2.1.2 Narrativas, Memórias e Historicidades de Anajás

Toda cidade, todo povo ou comunidade têm características culturais que o identificam compondo aquilo que chamamos de identidade. As marcas que caracterizam uma identidade social, coletiva, estão expressas nos modos de fazer, nas formas de viver, nos valores e padrões de comportamentos nos quais se identificam os indivíduos do mesmo grupo. Portanto, é a identidade que aproxima e une esses indivíduos.

As diferentes expressões e práticas sociais que caracterizam uma sociedade e que lhe confere identidade pode ser observada e rastreada por meio da história de vida de seus moradores; historicamente essas histórias se acumulam dando existir às dinâmicas que compõem o cotidiano da cidade, em diferentes tempos e em todos os seus espaços.

São histórias que guardam as mudanças e permanências que deram existir a cidade, descrevendo suas origens, percursos, conflitos, rupturas e continuidades na história da comunidade. É muito importante que a identidade de um grupo, de uma comunidade seja mantida e preservada, que os conhecimentos, as informações e as experiências individuais e coletivas sejam armazenadas pela memória para que não se perca as características essenciais da identidade coletiva, importante para o sentimento de pertencimento e consciência de classe.

Sabemos que a memória é essencial para a identidade, pois nela estão as marcas da constituição histórica da cidade e seus moradores. As experiências vividas pelos moradores trazem à tona narrativas que detalham a história do lugar, pois cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história (BOSI, 1992). Esses pontos de amarração são todos os aspectos que compõem a vida em sociedade, um deles é o trabalho.

Ao rastrear as dinâmicas do trabalho, adentramos numa importante dimensão dos modos de vida de um povo, pois seus processos constituintes se revelam como espaços e são fundamentais para o entendimento das identidades culturais dos

diferentes sujeitos sociais que empreenderam esforços na luta por suas sobrevivências físicas e culturais¹⁴.

Um aspecto que não podemos perder de vista quando nos inserimos nestes meandros que envolvem trabalho, cidade e memória em espaços marajoaras é a intrincada relação cultura e natureza. Essas relações, na ilha de Marajó, são facilmente visibilizadas, quando acompanhamos maneiras como diferentes marajoaras constroem seu tempo de trabalho, em sintonia com os saberes que historicamente acumularam sobre o movimento físico do meio ambiente. São saberes que garantem não só a sobrevivência, mas dizem muito da cultura do lugar e dos relacionamentos que esses indivíduos estabelecem com os rios, com a floresta e com a cidade.

Memórias de diferentes moradores da cidade de Anajás dão conta desses relacionamentos, como em outros tempos, quando o município pareceu viver uma fase próspera, no chamado tempo da borracha, visualizando a existência do ambiente urbano, com prédios e uma vida administrativa, a municipalidade parecia adentrar no tempo do trabalho racional, modernizando e dinamizando a vida da pacata localidade.

A exploração da borracha mudou o quadro econômico do Pará; segundo Sarges (2010), a economia da borracha proporcionou novos costumes e hábitos de moralidade de vida na cidade e renovou as estruturas urbanas de Belém, Manaus, e das cidades onde estavam localizadas as firmas exportadoras. Na chamada Belle Époque, o requinte e a modernidade passaram a fazer parte do cotidiano das cidades amazônicas, entretanto, os tempos áureos não foram sentidos da mesma forma em todos os lugares por onde essa riqueza era produzida.

As cidades marajoaras produtoras do látex, também tiveram inseridos em seu cotidiano as características da modernidade, não tanto quanto mereciam, pois, as memórias guardadas desse tempo de riqueza revelam como os benefícios chegaram nesses espaços do Marajó.

De forma muito ínfima, a riqueza da borracha faz brotar um novo Anajás, nela a modernidade chegara sem luxo e requinte, mas podia ser percebida na organização administrativa, na estrutura dos prédios e nos serviços disponíveis na cidade, segundo Cavalcante

¹⁴Numa perspectiva mais teórica e metodológica, reflexões de Fenelon (1985) embasaram nosso entendimento. Demonstrando experiências práticas de como realizarmos leituras com memórias de trabalhadores rurais, redigiu o importante artigo Trabalhadores rurais do Recôncavo Baiano: Memórias e linguagens.

Em 1903, apesar das dificuldades de acesso à localidade de Anajás, observamos a organização administrativa com o intendente Francisco Antônio de Rezende; a presença de vogaes, juiz substituto, tabelião de notas, prefeito de segurança, um subprefeito, professores públicos, duas igrejas, coletor estadual, agente de correios. No espaço comercial, a presença de alfaiates, barbeiros e negociantes, marcando ainda de forma tímida, a presença de serviços para servir a população que seguia padrões de moda, beleza e civilização que chegavam pelos vapores. (CAVALCANTE, 2019, p. 142)

A economia da borracha gerou os recursos para a modernização da cidade, mas o contexto político nacional favoreceu a sua definitiva municipalização. Segundo Tavares (2008), a partir da República, com a nova Constituição Federal de 1891, a competência de criação e delimitação dos municípios é entregue ao Congresso legislativo estadual. Em 1894, através da lei n. 226, de 06 de julho, estabeleceram-se normas para a criação de novos municípios, o art. 56, que estabeleceu aos municípios autonomia e independência na gestão dos seus negócios, sem no, entanto que infringisse as leis maiores. Ainda de acordo com Tavares

A partir desse momento, a dinâmica municipal não é movida apenas pela necessidade de fundar vilas para defender e garantir integridade territorial da Amazônia. O movimento de municipalização passa a ser movido por uma complexidade de fatores, como a localização dos seringais e sua extensão ao longo das vias fluviais. (TAVARES, 2008, p. 68)

Fatores ligados à economia da borracha, como a implantação de um sistema de transporte a vapor que fazia a interligação do interior com Belém e com a Europa, a implantação das firmas exportadoras, a chegada de imigrantes, também contribuíram para as transformações ocorridas em Anajás nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX.

Essa modernização, que pouco alcançou a infraestrutura dos espaços urbanos dos municípios marajoaras, pode ser conhecida por meio dos álbuns do Pará de meados de 1900, além de dados oficiais da produção da borracha do estado do Pará. Nos álbuns também se encontram fotografias panorâmicas dos municípios. A paisagem urbana evidencia o desenvolvimento local que esses municípios obtiveram na época em que a extração do látex era a principal fonte de riqueza.

A modernização, apareceu nessas cidades por meio da arquitetura dos poucos prédios construídos de acordo com sua funcionalidade e necessidade das famílias

abastadas. A esse respeito Milton Hatoum, em prefácio do livro de Mascarenhas comentou

Como se sabe, a opulência econômica gerada pelo extrativismo concentrou-se nas mãos de poucos. Também a cidade embelezada serviu para o punhado de privilegiados: uma elite que desfrutou de uma infraestrutura urbana moderna assim como das atividades culturais e de lazer. (HATOUM apud MASCARENHAS, 1999, p. 12)

Outra leitura sobre o desenvolvimento das cidades se dá por vias de condicionantes sociais e econômicos, considerando que o sistema de aviação que sustentava essa atividade não favoreceu a situação econômica dos seringueiros que compunham a maioria da população e que habitavam nas colocações dos seringais onde trabalhavam; para Tavares

A exploração da borracha estava baseada no aviação (sistema de crédito) que vai permitir a expansão para o interior da floresta, fazendo com que o tamanho das sedes municipais oscilasse durante o período da seca (período de coleta) e de chuvosa (período de pouca coleta); além do que não fomentava a agricultura e o mercado interno, já que o grosso das mercadorias eram oriundas de Belém. (TAVARES, 2008, p. 65).

Outra forma de compreender a organização urbana da cidade de Anajás está, segundo Cavalcante (2019), nas formas de organização produtiva do seringal¹⁵. Em dados obtidos em pesquisa cartoriais, referentes ao crescimento da população e à ocupação da paisagem local, Cavalcante identificou pelos Registros de Posses de terra, (1920-1940), “que as propriedades com seringueiras se localizavam, em sua maioria, nos distritos, composta por pequenas propriedades de famílias que, em sua maioria, residiam no mesmo local” (CAVALCANTE, 2019, p. 100). A produção de borracha sendo explorada em pequena escala, era caracterizada por pequenas propriedades onde famílias humildes possuíam poucas estradas de seringueiras; o surgimento de seringais maiores que abrigavam as colocações onde habitavam os seringueiros contribui para explicar as poucas residências que constituíam a sede do município.

¹⁵ Cavalcante utiliza-se de Pacheco que denominou o modelo característico dos seringais do Marajó de seringal caboclo, caracterizado por pequenas posses de terras com no máximo três estradas de seringueiras, cada estrada com 150 pés em média. Segundo Pacheco, esse modelo prevaleceu até a segunda metade do século XIX, e depois foi maciçamente substituído pelo modelo de apogeu, predominante nos grandes domínios de seringalistas em Breves, Anajás e Melgaço, no final do século XIX. Cavalcante destaca que, “Bárbara Weinstein também corrobora com o conceito de seringal caboclo de Pacheco, mostrando a realidade dos seringais no Marajó que, segundo a autora, foi caracterizada pela presença de famílias humildes que possuíam áreas com poucas estradas de seringueiras” (PACHECO apud CAVALCANTE, 2019, p. 80.)

As histórias de uma cidade podem ser captadas de diferentes formas. Uma dessas formas é estabelecer diálogo entre imagens e memórias como procedeu Pacheco ao acompanhar a trajetória de ribeirinhos que migraram da floresta marajoara e construíram a cidade de Melgaço, no arquipélago Marajoara. Ao realizarmos incursões por esse campo, desvendamos processos vividos e experiências escondidas que somente o cruzamento dessas duas fontes históricas – imagem e depoimento oral – permitem reconstruir.

Anajás, município cravado no coração da ilha de Marajó, possui trajetória histórica de constituição semelhante a outros espaços da floresta marajoara que nos idos de 1890 até 1920 se fez ver no cenário paraense em função de ali também espocar a vida nos seringais. Depoimentos de Alfredo, filho de seringueiros, dão conta de recuperar as experiências vivenciadas por seu pai.

Meu pai chegou aqui no tempo da riqueza [...] meu pai contava que de antes tinha sido uma cidade, tinha banda de música, comarca, alfaiataria, tinha tudo essas coisas, eles viviam da borracha e da pele de animais silvestres. Então, veio a cidade e foi decaindo, ficou sem comércio, aí ficou desprezada (PALHETA, 2008)¹⁶

As lembranças do senhor Alfredo alcançam um período próspero da história de Anajás, embora não o tenha vivido, guardava na memória desde os tempos de menino, quando ouvia as histórias contadas por seu pai nas muitas conversas com seu compadre Batista¹⁷.

Vindo do Nordeste, em 1908, José Fernandes de Menezes, pai de Alfredo Menezes, chegou em Anajás no período em que o povoado possuía uma vida administrativa e desfrutava de um chamado tempo de apogeu, tempo em que a cidade, embora pequena, apresentava características de uma cidade moderna.

A riqueza gomífera, segundo imagens que podem ser recuperadas de Anajás desse tempo, mais os depoimentos de gerações mais novas que em função da importância das narrativas deixadas pelos antepassados guardaram lembranças, embelezou e fez nascer uma cidade no coração da Ilha de Marajó – a cidade de Anajás. Segundo Weinstein, até o final do século XIX, Anajás estava entre os dez maiores produtores de borracha do Pará, fato que lhe proporcionou as características

¹⁶Entrevista com seu Alfredo Menezes, 70 anos concedida a Mônica Malcher Palheta.

¹⁷Sobre vivências de outras pessoas que se incorporam a nossa narrativa, três autores fazem importantes considerações: Pollak (1992); Bosi (1995); Lowenthal (1998).

de cidade moderna, descritas nas narrativas do senhor Alfredo e em imagens registradas em fotografias.

Entretanto, contextualizar Anajás no tempo auge da economia gomífera somente é possível por meio de registros escritos ou imagéticos, a arquitetura que o Fausto construiu em Anajás desapareceu totalmente do patrimônio material dessa cidade. A construção e manutenção dos poucos prédios que surgiram no período auge era o retrato da pouca importância que as regiões produtoras do látex tiveram, ficando os benefícios da riqueza gomífera evidente apenas em Belém e Manaus.

Ao analisar as fontes, em estudo sobre o período, Pacheco e Cutrim constataram que

[...] as práticas sociais desempenhadas pelos marajoaras apreendidas de registros históricos diversos são importantes para se compreender o escasso desenvolvimento enfrentado pelos municípios marajoaras, com destaque para a precária condição de vida e dificuldades na manutenção dos patrimônios materiais e imateriais na fase do “boom da borracha” (CUTRIM; PACHECO, 2014, p. 159).

Deste modo, a preservação do patrimônio material e imaterial é fundamental para a reconstrução da história, já que, as marcas da atividade humana no passado estão em praticamente todos os lugares, sejam urbanos ou rurais, industriais ou agrícolas (PINTO, 2017), é por meio destes que será possível conhecer e reconhecer vivências e práticas culturais de outros tempos, valorizando a identidade local.

Para tanto, é preciso que haja conhecimento e políticas públicas que incentivem essa prática e não deixem desaparecer os legados históricos. Quando as narrativas históricas caem no esquecimento e os monumentos deixam de ser representações de uma realidade histórica, os vestígios se perdem no tempo e a história deixa de ser referência para a construção da identidade.

O patrimônio pode revelar as dimensões histórica e cultural de identidades sociais e espaciais (PINTO, 2017, p. 206), no entanto, a ausência de instituições que tratem e cuidem do patrimônio público em cidades pequenas como Anajás, contribuem para o descaso com esses bens, e dificultam a compreensão sobre suas realidades sociais.

No que se refere à temática do patrimônio, segundo Pacheco e Silva (2013), ainda é bastante incipiente as pesquisas sobre a Amazônia Marajoara. Segundo artigo publicado pelos autores, em 2013, “não há nenhum trabalho acadêmico, seja ele de graduação, mestrado ou doutorado discutindo o patrimônio arquitetônico ou material

existente em cidades marajoaras” (PACHECO; SILVA, 2013). Em se tratando do espaço aqui observado, já nem seria possível a realização de um estudo que contribua para o reconhecimento dos elementos constituintes como patrimônio arquitetônico da cidade, uma vez que não mais existem elementos materiais que revelem outros momentos históricos que sejam reconhecidos ou valorizados enquanto patrimônio da cultura local.

A constatação de Pacheco e Silva sobre o patrimônio arquitetônico marajoara fortalece a ideia de que quanto menos se discute, maior a possibilidade de ficar no esquecimento. Existem imagens em fotografias que representam Anajás de outros tempos, mas já não fazem parte da realidade cotidiana dos anajaenses. Embora sejam construções que representam aspecto de um viver urbano, esses prédios perderam sua importância na mesma proporção que a própria economia da borracha. A decadência da atividade gomífera atingira a economia da Amazônia e tudo o que ela houvera construído de moderno no Município de Anajás.

A perda de autonomia política e a obscuridade na administração de alguns intendentess também contribuíram para que Anajás, de vila desenvolvida, passasse para um espaço de quase total abandono. A riqueza gomífera anajaense justificava a disputa pela posse de seu território por Breves e Afuá. Devido a essa discordância, a freguesia do menino Deus foi extinta e restabelecida sucessivas vezes num período de 17 anos, discórdias que foram encerradas em 25 de novembro de 1886, com a lei provincial nº 1225, que elevou Anajás à categoria de município.

Nas informações obtidas por Cavalcante nas pesquisas que fez em variadas fontes para desvendar a história de Anajás, encontramos confirmação da veracidade das histórias rememoradas por Alfredo ao narrar sua história de vida.

Quando o Coronel Brabo desceu pra cidade, ao passar pelo São Domingos onde meu pai morava, ele trouxe ele junto, mas meu pai disse, dizia que ele não tinha participado da guerra, que ele ficou na casa do Brabo. A casa do Brabo era ali por onde é o comércio do Rosele, e nós ainda moramos um bom tempo nessa casa quando nós viemos do interior. (PALHETA, 2008)

Alfredo Menezes nasceu na comunidade por nome São Domingos, no alto rio Anajás, viveu sua infância sobre a extração do látex, foi para a cidade em 1935 onde passou sua juventude prestando serviços à comunidade. Aos 70 anos de idade, narra situações vivenciadas por seu pai, suas lembranças alcançam seu tempo de infância, época em que ouvia as histórias de alguém que viveu o período. Atento às conversas

do pai, Alfredo consegue lembrar com bastante clareza e, ao narrar, parecia estar falando por seu pai.

Nesse sentido, Bosi (1994) discute a memória como intermediário cultural entre gerações. Pensar a memória como instrumento da cultura é alongar os horizontes para conhecermos uma realidade que não foi nossa, que não vivemos, mas da qual de certa forma fazemos parte (BOSI, 1994, p. 55), como nos episódios narrados por Alfredo, onde transbordam variadas relações sociais do cotidiano anajaense, desde aquelas do período visto como próspero até a pequena vila de aspecto rústico e abandonado.

Em depoimentos orais e fotografias emergem as histórias que, embora contadas, ainda não foram escritas e, por isso, correm o risco de desaparecer com o tempo. A propósito dessa preocupação é que se orienta este trabalho, objetivando encontrar em outros depoimentos e imagens, outras histórias de Anajás. Histórias de homens, mulheres, prefeitos, comerciantes, lavadeiras, carreteiros, e de tantos outros sujeitos que compõem a trama histórica deste município. Histórias que possam ser ensinadas na escola, a partir da inquietação dos próprios sujeitos que precisam conhecer sua realidade histórica, os alunos.

3 ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES

Este capítulo apresenta as características da escola Professora Prudências Borges de Menezes, neste estão descritos os aspectos físicos, e os pedagógicos relacionados ao ensino da disciplina História.

Em virtude de observar o uso de temas sobre história local nas aulas de história, o trabalho se limitou a compreender os fatores que contribuem ou dificultam com uso de temáticas relacionadas a história do município de Anajás, bem como de apontar sugestão de metodologia para trabalhar com a referida temática.

Tal compreensão foi feita a partir de análise dos documentos legais que norteiam a inserção da história local na disciplina história e as relações com a prática docente.

3.1 O Ambiente Escolar

Este tópico apresenta algumas das principais características desta instituição escolar, haja vista a necessidade de conhecer o espaço onde procuramos destacar o ensino da história local e sua importância para a aprendizagem histórica, utilizando de um instrumento pedagógico capaz de aproximar escola e comunidade.

Daí o motivo do texto apresentar não só as características físicas do ambiente escolar, mas também o perfil de seu alunado e da comunidade na qual a escola está inserida, uma vez que é preciso entender as dimensões pedagógicas e socioculturais locais existentes que permeiam o espaço em estudo.

Ao observar as características peculiares desta instituição, encontramos diferentes motivos para aprofundar esta pesquisa histórica acerca da escola Professora Prudência, entretanto, o foco deste estudo é o ensino de história, seus procedimentos e metodologias específicas no uso da história local.

Fundada em 10 de janeiro de 2002, seu nome Prudência Borges de Menezes é uma justa homenagem a uma das primeiras professoras que lecionara no município. No ano de 2011, passara por reforma e ampliação do espaço físico, adquirindo as características que a seguir estão descritas.

A escola Professora Prudência Borges de Menezes pertence à esfera municipal, está localizada na travessa Rosely Paiva, s/n – Bairro Centro, na área urbana de Anajás, município da ilha de Marajó,

As informações aqui contidas são referentes ao ano de 2019, quando a escola atendeu a 1.265 alunos distribuídos em 22 turmas, sendo do 4º ao 9º ano nos turnos da manhã, intermediário e tarde, e no período da noite eram 6 turmas de ensino da EJA. Tendo nesse momento 120 profissionais, entre estes 50 professores em sala de aula, 1 um diretor e um vice-diretor; na parte pedagógica contava com uma supervisora e três coordenadores, além dos demais funcionários de serviços de apoio e os vigias.

Quanto à estrutura física, a escola é composta de quatro prédios em andar térreo disposto em de 11 salas de aula, sala de professores, biblioteca, laboratório de informática, salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala da direção, sala de supervisão, secretaria, ateliê de costura, cozinha, refeitório, guarita do vigia, 1 banheiro feminino com três sanitários e um masculino também com três sanitários. Os quatro prédios são interligados por corredores, recentemente cobertos, a um pátio que é utilizado para recreação. A escola também possui um Ginásio de esportes.

A escola conta com programas do Governo Federal como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), porém é mantida pela Prefeitura Municipal, fator que estabelece uma relação de submissão bem evidente por parte da escola no que diz respeito às ordens municipais. Sem dúvida que há mecanismo político que sustenta a reprodução de dominação que mantém as estruturas administrativas das escolas municipais. Mas percebe-se que essa relação é muito mais prejudicial do que benéfica, pois é evidente o autoritarismo permeando a gestão escolar. Embora a escola agora receba mais recursos, estes não têm sido suficientes para melhorias significativas e ainda são grandes as falhas nas áreas estruturais e pedagógicas.

É importante ressaltar que os espaços físicos desta escola não são bem estruturados. Atualmente espaços como a biblioteca e a sala de informática foram espaços improvisados para o funcionamento destas, além de não serem devidamente utilizados, também não dispõem dos recursos necessários ao seu funcionamento. O laboratório de informática, por exemplo, não tem computadores suficientes para atender à metade de uma turma em uma única aula, dessa forma, nem todos os alunos da escola têm oportunidade de aprender o conhecimento básico de informática. A biblioteca não é organizada e não tem um plano de atendimento ao aluno, pois o profissional que ali trabalha não tem formação para tal atividade e o espaço funciona mais como um depósito de livros do que um ambiente de leitura e aprendizagem.

O pátio, apesar de coberto, é pequeno para circulação dos alunos. Este também é o local onde se realizam as reuniões com pais, que geralmente ficam mal acomodados, pois este espaço é pequeno para o número de pessoas que comparecem às reuniões. É o local onde os alunos brincam e se socializam, pois não há área de lazer estruturada; é também onde se realizam os demais eventos da escola. Há um espaço livre existente atrás da escola, porém este é um terreno alagado e está frequentemente serrado pelo capim. As salas de aula são escuras e quentes, não tem tomadas funcionando para uso de recursos audiovisuais, são espaços compostos apenas por carteiras, lousa e mesa, outro fator é a quantidade de alunos por turmas, o que dificulta o domínio de classe porque gera muito barulho e indisciplina, ou seja, nossas salas de aulas são ambientes pouco estimulantes para os alunos.

As atividades esportivas são realizadas no ginásio da escola, uma quadra de tamanho adequado, porém sem estrutura para realizar atividades esportivas, mesmo porque seu estado de conservação está precário, oferecendo, assim risco aos alunos.

A sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) é extremamente pequena e não está adaptada para uma perfeita acessibilidade às crianças com deficiências físicas.

Se o espaço físico de uma escola é de grande relevância para o aprendizado do alunado, por que há tanto descaso com este? Diante de tanta precariedade no recinto escolar fica difícil cumprir metas para que se tenha uma educação de qualidade, haja vista que o próprio ambiente de aprendizagem é um fator negativo desse processo. Portanto, se o espaço físico tem relação com a aprendizagem, uma escola deverá ser um ambiente facilitador do processo de desenvolvimento cognitivo e social do aluno.

Mediante os fatos observados, pode-se afirmar que a estrutura física da escola Professora Prudência de Meneses não é satisfatória para a realização de atividades de cunho educativo em todos os sentidos, pois não proporciona aos seus alunos um ambiente de qualidade que supra as necessidades básicas para o desenvolvimento do ser humano.

Neste contexto é que se pensa em possibilidades de inovação das práticas pedagógicas, neste caso, no ensino de História, consideramos que novas metodologias poderão despertar no aluno interesse pela aprendizagem histórica.

A escola atende a um quantitativo considerável de alunos, a maior parte, 535, é beneficiária do Programa Bolsa Família. Entre estes já não há uma defasagem idade-série tão significativa como em outros tempos. O corpo discente desta escola é muito heterogêneo, mas em geral têm dificuldades com leitura e escrita, porém a maioria destes discentes ainda apresentam comportamento disciplinado e participativo às atividades desenvolvidas.

O corpo docente é composto por professores efetivos e temporários, todos com formação em nível superior, têm carga horária entre 100 a 200 horas semanais.

Quanto à família, esta ainda é muito ausente na escola, pois, não é comum os pais comparecerem na escola por espontaneidade para reclamação ou resolução de algum problema. Vemos uma participação mais atuante nas reuniões e eventos quando estes atendem aos comunicados e solicitações. Entretanto, a escola não executa nenhum projeto de incentivo à presença da família.

A instituição está inserida numa comunidade física e culturalmente heterogênea, pois está localizada em um município pequeno e como tal este não oferece grandes possibilidades de modernidade em sua estrutura física. Sua localização se dá entre o centro da cidade e dois bairros considerados periféricos. Às proximidades da escola, existem alguns pequenos mercadinhos, lanchonetes, bares e padarias, dinamizados sobretudo pela circulação dos alunos em suas mediações.

Os moradores do entorno da escola são pessoas de diferente poder aquisitivo e de diversas profissões, por isso fica difícil descrever o perfil das famílias.

Muitos eventos culturais que acontecem na cidade estão ligados à escola, como os festejos, as comemorações, as atividades folclóricas e esportivas que esta realiza.

Como na maioria das pequenas cidades, é a esfera educacional que determina a dinâmica do dia-a-dia da população local que tem alguma relação com a escola, pois segundo Libâneo,

Educação é o conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2000, p. 22).

Estas observações são importantes e favoreceram um conhecimento mais aprofundado da sua realidade no que diz respeito às relações estabelecidas entre

escola e território, uma vez que a descrição contribuiu para a análise crítica sobre a escola.

3.2 Educação e Ensino de História

O mundo sofre modificações constantemente, e a educação é a ferramenta essencial para acompanhar as demandas que o indivíduo precisa para se adaptar às alterações políticas, econômicas e culturais da sociedade da qual faz parte. A necessidade de adaptação ao mundo moderno estabeleceu novas normas de convivência, impondo leis que regulamentam o comportamento humano.

Assim, como a história da humanidade muda de acordo com esses novos padrões de comportamentos, da mesma forma as leis que regem a educação também mudam para acompanhar as necessidades de aprendizagem dos alunos. A história da humanidade ganha novos rumos, sobretudo quando o conhecimento sobre o mundo se expande na esfera do saber científico, divulgado e transmitido pelas instituições de ensino comprometidas com uma educação de qualidade que preze pelo desenvolvimento crítico e reflexivo do educando.

Apesar de algumas rupturas, a educação no Brasil tem alcançado avanços significativos, sobretudo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, responsável por todos os níveis da educação, passando pelo planejamento, financiamento e execução das atividades da educação no país.

Com base nesse contexto de progresso na educação, a implementação de uma Nova Base Curricular Comum para o ensino, que provocou mudanças nas estruturas pedagógicas das instituições escolares, é que este estudo propõe a execução de uma prática pedagógica que estreite a relação entre escola e comunidade, entre passado e presente, dando outro sentido ao estudo da História, mudando a compreensão de que o ensino de História se faz pela memorização de datas e vultos nacionais.

Com as mudanças propostas pela BNCC, a escola tem a autonomia de fazer emergir novas possibilidades de se ensinar História, pois com a reelaboração do currículo, esta poderá elaborar novas abordagens e metodologias de ensino que atenda às perspectivas e características da sociedade atual.

Alinhado com a BNCC, especificamente relacionado ao ensino de História, na intenção de destacar sua importância e aplicabilidade na sala de aula, a atividade aqui proposta torna-se um exemplo de possibilidade e abordagem da história local nas

aulas de História. Portanto, esta proposta sugere um estudo do passado que faça sentido a partir do presente, que dê relevância para a realidade histórica que o aluno vivencia, desenvolvendo neste uma visão crítica sobre os fatos que constituem a história da comunidade da qual ele faz parte. Com base nessa proposta, a história local ganha relevância, porque estabelece uma relação muito próxima entre os fatos históricos ensinados na disciplina História e a realidade local.

Dessa forma, propõe-se engajar os alunos em atividades de pesquisa e de produção de texto para incentivá-los a pensar historicamente, problematizando o passado e o presente, com base na relação entre o conhecimento adquirido na sala de aula e as experiências cotidianas que se dão fora dela.

No entanto, para superar as aulas centradas apenas na transmissão oral, na memorização de conteúdo e na devolução de resposta padronizadas, será necessário desenvolver atividades de aprendizagem que instiguem os educandos à pesquisa, à interpretação e a construção de novos sentidos sobre passado, por meio da leitura do presente.

Nessa perspectiva, o uso da história local nas aulas de História será o instrumento de conexão para o debate e reflexão sobre o passado e o presente. Nesse caso, cabe ao professor criar esse meio de conexão que capacite o aluno a pensar historicamente e o ensine a posicionar-se criticamente sobre o que aprendeu, tanto na escola como em outros espaços de convivência social.

Convém lembrar que o uso da história local no currículo da disciplina História se tornou possível não apenas pelas mudanças nas propostas pedagógicas, mas sobretudo com a mudança na própria maneira de se escrever a história, uma vez que a ampliação no objeto da História permitiu valorizar sujeitos e acontecimentos antes esquecidos e/ou reaprendidos através de diálogos com outras ciências.

As discussões aqui apresentadas levam à reflexão sobre a introdução do ensino de história local nas aulas de História do nível Fundamental na escola professora Prudência Borges de Menezes, já que a legislação vigente preconiza a inserção deste estudo nos currículos escolares; todavia, a discussão não se dá apenas no âmbito teórico, é preciso discutir as formas de inseri-la na prática.

As iniciativas para inserir o ensino de história local nas aulas de História estão muito mais direcionadas para a Educação Patrimonial, com questões ligadas ao patrimônio cultural no Brasil de forma geral, do que às especificidades locais, sobretudo quando a proposta vem de outros órgãos como os que estão relacionados

à cultura local; nesses casos, a escola como sendo o lócus preferencial para projetos culturais acaba tendo pouca participação como produtora de ações, sendo limitada ao papel de executora de atividades que lhe são apresentadas.

Destacamos aqui o papel da escola na construção da identidade e valorização da cultura local, esperando que dela surjam normas e metodologias condizentes com as novas propostas de educação e adequação do ensino de história local no currículo escolar. Dessa forma, acreditamos que o ensino da História poderá exercer o papel de transformador do ensino escolar, desmitificando a ideia de que a escola é uma simples instituição de transposição de conhecimentos, e que o conhecimento histórico escolar, assim como o conhecimento acadêmico, é capaz de produzir e criar habilidades cognitivas no indivíduo.

No entanto, é importante ressaltar, a dimensão cognitiva que o conhecimento histórico escolar alcança quando reconhece que o aluno, e também o professor, são sujeitos produtores de conhecimento, cabendo à escola ser a facilitadora e mediadora desse processo dentro e para além de seus muros, alcançando perspectivas políticas, culturais e sociais.

Ao tratarmos da produção do conhecimento histórico escolar, acreditamos que o professor, assim como o historiador, também procede como pesquisador, ao mobilizar e inquietar nos alunos a vontade de querer saber, direcionando-os a investigar o passado a partir de questões que surgem no presente e, mesmo que saiba que os estudantes da educação básica não sejam historiadores, estes são capazes de pensar historicamente.

O ensino de História apresentado pelas novas determinações das políticas educacionais nacionais, constitui-se como uma mudança relevante no processo de ensinar História, pois permite aos professores inserir novas práticas e métodos na execução dos conteúdos, assim como coloca o aluno não só na posição de aprendiz como também na de produtor do conhecimento, destacando ambos como sujeitos da História.

Partindo da concepção de que o ensino da história local amplia as possibilidades de aquisição do conhecimento histórico, tivemos como ponto de partida, para inserção de uma proposta metodológica que trabalhe com essa temática na escola Professora Prudência Borges de Menezes, o desenvolvimento de uma pesquisa de caráter documental e humano.

No que concerne ao processo de investigação de natureza documental e de natureza humana relacionados aos questionamentos a serem respondidos através de pesquisa, realizamos verificação e análise das fontes, coleta de dados, sistematização das informações para assim obter as informações necessárias à execução do produto da pesquisa.

Para alcance dos objetivos, aprofundamos por meio de leitura analítica, o conhecimento sobre preceitos legais que normatizam o ensino da disciplina História, sendo analisadas as Orientações para a Educação do Município prevista na Conferência Municipal de Educação realizada em 2018: o Projeto Pedagógico da Escola para identificar o que este prevê sobre o ensino de História; os Projetos Escolares, onde buscou-se identificar se algum é referente à história local e regional; os diários de classes nos quais foram observados os conteúdos trabalhados, e nestes não se encontraram conteúdos com adaptações do contexto local ao nacional ou mundial; os livros didáticos de História utilizados pelos professores, nenhum é sobre história local ou regional.

Para analisar as problemáticas que desencadearam este estudo, os relatórios de entrevista foram importantes instrumentos de investigação, pois permitiram adentrar na realidade do ensino de História na sala de aula e em outros ambientes educacionais. O mesmo procedimento fora utilizado com professores, diretores, coordenadores e orientadores pedagógicos para encontrar relações entre a proposta de educação da escola e a prática do ensino de História. Para tanto, foram aplicados roteiros de entrevistas específicos para cada profissional participante da pesquisa.

3.3 Ensino escolar: problemas e possibilidades

Ao problematizar o ensino de História na escola Professora Prudência Borges de Menezes, propusemo-nos a investigar o ambiente pedagógico, a fim de encontrar respostas para os questionamentos suscitados quanto ao uso da história local e sua importância na produção do conhecimento histórico escolar e na aprendizagem histórica. Nesta esteira, o uso de temas do cotidiano dos alunos nas aulas de História de modo a contribuir para a produção de elementos cognitivos atinentes à consciência histórica é fundamental para o discente/sujeito histórico situar-se no tempo, no espaço e nas dinâmicas sociais em que vive.

Para esclarecer as evidências preliminares, procurei ter acesso aos documentos normativos que orientam o ensino de História neste que seria o espaço de pesquisa, bem como aos demais fatores que envolvem tal ensino nesta instituição. Entre os documentos institucionais investigados durante a pesquisa tive, acesso à Resolução Nº 001, de 11 de maio de 2011 que dispõe sobre a Regulamentação e Consolidação da Educação; ao Regimento Escola; ao Plano de Curso da disciplina História; a diários de classes; ao Projeto Pedagógico e aos livros didáticos que a escola utilizara nos últimos anos.

Devido à pandemia de Corona Vírus, as atividades de pesquisas se tornaram muito mais difíceis, pois a comunicação com os profissionais envolvidos, o acesso às dependências da escola esteve entre os desafios para realização deste estudo.

A eleição municipal também prejudicou o andamento desta pesquisa, uma vez que os responsáveis por gerir a educação no município estavam mais envolvidos com a política partidária de que com a política educacional. Digo isto porque os primeiros passos desta etapa de investigação se deram pela secretaria Municipal de Educação, em outubro de 2020, período de efervescência da campanha política. Na intenção de obter informações sobre os documentos normativos da educação municipal, sobretudo no que diz respeito à implementação da BNCC, procurei a diretora de ensino, no entanto, esta estava licenciada para concorrer ao pleito municipal. Assim, fui encaminhada para conversar com os professores do fundamental II e com a sua substituta, que por sinal foi a profissional responsável pelo curso de capacitação sobre a BNCC, mas também não foi possível entrevistá-la, devido estar em plena ação de campanha eleitoral, mesmo estando em exercício de função. Na ausência desta, fui direcionada a comunicar-me com seu substituto, mas infelizmente ele não pode me atender por testar positivo para Covid-19.

A experiência na secretaria de Educação não foi mais frustrante porque pude conversar com a Supervisora escolar, que apesar de ter sido muito atenciosa, apenas me ajudou com o fornecimento de documentos, pois ela não estava a par das informações sobre a formação e implantação da BNCC no currículo escolar do Município.

Com o andamento da eleição municipal e a conseqüente não continuidade da gestão, o difícil acesso à secretaria e a falta de comunicação com os profissionais necessários ao entendimento deste estudo, a pesquisa nesta instituição dera-se por

encerrada, uma vez que até a presente data, o referido órgão municipal ainda está em fase de organização para a nova gestão.

Para compreensão do ensino de História na escola Professora Prudência, foram analisadas, a priori, a Resolução Nº 001 de 11 de maio de 2011, sobre a regulamentação e a consolidação das normas municipais aplicáveis à educação. O artigo 3º versa que: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do sistema Municipal de Ensino de Anajás, terão a incumbência de: i) - I. elaborar e executar sua proposta pedagógica e seu regimento escolar; ii) No inciso I, do artigo 4º, consta que os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

No artigo 9º desta mesma resolução consta que o currículo do Ensino Fundamental deve ter uma Base Nacional Comum, a ser complementada por uma parte diversificada;

No artigo 26, estabelece que a parte diversificada deverá ser constituída a partir da seleção de alguns conteúdos, entre estes, Estudos Regionais e Estudos Paraenses e Anajaenses. Porém, a resolução não estabelece, ou não deixa claro em qual segmento do Ensino Fundamental, deverá ser incluso os Estudos Regionais, Paraenses e Anajaenses.

Para ampliar o entendimento sobre o Currículo, analisamos o Regimento Unificado das escolas Municipais de Anajás, em vigor desde novembro de 2011, este foi produzido para auxiliar na construção dos regimentos de cada escola do município. No capítulo II deste regimento, Dos Currículos e Programas, o artigo 69 estabelece – Os currículos do ensino fundamental devem ter uma base nacional comum e uma parte diversificada de acordo com as peculiaridades locais, regionais, culturais, sociais e econômicas da sociedade e clientela atendida.

Segundo o artigo 70, os modelos curriculares, respeitadas a legislação e as determinações oficiais vigentes, poderão ser alterados, sempre que as conveniências do ensino e as necessidades da comunidade local assim o exigirem. Logo, observamos que ambos os documentos municipais dão suporte para o ensino de história local.

Especificamente, encontramos a seguinte informação no Regimento Interno da escola Professora Prudência, em vigor desde 25 de março de 2019, na SESSÃO I, do CURRÍCULO:

Art. 15 - Os conteúdos que compõem a base nacional comum e a parte diversificada têm origem nas disciplinas científicas, no desenvolvimento das linguagens, no mundo do trabalho, na cultura e na tecnologia, na produção artística, nas atividades desportivas e corporais, na área da saúde e ainda incorporam saberes como os que advêm das formas diversas de exercício da cidadania, dos movimentos sociais, da cultura escolar, da experiência docente, do cotidiano e dos alunos. (ESCOLA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES, 2019)

A análise do currículo desta instituição permite pensar na possibilidade do uso de temas da história local nas aulas de História, ao encontrarmos nos artigos 15, 16 e 19, do Regimento Interno, textos favoráveis para a articulação dos conteúdos substantivos da disciplina História com a realidade da comunidade.

Art. 16 - O currículo do Ensino Fundamental da escola “Prudência Borges de Menezes” deve abranger os objetivos de aprendizagens especificados nas Diretrizes Curriculares da rede estadual, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os conteúdos definidos como obrigatórios pela legislação e normas nacionais e estaduais em vigor. (ESCOLA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES, 2019)

Por conseguinte, informa:

Art. 19 - Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. (ESCOLA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES, 2019).

Ainda sobre currículo, ao analisamos o Projeto Pedagógico, entendemos que neste, a escola ao evidenciar o uso da Tendência Pedagógica Crítico-social dos Conteúdos, reforça a ideia de um ensino voltado para desenvolvimento crítico do educando, pois segundo trecho retirado desse texto, a escola:

Compreende que não basta ter como conteúdo escolar as questões sociais atuais, mas é necessário que o aluno possa se reconhecer nos conteúdos e modelos sociais apresentados para desenvolver a capacidade de processar informações e lidar com os estímulos do ambiente buscando ampliar as experiências e adquirir o aprendizado. (PROJETO Pedagógico, 2018).

No texto do Projeto Pedagógico, os autores esclarecem que, apesar dos currículos serem remetidos às escolas como normas exigidas pelo município e pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), a escola Prudência Borges de Menezes inseriu no currículo as necessidades e características da comunidade onde está inserida, elencando a forma como trabalha o currículo, organizado da seguinte forma;

1. A Base Nacional comum é seguida segundo orientação da LDB e trabalhada por meio do Plano de Curso: Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Matemática, Arte, Educação Física.
2. Na Parte Diversificada trabalhamos com as disciplinas: Inglês, Ensino Religioso e Estudos Amazônicos.
3. A Transversalidade é trabalhada por meio dos seguintes eixos; Pluralidade, Cultura afro-brasileira, Saúde, Educação ambiental, Ética e Cidadania, Sexualidade e Trabalho e consumo (BRASIL, 2019).

A parte diversificada referente aos Estudos Amazônicos está contida de forma específica no Documento Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental, que dispõe

Nesse sentido, propõe-se a elaboração de um documento que valorize as características do lugar e da região em sua totalidade, bem como a relação do local com o global, possibilitando assim um entendimento amplo e contextualizado à sua vida social, além de valorar a identidade e o sentimento de pertencimento do lugar para garantir aos alunos a compreensão da importância do sujeito do lugar no exercício de sua vida cidadã. (PARÁ, 2019, p. 342)

Como é possível perceber nos trechos do documento acima, estão as bases para implementar o ensino de história local nos currículos escolares. Porém, ao chegar ao ponto em que se afirmam, “como a escola trabalha o currículo”, não encontramos evidências de uso da história local na disciplina História. Embora o tema em questão deva ser trabalhado na disciplina de Estudos Amazônicos, continuemos a destacar um dos pontos de inquietação que moveram este estudo, a saber sobre a existência de material didático-pedagógico para trabalhar a história do município de Anajás.

Seguindo a investigação para obter respostas aos nossos questionamentos, nos diários de classes dos professores de História e de Estudos Amazônicos, encontramos apenas informações superficiais que não nos dizem nada se e/ou como se trabalha a história do município. Nos diários da disciplina História foi identificado somente conteúdo de História do Brasil e História Geral, específico para cada série/ano, de acordo com o conteúdo programático estabelecido no planejamento anual. Da mesma forma, nos diários de Estudos Amazônicos, não encontramos referência de textos sobre a história do município ou alguma anotação que mensurasse a articulação da história dos anajaenses com as do Estado do Pará e da Amazônia. Diante das observações, percebeu-se uma falha quanto ao preenchimento nos diários de classes dessas duas disciplinas.

Os diários de classes foram analisados e comparados com os planos de curso das disciplinas História e Estudos Amazônicos. Apenas nesta última, no 6º ano, se

propõe o trabalho com a história do município, porém, como já mencionado, nas anotações docentes não se percebe como esta história é ensinada.

Porém, é importante mencionar que os documentos anteriormente mencionados ainda não estão articulados com a nova BNCC, daí a necessidade de voltarmos à secretaria de educação para buscarmos informações sobre o currículo da educação do município constituído a partir das orientações da nova BNCC.

Segundo informações dadas por uma das técnicas da SEMED, para constituição do novo currículo da educação municipal, foram contratados seis técnicos em educação, para ministrar curso de formação sobre a nova BNCC, diretamente para os professores. Para tanto, ocorreram três encontros, um de forma abrangente para a formação e dois específicos por disciplina, para estudo e adaptação do currículo. Entretanto, em decorrência da pandemia de corona vírus, os encontros com os professores foram suspensos, inviabilizando a conclusão do documento que viria a ser o Currículo da Educação Municipal.

No que se refere ao componente curricular para a disciplina História, ficou acordado entre os professores que seria incluso o ensino da história local, porém, sem a conclusão do documento final, não foi possível verificar quais adaptações foram sugeridas por estes, além de que dos professores que participaram desses encontros, apenas um se dispôs a participar desta pesquisa.

Provavelmente, a inclusão da história local no currículo municipal tenha ocorrido somente nos seguimentos do Fundamental I, uma vez que os professores tiveram como base o Documento Curricular Para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental do Estado do Pará, no qual consta o ensino da história local e regional apenas para os anos correspondentes ao Ensino Fundamental I. Porém, para termos acesso a essa informação, será preciso esperar o reinício das aulas e realizar outro estudo sobre o currículo para o Fundamental I, o que não é impossível nesta pesquisa.

As pesquisas foram revelando que nas turmas de 6º ao 9º ano, não se trabalha, mesmo que de forma paralela, temas relacionados à história local. Desta forma, a pesquisa foi caminhada para as turmas do Fundamental I, cuja verificação foi feita nas turmas de 5º ano, pois neste nível de ensino a escola oferta vagas apenas para estas turmas.

Segundo a supervisora escolar, o conteúdo curricular para o 5º ano deverá ser elaborado seguindo as orientações do Documento Curricular Para Educação Infantil e ensino Fundamental do Estado do Pará, que deveria ser seguido a partir do ano de

2020, porém, devido à pandemia, não será possível observar o cumprimento do referido documento.

Como o foco da pesquisa é saber se há ensino da história local, a pesquisa seguiu os rastros das aulas das turmas de 5º ano; para tanto realizamos entrevista com dois professores desta série, segundo os entrevistados, no terceiro período do ano letivo. O conteúdo a ser trabalhado seria história do município, porém de acordo com relato de ambos, não há material didático específico para o ensino da história local, dessa forma, com base em poucas informações sobre o histórico de formação e algumas fotografias, a aula sobre história do município se resume em uma atividade de pesquisa na internet, ou a resolução de um pequeno questionário sobre alguns aspectos de formação política do município. Ainda segundo os professores, não há discussões sobre propostas metodológicas para trabalhar os mais variados aspectos da história do município.

As evidências apontam que, na escola Professora Prudência Borges de Menezes, o distanciamento entre o ensino da história local e a produção do conhecimento histórico escolar é motivado por vários fatores, apesar de estar entre os conteúdos da estrutura curricular do Fundamental I. As observações apontaram a falta de orientação pedagógica, ausência de discussões e/ou orientações sobre mudanças na/e para prática de ensino; a falta de material didático para trabalhar metodologicamente diferentes aspectos da história regional e local.

Na análise sobre o uso de conteúdo ou temas sobre a história de Anajás nas aulas de História, foi imprescindível conhecer as situações de debate e opiniões acerca do ensino da história local, com os professores que ministram a disciplina História na escola Professora Prudência e em outras escolas do município.

Para discutir as questões relacionadas ao ensino de História, elaborou-se um roteiro de entrevista no qual os professores de História discorreram suas opiniões, evidenciando as situações que envolvem a prática da disciplina e o ensino de história local. Segundo estes profissionais, a maior deficiência está na falta de material didático-pedagógico, na falta de formação continuada que instrumentalize o professor a desenvolver propostas metodológicas que contribuam para a melhoria do ensino de História na escola Professora Prudência Borges de Menezes (PBM). Estas informações foram obtidas em depoimentos de três professores, sendo dois da escola PBM e um da escola Maria Iranêde. Seis professores aceitaram participar da pesquisa, porém apenas três deram retorno.

Com base nos dados coletados, encontramos diversos desafios para concretização do uso da história local nas aulas de História, ainda que os documentos normativos possibilitem a inserção dessas temáticas nas aulas de história, na prática a realidade da sala de aula é a mesma de um ensino que prioriza a história dos grandes feitos e dos grandes homens, descritas nas palavras dos professores, o ensino de História aparece alicerçado na educação voltada apenas para o mercado de trabalho.

Considerando as respostas apenas dos professores que lecionam na escola Professora Prudência, sobre o ensino de História, para o professor 1, é possível ter apreensão da História com apoio de recursos metodológicos, e que os conteúdos substantivos sejam selecionados com base na realidade do aluno. O professor 2 acredita que o sucesso e/ou fracasso para apreensão da História estaria na péssima alfabetização dos alunos e a insuficiência na formação dos professores, bem como nas condições do ensino ofertado pelo poder público, este também acredita que apenas os alunos do nono ano teriam condições de compreender a relação que existe entre micro e macro história.

Sobre a importância do ensino da história local, ambos acreditam que esta valoriza a história e experiências de vida de pessoas comuns sendo importante para a construção da identidade e sentimento de pertencimento à comunidade. Quanto ao uso de temas sobre história local em suas aulas, os depoimentos apresentam contradição, quanto as suas falas e o que descrevem no diário de classe, embora não seja parte do conteúdo programático da disciplina, os professores dizem trabalhar alguns temas da história do município.

O professor 1, especialista em Metodologia do ensino, com ênfase em História da Amazônia e Cultura Afro-indígena, diz que trabalha a história local por meio de história oral, de trabalhos de pesquisa de campo, e aulas expositivas com mostra de imagens e vídeos, assim como possui livros e outros documentos sobre a história local e regional, porém afirma que ainda é necessário que haja fontes bibliográficas com conhecimento mais amplo sobre a história do município. O professor complementa que ainda faz uso de apostilas para aprofundar o conhecimento sobre a história local, uma vez que os livros didáticos não trazem esse conhecimento. Para ele, uma estratégia para trabalhar a história local seria o trabalho com fontes orais e visitas em locais e construções antigas, sugere ainda que seria importante trazer para a sala de aula o conhecimento sobre os mocambos que existiram no município de Anajás.

Já o professor 2 não recebeu formação específica para trabalhar com história local, apesar de ter produzido uma monografia com base em uma pesquisa que realizou no cartório de notas identificando a existência de documentos com mais de 180 anos. Diz que trabalha a história local de forma muito tímida e resumida por não ter material específico e com credibilidade sobre a história de Anajás, por não receber orientação pedagógica para exercício destes conteúdos, e apenas se utiliza de quadro branco e explanação ao trabalhar assuntos que tratem da história local. Este professor acredita que a existência de um museu ou centro cultural seria importante para trabalhar a história do município, assim como gostaria de trabalhar com seus alunos a história da presença de negros escravizados no município.

Vale lembrar que estes professores lecionam em turmas do Fundamental II e que o componente curricular da disciplina História destas séries não estabelece o ensino da história local como conteúdo a ser trabalhado. Outra ressalva é quanto às descrições que aparecem nos diários de classe destes professores, pois na análise destes documentos não foram encontrados nenhum registro que estabelecesse relação de temas da história local com os conteúdos substantivos obrigatoriamente trabalhados. Diante da observação, ficou a incógnita de como os professores efetivamente trabalham temas sobre a história local e regional em suas aulas de História.

Assim, observou-se que, mesmo que as propostas e documentos curriculares estabeleçam orientações para a utilização de abordagens sobre a história local e regional nas aulas de História, na prática eles ainda são muito raros, pois não há suporte pedagógico que forneça as orientações para que se crie estratégias que efetive este ensino.

Ao aprofundar o conhecimento sobre preceitos legais que normatizam o ensino da disciplina História, Orientações para a Educação do Município prevista na Conferência Municipal de Educação realizada em 2018; o Projeto Pedagógico da Escola; o Regimento Unificado das Escolas Municipais de Anajás; a Resolução Nº 001, que trata sobre regulamentação e consolidação da Educação; o Regimento Interno de Escola PBM, identificamos que seus referidos textos sugerem o trabalho com ensino de história local e regional. Entretanto, ao minuciar as pesquisas através da análise dos diários de classes, o conteúdo programático das disciplinas por séries, os livros didáticos de História e as entrevistas realizadas com professores, concluímos

que na escola Professora Prudência não há nas aulas de História, a discussão com temas sobre a história do município.

Ao analisar as problemáticas que desencadearam este estudo, consideramos que seja importante, para adentrar na realidade do ensino de História na sala de aula, que haja reformulação nos objetivos educacionais desta escola; é preciso que professores, diretores, coordenadores e orientadores pedagógicos encontrem relações entre a proposta de educação da escola com a prática do ensino de história local. Para tanto, seria necessário um projeto com maior amplitude, para envolver de forma mais específica cada um destes profissionais

A conclusão deste estudo, reforçou a necessidade de executar, como produto desta Dissertação, o Projeto Oficina de História, sob o título “Minha escola tem história: uma proposta de acervos sobre a História de Anajás”, que propõe instrumentalizar os alunos para trabalhar com a pesquisa histórica e a produção de cartilhas com temas sobre a história do município.

Após aceitação pela direção escolar, o referido projeto foi executado.

Prefeitura Municipal de Anajás-Pa. Secretaria Municipal de Educação- Semed E.M.E.F. Professora Prudência Borges de Menezes	
PROJETO	Oficina de História
TÍTULO	“Minha escola tem história: uma proposta de acervos sobre a História de Anajás”
PROFESSORA RESPONSÁVEL:	Mônica Malcher Palheta
PÚBLICO ALVO:	Ensino Fundamental / turmas 9º ano
ÁREA DO CONHECIMENTO:	História
JUSTIFICATIVA	<p>Este trabalho se justifica pela necessidade de produção de material pedagógico que sirva como suporte ao ensino da História para favorecer a compreensão da história local a partir do contato dos alunos com diferentes fontes históricas pertencentes ao seu cotidiano.</p> <p>Assim sendo, este é um projeto didático apresentado como um meio para que outros docentes possam em suas práticas utilizá-lo como instrumento para aprendizagem histórica a partir de reflexões críticas sobre o contexto social onde os alunos estão inseridos e não somente nos conteúdos históricos dos grandes homens e seus grandes feitos. Os motivos do desenvolvimento deste projeto nesta escola se faz pela necessidade de tratar sobre o tema “história local” para que os alunos conheçam a história da cidade e de seus moradores, bem como sua própria história. Todavia,</p>

	este se configura como parte de uma proposta de construção de um acervo sobre a história local e contribuinte para a historiografia local.
OBJETIVO GERAL	Propiciar o conhecimento da história de Anajás a partir do aprendizado voltado a revelar novas historicidades e suas interfaces com a história local.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a pesquisar usando fontes escritas e orais; • Conhecer a memória e história de sujeitos • Entender a construção material e simbólica dos espaços da cidade • Produzir Cartilhas temáticas sobre a História de Anajás • Identificar as mudanças e permanências no espaço geográfico ao seu redor e da cidade como um todo.
ESTRATÉGIAS OFICINAS	A aplicação das atividades deste projeto fora organizada para serem realizadas no decorrer de um bimestre em encontros semanais com os alunos da turma 901. Os procedimentos metodológicos estão previamente definidos no Roteiro de Produção do Projeto (em anexo). Para tanto, serão utilizadas as seguintes dinâmicas: Apresentação do Projeto com aula expositiva sobre os temas História Local e História Oral, com a utilização de textos escritos e projeção em slide. Seguirá com a oficina para aquisição de conhecimento acerca do desenvolvimento das etapas das pesquisas e entrevistas, bem como da orientação para confecção das cartilhas. No momento seguinte se dará a escolha do entrevistado e a elaboração do roteiro de entrevista. A execução da entrevista será a etapa seguinte. Após realizadas as entrevistas, os alunos se reunirão para transcrição das mesmas e organização dos textos e imagens que constarão na cartilha. Na sequência irão trabalhar na produção da cartilha. A última fase será de apresentação do produto para a comunidade escolar.
AValiação	<p>Este projeto propõe colocar os alunos como protagonista da História, dessa forma a avaliação se dará durante o processo de desenvolvimento de suas atividades. Portanto, será qualitativa focada na participação nas atividades, interação e socialização com seus colegas, aquisição de conhecimento e interesse pelo tema.</p> <p>Também poderão ser adotados critérios quantitativos, se o professor assim decidir. Se for quantitativa poderá ser escrita em relatório individual com itens como: frequência, participação, compromisso e responsabilidade, comportamento e desempenho nas tarefas, entre outros a critério do professor.</p> <p>Assim, este projeto poderá ter avaliação qualitativa e/ou quantitativa.</p>

A oficina seguiu o seguinte roteiro:

Roteiro de Produção Conhecendo histórias de vida:
<p>1ª fase – Projeto e organização do trabalho de campo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação do Projeto; • Escolha de uma, entre as turmas do 9º ano, uma vez que alunos de 9ºano em geral apresentam maior maturidade em pesquisa e produção de texto; • Aula expositiva sobre o tema para a turma; • Escolha dos entrevistados: foram selecionados de acordo com o eixo temático escolhido para a produção da primeira cartilha.
<p>2ª fase – Preparação para a entrevista e sua execução</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aula oficina / organização das equipes e tarefas; • Organização de entrevista/ Elaboração do formulário e materiais para entrevista; • Entrevista.
<p>3ª fase – A transcrição e a escrita da História de Vida</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transcrição de entrevista; • Organização de textos e imagens.
<p>4ª fase – Preparação das Cartilhas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de cartilhas: escrita do texto.
<p>5ª Fase - Entrega da primeira versão da cartilha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Produção de texto.
<p>6ª Fase - Apresentação da cartilha</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entrega da versão final; • Exposição da cartilha para o público escolar.

Para a produção das cartilhas, são propostos três eixos temáticos, sendo a Temática 01 – LEMBRANÇAS DE LÁ E DE CÁ: MEMÓRIAS QUE INSPIRAM HISTÓRIAS. Nesta temática, o presente se conecta com o passado através de documentos e narrativas orais e demais vestígios existentes no espaço urbano.

Utilizando-se de fotografias antigas, os alunos tiveram acesso às narrativas sobre a cidade e seus moradores que contam suas histórias em determinados espaços da cidade, como praças, ruas, casas, prédios públicos etc.

Neste capítulo, estão histórias de arquitetura, monumentos e de histórias de vidas de pessoas mais velhas que se tornaram ícones na história local, destacando suas origens e ancestralidades, entre outras narrativas sobre a gênese da história social de Anajás, conectando esta temática com o texto do capítulo I, NARRATIVAS, MEMÓRIAS E HISTORICIDADES DE ANAJÁS.

CARTILHA TEMÁTICA 1: LEMBRANÇAS DE LÁ E DE CÁ: MEMÓRIAS QUE INSPIRAM HISTÓRIAS

1.Capa	Descrição
2.Sumário	Comentado
3.Capitulo I	Ensino de História e Educação Escolar
4.Capitulo II	Historicidades, Memórias e Narrativas de Anajás
5.Capitulo III	Paisagens, Patrimônios Históricos e História local

Na temática 02, ANAJÁS E AS MEMÓRIAS DO TRABALHO: FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA E DINÂMICAS SOCIAIS LOCAIS, as cartilhas estão relacionadas ao tema trabalho, uma vez que pelas dinâmicas laborais é possível perceber as transformações e permanências no espaço da cidade e seu entorno. Essa temática está conectada com o texto Anajás e a economia da borracha: nordestinos e imigrantes nos seringais da Amazônia, que subsidia a produção de cartilhas sobre formas de sobrevivência e trabalho em Anajás.

CARTILHA TEMÁTICA 2: ANAJÁS E AS MEMÓRIAS DO TRABALHO: FORMAS DE SOBREVIVÊNCIA E DINÂMICAS SOCIAIS LOCAIS

1. Capa	Descrição
2. Sumário	Comentado
3. Capitulo I	Redes de contatos afro-indígenas
4. Capitulo II	Relações de Trabalho e as dinâmicas econômicas regionais
5.Capitulo III	Saberes locais e modos de vidas em Anajás

A temática 03 – NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS: A CIDADE EM PERSPECTIVAS CULTURAIS aborda o patrimônio cultural de Anajás, com narrativas sobre as manifestações culturais e os ambientes de convivência social da comunidade, com destaque para exploração das fontes materiais e imateriais sobre a história, memória e identidade local.

CARTILHA TEMÁTICA 3: NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS: A CIDADE EM PERSPECTIVAS CULTURAIS

1.Capa	Descrição
2.Sumário	Comentado
3.Capitulo I	Identidade e Cultura popular
4.Capitulo II	Educação Escolar e Patrimonial
5.Capitulo III	Cotidiano, História e linguagens

Na construção dos textos que compõem a cartilha, tivemos a participação dos alunos do 9º ano, turma 901. Orientados por meio das oficinas, os alunos foram encaminhados para coleta de material através da pesquisa histórica e entrevista, recuperando histórias de vidas de moradores mais velhos da comunidade, destacando-os como sujeitos pertencentes à história local.

Objetivando produzir apenas uma cartilha, o tema fora definido seguindo as temáticas previamente definidas no projeto. Os sujeitos entrevistados foram selecionados pelos alunos de acordo com a temática 01, composta pelos capítulos: Ensino de História e Educação Escolar; Historicidades, Memórias e Narrativas de Anajás; Paisagens, Patrimônios Históricos e História local. Dessa forma, os alunos buscaram compor a cartilha com narrativas presentes em suas realidades cotidianas, como a história da escola e de pessoas conhecidas na comunidade escolar.

As oficinas foram ministradas pelo professor responsável pelo projeto. A primeira oficina ocorreu no mês de março de 2020, com previsão para o término do projeto ainda no primeiro semestre deste mesmo ano letivo. Entretanto, em decorrência da pandemia de Corona Vírus, a segunda oficina fora realizada somente em novembro, e a entrevista em dezembro do mesmo ano.

Entre os sujeitos selecionados para entrevista, apenas um pode ser entrevistado pelos alunos, pois a realidade pandêmica alterou profundamente o cotidiano de todos da comunidade.

Por fim, não ocorrera a sistematização das oficinas, a produção da cartilha fora finalizada pela professora responsável pelo projeto, bem como não foi possível a apresentação do produto final para a comunidade escolar, todas essas dificuldades foram impostas pelo contexto pandêmico que estamos vivendo.

4 ABORDAGENS E PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E A ELABORAÇÃO DA CARTILHA TEMÁTICA

As referências aqui apresentadas constituem conceitos necessários ao entendimento sobre a produção do conhecimento histórico no espaço escolar a partir do ensino da história local como estratégia de aprendizagem.

Sem dúvida, a “Nova História” contribuiu para as mudanças dos procedimentos nas pesquisas de fontes para recuperar historicidades subterrâneas, histórias locais e cenários correlatos. O movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre, com o lançamento da revista *Annales*, em 1929, colaborou para a construção da História como ciência, e para renovação dos estudos da História, dedicando-se sobretudo, à história do cotidiano. No tempo presente, a decolonialidade apresentada nos estudos de Catherine Walsh também permite pensar a história a partir de outros sujeitos, de outros lugares, de outras concepções de mundo. No diálogo entre História e práticas pedagógicas, Walsh instiga novas iniciativas de pesquisa e propõe reflexões a partir da construção e da produção do conhecimento.

O conjunto de autoras e autores presente neste trabalho foram escolhidos em função de seus pensamentos contribuírem com perspectiva de um ensino de História inovador, tendo como ponto de partida o estudo da história local como estratégia pedagógica para o desenvolvimento da consciência histórica. Para tanto, o aporte teórico de Goubert (1988), Barros (2006) Rüsen (2007), Peter Lee (2016), Rafael Samuel (1990), Bitencourt (2005), Caimi (2006) e de outros estudiosos que estabelecem relação entre educação e história local.

4.1 O Lugar da História Local na Produção do Conhecimento Histórico

A crise de paradigma (GARDNER, 2003) decorrente de problemas epistemológicos e de regras metodológicas pela qual passou as ciências humanas contribui para redimensionar a produção historiográfica, uma vez que permitiu o estabelecimento de novas fontes, novas técnicas e uso de novos espaços, incluindo novos temas como os que estão ligados às vivências de pequenas cidades como Anajás, onde está situada o objeto desta pesquisa (NADAI, 1993). De acordo com Barros (2006)

[...] a partir da terceira década do século XX, a História expandia-se extraordinariamente no campo das Ciências Humanas. Com esta nova redefinição – constantemente confirmada por uma considerável e progressiva variedade de novos objetos e subespecialidades – a História assenhorava-se por exemplo do mais recente de seus domínios: o tempo presente (BARROS, 2006, p. 462).

Sob novos horizontes, a história local estabelecia nova reflexão sobre o tempo e o espaço. Sobre o primeiro, adotou a perspectiva temporal de Braudel que propôs a percepção de três temporalidades históricas, curta, média e longa duração, modelo seguidos por novos historiadores. De acordo com Barros (2006, p. 269-470), “se Fernando Braudel trabalhou com o 'grande espaço', as gerações seguintes de historiadores trouxeram também a possibilidade de uma nova tendência que abordaria o 'pequeno espaço’”. Para esclarecer suas observações sobre o estudo do “pequeno espaço”, Barros nos informa que

Esta nova tendência, que se fortalece nos anos 1950, ficou conhecida na França como 'História Local'. Também aqui a contribuição da Geografia derivada de Vidal de La Blache destaca-se com particular nitidez, ajudando a configurar um conceito de Região que logo passaria a ser utilizado pelos Historiadores para o estudo de micro-espacos ou espacos localizados, em muitos sentidos dotados de uma homogeneidade bem maior do que os macro-espacos que haviam sido examinados por Braudel. Do macro-espaco que abriga civilizações, a historiografia moderna apresentava agora a possibilidade de examinar os micro-espacos que abrigavam populações localizadas, fragmentos de uma comunidade nacional mais ampla. (BARROS, 2006, p. 470)

Quanto ao espaco, será aqui entendido por região, de acordo com as definições propostas por Barros (2006) e Albuquerque (2008), considerando os aspectos singulares que definem uma dada região. Este aspecto, originado da geografia, articula-se a outros de ordem cultural, levando-nos a pensar o espaco anajaense sob a sistematização de muitas histórias possíveis. De modo geral, o referido espaco poderá ser estudado por critérios multidisciplinares para compreensão das mudanças e permanências que o configuram.

Essa nova proposta de se entender a sociedade em diferentes tempos e espaco, ganha novo significado ao buscar uma amplitude em seu estudo, incluindo em suas análises elementos antes relegados ao esquecimento histórico. A partir de então, a preocupação com o local, passou a ser estudado não como objeto de estudo em si mesma, mas pelos interesses no entrelaçamento das relações sociais que ali se estabeleceram em diferentes períodos de tempo.

Desse contexto, emergiu uma nova visão de mundo e do homem enquanto ser social, ou, uma nova sociedade que se percebe como agente partícipe da história; essa sociedade que enxerga o passado a partir do presente, que só se tornou possível com o aparecimento da consciência histórica.

As mudanças na pesquisa histórica alcançaram também as investigações no campo do ensino de História, que de maneira geral, passaram a se preocupar em contribuir para superação da história elitista e, por isso mesmo, procurado construir uma reflexão sobre os fundamentos de um ensino de História renovado, investigando não só novos sujeitos, mas a história ensinada e aprendida no interior das escola, assim como também os usos sociais do passado e as aprendizagens que se dão para além dos muros dessa instituição.

Para reflexão sobre história local, apresentamos como referência Pierre Goubert (1998), para o qual uma sociedade é entendida e apresentada em sua totalidade, como demonstrou em seus estudos no campo da demografia histórica. Essa abordagem da História, da qual Goubert integrou, segundo ele, originou-se de um novo interesse pela história social, ou seja, da história da sociedade como um todo. Para Goubert, a história local, como nova tendência se preocupara com o estabelecimento de novos tipos de questões históricas.

Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um county inglês, um contado italiano, uma land alemã, uma bailiwick ou pays francês) (GOUBERT, 1988, p. 70).

Para evidenciar a importância deste historiador, Barros (2006) destaca que

Em seu célebre artigo sobre “A História Local”, Pierre Goubert chama atenção para o fato de que a emergência da história local dos anos 1950 havia sido motivada precisamente por uma combinação entre o interesse em estudar uma maior amplitude social (e não mais apenas os indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX) e alguns métodos que permitiriam este estudo para regiões mais localizadas — mais particularmente as abordagens seriais e estatísticas, capazes de trabalhar com dados referentes a toda uma população de maneira massiva (BARROS, 2006, p. 471)

O conceito de Decolonialidade apresentado nos estudos de Catherine Walsh¹⁸, nos instiga a refletir sobre a base do conhecimento, da teoria e da prática pedagógica

¹⁸Catherine Walsh é professora e diretora do doutorado em Estudos Culturais da América Latina na Universidade Andina Simón Bolívar, sede do Equador, onde também dirige a Oficina Intercultural e a Cátedra de Estudos da Diáspora Afro-Andina.

que orientam as ações educativas na escola Professora Prudência Borges de Menezes.

Com Walsh, observamos que o eurocentrismo não é a única perspectiva de conhecimento, e a disciplina História poderá ser ensinada por outro princípio epistemológico que não seja o do colonizador. Estenderemos essa compreensão para outras categorias binárias que envolvem a produção do conhecimento. Sobre esse processo de aprender a desaprender, Catherine Walsh (2012) nos explica que

Esta colonialidad del poder -que aún perdura- estableció y fijó una jerarquía racializada: blancos (europeos), mestizos y, borrando sus diferencias históricas, culturales y lingüísticas, “indios” y “negros” como identidades comunes y negativas. La supuesta superioridad “natural” se expresó, como dice Quijano, “en una operación mental de fundamental importancia para todo el patrón de poder mundial, sobre todo respecto de las relaciones intersubjetivas”; así las categorías binarias: oriente-occidente, primitivo-civilizado, irracional-racional, mágico/mítico-científico y tradicional-moderno que justifican la superioridad e inferioridad, –razón y no razón, humanización y deshumanización (colonialidad del ser)-, y que se suponen el eurocentrismo como perspectiva hegemónica de conocimiento (QUIJANO, 2008).

O pensamento de Catherine Walsh contribui para pensarmos em um ensino de história a partir da própria história do aluno; nessa perspectiva, não seria possível compreender a relação entre ensino de História (saber histórico) e história local (materialidade do passado e do presente) sem adentrar na esfera da consciência histórica, necessária ao entendimento de si mesmo, de sua relação com os outros, das relações sociais locais em associação com contextos históricos mais amplos.

Portanto, o aprendizado histórico tem que fazer sentido para a vida prática, que Rüsen chama de “práxis”, função específica e exclusiva do saber histórico na vida humana (RÜSEN, 2007), e que para ele, seria a lógica do pensamento histórico, quando coloca que

Isso se dá quando, em sua vida em sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver - melhor: Para poder agir intencional mente. (RÜSEN, 2007, p. 87)

Utilizar-se do conhecimento histórico para interpretar a realidade e saber orientar-se no tempo e no espaço são características da consciência histórica e dizem respeito às múltiplas funcionalidades do conhecimento possibilitados pela História, como lembra Rüsen, “que os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de História, mas nos mais diversos complexos e contextos da vida concreta

dos aprendizes, nos quais a consciência histórica desempenha um papel” (RÜSEN, 2007). É nesse sentido que o ensino da história local ganha importância por possibilitar reflexões sobre as ações cotidianas, sejam individuais e/ou coletivas, fazendo o aluno perceber o significado de outras narrativas construídas sobre o passado e consigam compreender outras realidades históricas, a partir de análises e observações de sua própria realidade.

Para Peter Lee (2016), o ensino de História terá feito o seu trabalho se os alunos tiverem os meios e uma disposição ampla para tentar orientar-se no tempo historicamente, pois a consciência histórica, como forma de “ler o mundo” ligada ao conhecimento histórico, que este autor chama de Literacia histórica, torna possível ao aluno experimentar diferentes maneiras de abordar o passado (incluindo a História) e si próprio como objeto de investigação histórica. Assim, consideramos que o ensino de História, na abordagem da Educação Histórica, por meio da Literacia histórica, potencializa a transformação de visão de mundo dos estudantes.

Peter Lee (2016) utiliza os conceitos de Literacia histórica e história transformativa para discutir sobre os usos da função da História na educação e sua importância como forma de conhecimento para ver o mundo.

É importante salientar a natureza transformativa da história porque, sem qualquer questionamento de que a história modifica nossa visão sobre o presente e o futuro, o conhecimento do passado é considerado como sendo o acúmulo de fatos ou histórias que estão necessariamente confinados a esse passado e, portanto, são irrelevantes para qualquer situação no presente. (LEE, 2016)

Peter Lee aponta reflexões sobre alguns desafios que a História enfrenta para realizar sua função social e sobre os desvios de sua função, fazendo-nos pensar na prática docente e nas possibilidades de estar contribuindo com os usos indevidos do conhecimento histórico que atendem àqueles que pretendem a reprodução de comportamentos mecanizados, que adequam o passado à conveniência do presente, o que para o autor torna a educação histórica e a própria história vulneráveis a determinado interesse público. Concordamos com o autor que é preciso encarar o desafio de descaracterizar o saber histórico como um simples conjunto de conhecimento a ser utilizado pelo aluno quando e se necessário.

Lee nos permite pensar a Literacia histórica como uma forma de promover o conhecimento histórico no aluno. Portanto, ela está presente nos processos de

aprendizagem. Como a História está conectada à vida prática cotidiana do aluno, é possível ensiná-lo a ver o mundo historicamente.

Para que o ensino de História exerça sua função principal e operacional de instrumentalizar o aluno no transcurso do aprendizado histórico, fomentando a consciência e a capacidade de lidar com o tempo e os processos históricos de forma crítica, é importante descolonizar ou ressignificar práticas educativas que reduzem o ensino de História a um mero conjunto de informações sobre o passado.

As revoluções historiográficas do século XX trouxeram consigo o ressurgimento e ressignificação da história local, ampliando a percepção sobre a história do homem a partir de novos conceitos. Dessa forma, o processo de ressignificação da história local passa também pela forma como se ensina História nas escolas, pois tem sido frequente a produção de material didático sobre história local para suprir a estrutura curricular das novas Diretrizes educacionais.

Um caminho possível para dar continuidade ao processo de ressignificação do fazer histórico é o trabalho com a história local nas aulas de História. Todavia, este tipo de enfoque histórico que retrata o dia-a-dia de uma comunidade, de um povo, de uma cidade onde sua realidade social passa a ser contrastada no ontem e no hoje, presente na memória dos sujeitos desprezados pela história tradicional, necessita de uso de diversificada metodologia de investigações, entre elas está a história oral, pois a história reescrita a partir da história oral possibilita a aproximação do povo com sua história, de modo que eles se sintam inseridos no processo histórico e valorizados como sujeitos históricos.

Apesar de parecer de pouco valor histórico, o registro da memória de sujeitos que contam história a partir de sua própria experiência, é uma fonte histórica rica de conteúdos e símbolos que apresentam detalhes de acontecimentos e fatos históricos até então não percebidos pela sociedade. Nesse sentido, Ecléa Bosi (1992), ao discutir a memória como intermédio cultural, destaca que a memória oral é fecunda quando exerce a função de intermediário cultural entre gerações (BOSI, 1992), daí a importância de saber ouvir e estar atento aos detalhes das lembranças e esquecimentos das pessoas que narram a sua própria existência, interligando passado e presente.

Pensar a memória como instrumento da cultura é alongar os horizontes para conhecermos uma realidade que não foi nossa, que não vivemos, mas que de certa forma fazemos parte. Ecléa Bosi também nos diz que pelas histórias de vida dos

moradores podemos acompanhar as transformações dos espaços urbanos, pois segundo ela, “suas histórias se misturam e nós começamos a enxergar nas ruas o que nunca víamos, mas nos contaram” (BOSI, 1992); dessa forma percebemos como a autora amarra a memória da cidade com a lembrança de seus moradores.

Franciane Gama reforça essa ideia quando nos permite pensar a cidade como espaço de múltiplas relações e como tal, lugar de construção de identidades. Segundo a autora, “isso remete à ideia de que a constituição do espaço urbano se dá no conjunto das experiências sociais e não de forma isolada, como ato de apenas uma única pessoa” (LACERDA, 1999); portanto, recompor a história de cidades é recuperar as relações ali constituídas, assim, consideramos a memória como lócus constituidor de novos modos de organização e usos dos espaços da cidade, que podem ser recuperados por meio das lembranças de seus moradores, pois esse passado ao ser lembrado não o é vivido novamente, mas redescoberto e recriado com a perspectiva que o narrador tem de suas experiências do presente.

Essas noções revelam a cidade como produto de múltiplas relações sociais expressas nos interesses e necessidades de diferentes grupos sociais e suas experiências naquele espaço e em sua territorialidade.

Pensar em noção de territorialidade nos ajuda a vislumbrar não apenas o espaço geográfico em si mesmo, mas nas relações e encontros que os moradores fazem uso de seus íres e vires nos diferentes lugares da cidade, pois como nos diz Silva (1999), “o território da cidade, ao contrário de outros territórios, pode conter diversos espaços sociais e, em função disso, possui diversas leituras dessa materialidade” (SILVA, 1999). Portanto, são essas diversas leituras que revelam as transformações pelas quais Anajás passou e que ainda estão presentes nas lembranças de alguns moradores e, graças à memória, os entrevistados trazem à tona um conjunto de imagens da cidade que estava como que submerso, porém Gama (1999) esclarece que estes fragmentos de memória não reconstróem toda cidade, eles apenas revelam parte dela, evocados por seus moradores.

Déa Fenelon também nos direciona para um melhor entendimento acerca da história de cidades, quando nos diz que ao longo dos últimos anos tem-se tentado orientar as investigações para temas que tratem da construção dos espaços e territórios urbanos, visando a compreensão de que são as relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade. Ao buscar estas imagens estamos

conscientes de que elas estarão sempre impregnadas de memórias e significações que se constroem, mas se modificam pelas experiências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades. E ainda mais importante é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a História deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas e nos espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso da modernidade.

Entretanto, trabalhar com a história oral precisa-se antes conhecê-la, para poder utilizá-la como instrumento de produção do conhecimento. Sobre as particularidades dessa metodologia de trabalho, Freitas (2002) nos questiona: o que seria correto falar “história oral” ou “fontes orais”? Seria uma técnica, um método ou um procedimento de pesquisa? Postos os questionamentos, a autora esclarece que história oral é um método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista e outros procedimentos articulados entre si, no registro das narrativas da experiência humana. É importante destacar que existem outros procedimentos articulados à pesquisa oral que, segundo a autora, é denominado de moderna história oral, cujo método consiste na realização de depoimentos e técnica de entrevistas que utilizam um gravador, além de estratégias, questões práticas e técnicas relacionadas ao uso desse método. Sem dúvida que a “nova história” foi um importante movimento que contribuiu para as mudanças dos procedimentos nas pesquisas de fontes para reconstruir a História.

4.1.1 História Local: patrimônios, narrativas e esquecimentos

O espaço escolar é o ambiente ideal ao incentivo de ações educativas de valorização e conservação aos bens culturais da comunidade e que desperta o interesse do aluno pela cultura local. Para Seffener (2017), “a escola, como instituição moderna funciona bem em um ambiente onde o futuro é sempre luminoso em relação às trevas do passado, então sua tarefa de preparar a juventude para o futuro encontra sentido e interesse dos alunos” (SEFFENER, 2017, p. 203).

A importância que Seffener atribui à escola somente faz sentido, se na prática esta realiza a tarefa na qual o autor sugere; da mesma forma que, para Gontijo (2003), “a escola seria um espaço privilegiado para o estudo da pluralidade, pois é considerada como lugar de convivência entre pessoas de diferentes origens, como costumes e dogmas religiosos variados, com visões de mundo mais diversas”

(GONTIJO, 2003, p. 63), todavia, é importante que a escola reflita na sociedade esses valores de convivência harmônica entre os diferentes indivíduos que a compõe.

Importante observar que, ao abordar temas sobre cultura, a discussão adentrará em aspectos singulares da comunidade, como a questão da identidade, de afirmação no aspecto individual e coletivo, e do sentimento de pertencimento ao lugar e à sociedade. Essas discussões devem conter noções e práticas de respeito aos diferentes grupos sociais e aos bens culturais que estes grupos produzem, e dos quais os alunos fazem parte.

Para que tais práticas educativas se efetivem, é preciso que o conhecimento escolar se volte também para a valorização da cultura material e, conseqüentemente, da história local, sobretudo pelo princípio do respeito. “Esta perspectiva de reconhecimento dos grupos sociais que compõem uma coletividade parece ser norteada por um princípio de cidadania igualitária” (GONTIJO, 2003, p. 64)¹⁹. Considerando o pensamento de Gontijo, enfatizamos a importância de desenvolver na escola Professora Prudência Borges de Menezes uma atividade educativa para valorização da identidade e da diversidade local.

Ressaltamos que, por mais que esses parâmetros educacionais sejam referentes à política de educação nacional, há neste documento a ênfase na diversidade que compõe o território brasileiro, possibilitando discutir as especificidades regionais e locais, pois “de acordo com os PCNs, a pluralidade cultural – sinônimo de diversidade – corresponde às características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional”. (GONTIJO, 2003, p.63). Dessa forma, para que se eduque para o respeito à diversidade, basta que os Projetos Pedagógicos escolares estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

No processo de construção do conhecimento histórico por meio da história local, é preciso que o professor mobilize uma didática que oportunize ao aluno criar uma consciência de si por meio do reconhecimento daquilo que é próprio da sua identidade. É importante destacar o trabalho do professor, visto aqui também como

¹⁹Rebeca Gotijo (2003) discute sobre a questão da “identidade nacional” apresentando os elementos correspondentes às características étnicas e culturais com as quais a população brasileira teria adquirido os contornos de uma nacionalidade. Primeiramente, a autora utiliza-se das obras literárias que contribuíram com o processo de entendimento sobre a definição do que viria a ser a identidade nacional brasileira. Posteriormente, coloca os PCNs como eixo de discussão sobre educação e identidade para pensar a questão da desigualdade social no Brasil.

pesquisador, aquele que media o processo de construção do conhecimento, pois o que aproxima a cultura escolar da cultura histórica é o “saber docente”²⁰ por meio da didática; segundo Ciampi (2005), “o trabalho docente contempla outros domínios além do conhecimento específico de sua área”, (CIAMPI, 2005, p. 131). Na perspectiva de Rüsen (2007), “o termo, didática indica que a função prática do conhecimento histórico produz efeitos nos processos de aprendizado” (RÜSEN, 2007, p. 87); este pensamento de Rüsen desperta para uma reflexão sobre a forma como é trabalhada a questão da memória e do patrimônio, enquanto conhecimento histórico, na escola Professora Prudência Borges de Menezes.

Esta reflexão não é isolada, ela é parte de um entendimento que se faz sobre a história local e o ensino de História na referida escola, com a perspectiva de fazer compreender que o ensino de história local está relacionado com a preservação do patrimônio e da memória, e que através deste é possível desenvolver consciência histórica e consciência patrimonial, fundamentais para o melhoramento do ensino de História.

Nesse sentido, o conhecimento histórico é construído por pessoas do tempo presente e tem a função de orientar o indivíduo em diversas temporalidades, o que pressupõe um ensino pautado na interculturalidade, advinda da necessidade de contextualizar as pessoas em seus espaços sociais para que se identifique as identidades construídas a partir de elementos que lhes são familiares. Isso faz do ensino da História indispensável para o reconhecimento da identidade local.

4.2 Problemáticas da “história local”

Ensinar a pensar historicamente requer do professor habilidades para fazer com que o conhecimento histórico possa surtir efeitos na vida prática, mediado de uma forma que ajude a superar o caráter de mera transmissora de informação sobre o passado, para tirar a disciplina do campo da “decoreba”, da memorização de datas e da valorização de heróis, para o campo da criticidade e da argumentação.

²⁰Helenice Ciampi (2005) utiliza-se desse conceito em Epistemologia e metodologia: diálogos interdisciplinares na pesquisa do ensino de história. A autora ainda referencia outros estudiosos para esclarecer o conceito. “O saber docente é, portanto, aquele que compreende “as relações dos professores com os saberes que dominam, para poder ensinar, e aqueles que ensinam, sob uma nova ótica, ou seja, mediadas por criadoras de saberes práticos, que passam a ser considerados fundamentais para a configuração de identidade e competência profissionais”.

Inquietar-se com a própria aula para sair de sua zona de conforto, utilizar-se de materiais didáticos que ofereçam a seus alunos aulas mais atraentes e produtivas é a postura que se espera de um professor hoje. Não que as situações que dificultam a aprendizagem da História sejam responsabilidade apenas do professor; é preciso levar em consideração as dificuldades que envolvem todo o cotidiano escolar, isso implica pensar, segundo Caimi (2006) na importância da formação do professor reflexivo e investigador de sua prática e dos contextos escolares.

Reflexão sobre a prática docente foi uma das razões que me inquietaram a observar, por meio desta pesquisa, o ensino de história local na escola Professora Prudência Borges de Menezes.

Ao questionar sobre os elementos que compõem a aprendizagem histórica, Caimi (2006) expõe que muitos são os indícios que permitem afirmar que os alunos não têm aprendido História, pelo menos não de modo adequado e suficiente, na sua escolarização básica (CAIMI, 2006, p.18). No aspecto humano, emergiram queixas tanto de professores quanto de alunos, caracterizando as aulas de História como chatas, rotineiras que não passam de exposições orais desprovidas de motivações para trabalhos mais dinâmicos e interativos.

Considerando que essa também é uma realidade da escola Prudência, a ideia é propor mudanças de rumo no ensino e aprendizagem de História nesta escola, a partir da produção de materiais didáticos que sirvam como recursos de apoio para compreender as narrativas históricas e despertar o interesse pela História, tornando-a mais acessível à compreensão do aluno.

A partir desta reflexão, problematizou-se a falta de recursos didáticos no ensino de História que estabelecessem diálogo com a história local, apontando esta última como metodologia para a construção do conhecimento histórico.

Uma vez verificado que há carência de material escrito acerca da história do município, apresentou-se uma proposta metodológica para auxiliar a pensar a História a partir das especificidades locais, com a utilização de cartilhas temáticas que abordem temas ligados as suas historicidades.

Para uma aula que desperte o interesse do aluno pela história, a intenção é envolvê-lo na produção do conhecimento, proporcionando uma nova forma de aprender e ensinar História e, ao mesmo tempo, contribuir com a produção de material didático sobre a história do município e na construção de um acervo sobre a história local.

Vale lembrar que não se pretende com este trabalho a substituição dos conteúdos tradicionais, e sim demonstrar as possibilidades de contribuições da história local ao ensino de História, pois esta é uma estratégia pedagógica para trabalhar os conteúdos da história nacional e mundial, a partir da realidade mais próxima.

Reconfigurar os conteúdos tradicionais e abordá-los, a partir de estudos históricos dos aspectos econômicos, políticos e sociais relacionados a uma realidade mais restrita e singular, torna a história local reveladora de verdades, até então camuflada pela historiografia tradicional.

Entretanto, por mais atraente e efetiva que possa ser uma proposta metodológica, é preciso convencer os professores da sua utilização na prática, haja vista que as inquietações que envolvem o ensino de história estão desde as questões ligadas à formação e à capacitação docente, como à reorganização e adaptação dos currículos locais às Diretrizes Nacionais da educação.

Decerto que as mudanças não ocorrem de forma repentina, nem são frutos de anos de experiência docente, são muito mais resultados das experimentações de metodologias sugeridas por teorias e leis, que surgem de acordo com as necessidades da sociedade.

Com base nesse pensamento, cabe aqui mencionar questionamentos importantes no contexto deste estudo, a saber: As teorias que inovam a educação estão chegando nos espaços escolares do ensino público? As novas Diretrizes Educacionais estão realmente sendo cumpridas nas escolas públicas pelo interior do Brasil?

A intenção não é adentrar na discussão sobre esses temas, somente destacá-los para fazer relação com a problemática da escola Prudência. Referimo-nos à questão da valorização do professor e à implantação da BNCC.

No âmbito das políticas educacionais implementadas no Brasil, bem como das concepções que orientam a formação continuada de professores, têm-se: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, trata da formação continuada no Artigo 61, Inciso I; Artigo 67, Inciso II e Artigo 87; Plano Nacional de Educação, PNE, Lei nº 13.005/2014, Meta 15 e Meta 16, destaque para a Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada

em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. E ainda o documento intitulado Orientações Gerais da Rede Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores, destaque para o Art. 1º, que o sistema em tela compreende um exame nacional de certificação do professor, uma bolsa de incentivo à formação continuada e à implantação de uma Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação.

Em âmbito municipal, a Lei nº 592002, de 18 de março de 2002 dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Anajás e dá Outras Providências

Capítulo IV

Da Qualificação Profissional

Art. 26 – A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na carreira, será assegurada através do Plano de Desenvolvimento e Capacitação de recursos Humanos mediante programas ou cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização em instituições credenciadas.

§1º - O Plano compreenderá cursos de 3 naturezas, a saber:

I - Cursos de formação inicial, a serem ministrados aos servidores admitidos.

II - Cursos de atualização que visem complementar a qualificação profissional.

III – Cursos que visem a capacitação e melhoria do desempenho funcional.

§2º- A secretaria de educação definirá a carga horária mínima dos cursos a serem ministrados.

Art. 27 – Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor, no interesse do ensino observada a sua formação, poderá afastar-se do cargo com respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participar de curso de qualificação profissional (BRASIL, 2020).

Ao compararmos o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Anajás, observamos que o Art. 27 não é compatível com a legislação nacional referente à formação continuada de professores, no que tange a oferta de cursos de pós-graduação em nível Lato ou Stricto Senso, que não sejam ofertados no município na modalidade presencial. Dessa forma, a ideia de que a melhoria do ensino pode ocorrer por meio da qualificação docente não seria argumento para compor o plano de cargos e carreiras neste município, uma vez que promover a valorização profissional por meio de cursos de aperfeiçoamento e capacitação que ultrapasse o período de três meses não é interesse da gestão local.

A questão é, se a valorização profissional passa pela qualificação e aperfeiçoamento e a legislação local estabelece limites para tanto, onde o educador encontrará estímulos para desenvolver um trabalho pedagógico transformador?

No caso deste estudo que visa contribuir com a melhoria do ensino de História, é fruto do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), oferecido em rede nacional, é um programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC), mas que, no entanto, sofreu os entraves previstos no Art. 27 da lei municipal que versa sobre os profissionais do magistério no município de Anajás.

Embora o município ofereça amparo legal para aperfeiçoamento docente, ele também o restringe, na medida que não adequa ou atualiza sua legislação, logo a prerrogativa legal da formação continuada não é garantia para concretizar o exercício do direito (melhorar) e do dever (capacitar). Por isso, achamos importante salientar, a necessidade de reformulação do PCCRM (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério) neste município, pois verificamos que entre os professores procurados para participar deste estudo, somente os que têm interesse em formação continuada deram suas valiosas contribuições, enquanto os outros nem manifestaram interesse pelo acesso ao programa deste curso. Importante destacar que o artigo 27 do PCCRM é o maior causador deste desinteresse, tanto por aqueles que almejam ou não se capacitar para melhoria profissional e/ou do ensino.

Quanto à estrutura curricular que norteia o trabalho no município, alinhado à BNCC, até o tempo delimitado desta pesquisa, ainda não havia sido finalizado, não sendo possível analisar as proposições da parte diversificada que trata das características regionais e locais. Todavia, ainda que saibamos da obrigatoriedade de cumprimento das regras estabelecidas pela Nova BNCC, é necessário ter clareza sobre as formas como as orientações serão postas em prática, neste caso, referente ao ensino da disciplina História no município de Anajás.

Mesmo que os professores que participaram deste estudo afirmem que trabalham conteúdo sobre a história local, principalmente os do fundamental menor, é evidente que não utilizam a história local como metodologia de ensino, considerando que sem formação ou capacitação não será possível que haja reflexões sobre os aspectos teóricos e metodológicos da história local. Logo, os efeitos da ausência de conhecimento sobre a temática seria, a rigor, as repetidas aulas de caráter decorativo

e mecânico sobre os temas relacionados à família, ao bairro e até mesmo ao município, sem que reflitam em aprendizados significativos para o aluno. Os cinco professores que contribuíram com esta pesquisa apresentaram suas dificuldades em trabalhar com a história local, não só com a questão do método, como com o conteúdo.

Ao analisar suas falas, percebemos que as técnicas de pesquisa e produção de conhecimento tão necessárias ao ensino de História não são habituais na prática do exercício docente, considerando que nas propostas curriculares a temática do ensino regional e local estão direcionadas para as turmas de Fundamental menor, onde os professores não tem formação específica.

Não queremos dizer que ter formação específica seja a solução para os problemas de ensino e de aprendizagem da História, como bem frisa Rügen (2007) “o ensino de História nas escolas exige dos professores uma competência que não coincide com sua especialização em História. A didática é a disciplina em que essa competência específica para a sala de aula, para ensinar, é formulada e refletida” (RUSEN,2007 p.90), na medida que o professor percebe que ensinar História é ensinar a pensar historicamente o passado e o presente, seu trabalho em sala de aula expressa uma reflexão sobre sua prática.

Há no meio acadêmico discussões que dizem respeito às dificuldades de formar os profissionais da educação, que envolvem aspectos da docência, pesquisa, formação específica e pedagógica. Segundo Caimi (2006), “há uma dualidade de concepções presentes nos documentos legais que refletem a diversidade de pontos de vista entre os profissionais da História e os da faculdade de educação dentro das universidades”; sobre essa questão não precisamos ir nos pormenores da discussão, basta observar o próprio contexto educacional que esta escola está inserida, e assim identificar os reflexos dessa dualidade.

Historicamente, têm-se manifestado tensões e dicotomias entre licenciaturas e bacharelados nos cursos de graduação, constituindo-se, de um lado, os que defendem a soberania do conhecimento histórico e, de outro, os que advogam a supremacia da orientação pedagógica na formação do profissional da História, definindo hierarquias de valor e importância entre os conhecimentos ditos “específicos” e os “pedagógicos” (CAIMI, 2006, p. 21).

Assim, observamos que os problemas de ensino e aprendizagem nesta escola estão para além da esfera local, mas que, no entanto, podem ser amenizados com a

consolidação de programas permanentes de capacitação docente como forma de adquirir conhecimento e competências didáticos-pedagógicas para o exercício da profissão. É verdade que este estudo não alcançou muita abrangência, mas os aspectos que envolvem o ensino nas escolas públicas são muito similares, por isso consideramos a afirmação de Caimi (2006) muito adequada para justificar a necessidade de reflexões sobre a prática docente na escola Prudência Borges de Menezes.

O mirante a partir do qual estendo meu olhar... me levaram a afirmar que o domínio dos conhecimentos históricos a ensinar pelo professor não é condição suficiente para garantir a aprendizagem dos alunos, embora dele não se possa prescindir, absolutamente. Se é correto afirmar que ninguém ensina, qualificadamente, um conteúdo cujos fundamentos desconhece, também é possível supor que a aprendizagem poderá ficar menos qualificada se o professor desconsiderar os pressupostos e os mecanismos com que os alunos contam para aprender e os contextos em que estas aprendizagens se inserem. (CAIMI, 2006, p. 21)

Exatamente para que envolva outros profissionais da educação que a proposta de ensino deverá ser produzida por turmas do Fundamental maior, a exemplo do modelo aqui apresentado, onde o professor coordenará a pesquisa e a produção do material didático de caráter histórico, como uma sugestão metodológica utilizada nas aulas de História, tanto do Fundamental menor quanto no Fundamental maior.

No tocante à produção de material por meio de pesquisa, recomendamos que o professor de História seja o protagonista do projeto, pois é fundamental saber articular os saberes acadêmicos aos afazeres educacionais. Além do compromisso com a construção, o acesso e os efeitos políticos de múltiplos saberes devem circular de forma mais democrática possível, pois consideramos que a forma como conhecemos o passado, ou aprendemos sobre ele, é que tem determinado as conjunturas sociais, pois construiu modelos padronizados de sujeitos em que uns são exaltados e outros marginalizados.

Daí a importância de revisar, de recontar e dar novos contornos às tramas históricas que envolvem vencidos e vencedores, revendo a história que está nos livros, nos quadros, nos museus, nas ruas e construções e nos monumentos, vista como prática da História que se coloca como imperativo ético para o historiador, e para o professor de História, que ao problematizar o lugar, como elemento da História na busca por identidade, também produz conhecimento histórico.

Portanto, a responsabilidade com o fazer histórico também é função do professor, como destaca Durval Muniz (2008):

O professor de História tem a importante tarefa de pôr em questão os muros das identidades regionais, que nos dividem, nos separam, nos hierarquizam, alimentando preconceitos por origem geográfica e de lugar (ALBURQUEQUE JÚNIOR, 2008, p. 67).

Diante das considerações expostas, temos dois pontos a destacar sobre as dificuldades que se apresentam para o ensino de história local, a saber: a proposta curricular do município e a formação e capacitação docente. Situações observáveis previamente na pesquisa acerca das dificuldades do ensino de História, quanto posterior a ela, na implantação e efetivação do projeto aqui proposto, uma vez que este deve ser considerado como parte contida no Projeto Pedagógico e no Regimento Escolar, alinhados às Diretrizes Curriculares da educação municipal.

Lembramos que a metodologia aqui apresentada é uma proposta que poderá ser utilizada em qualquer série de Ensino Fundamental, de qualquer escola do Município de Anajás, pois é um projeto que visa construir saberes históricos sobre a cidade e o município.

Todavia, é importante destacar que sem conhecimento e sem obrigatoriedade, corre o risco de se limitar a um único exemplar ou a apenas um professor realizar sua produção, que também pode ser inviabilizável por questões de lotação e carga horária. Portanto, sua continuidade depende muito de sua inserção como prática metodológica para o ensino de História nas escolas do município, seja ela nesse exemplar de cartilha, ou de qualquer outro recurso que trabalhe a aprendizagem do conhecimento histórico a partir da história local.

4.3 As Oficinas e a Produção da Cartilha Temática

Sobre a elaboração da cartilha “Minha escola tem história”, não apenas aquelas dos livros didáticos que chegam na escola prontos para serem utilizados, mas também histórias de outras histórias, daquelas guardadas no cotidiano de pessoas comuns.

O produto é uma proposta metodológica para pensar a História a partir dos prédios e monumentos, de imagens fotográficas, da memória dos mais velhos, e de tantas outras possibilidades que a história local oferece, que coloca alunos e professores como protagonistas da História e como produtores da história escrita.

O desenvolvimento do projeto intitulado **Oficina de História: minha escola tem história – uma proposta de acervo para a história de Anajás** começou em março de 2020. A princípio intitulado **Oficina de História: cada cartilha uma história – uma proposta de acervo para a história de Anajás**, pois ao apresentar o projeto aos demais colegas, pensou-se que poderia haver adesão e assim cada professor com sua turma produzir uma cartilha com determinado tema. Não houve adesão, com isso apenas uma turma, dividida em equipes, participou da produção da cartilha.

Com número excessivo de professores de História na escola e baixa carga horária da disciplina, também devido minha ausência no período de lotação, fora lotada para ministrar as disciplinas de Ensino religioso e Artes; dessa forma, desenvolvi o projeto com a turma 901 na disciplina de artes, justificando-o como projeto multidisciplinar para convencer o porquê de realizar uma atividade de História nas aulas de Arte. A escolha e a definição da turma resultaram do fato de a 901 ser a única turma de 9º ano com a qual trabalharia a disciplina Arte. Considerando a relevância deste projeto como resultado de um curso de formação docente, desconsiderar o motivo de minha ausência, deixando-me sem turmas para a disciplina História é, no mínimo, desconhecer as propostas curriculares para a educação básica.

No primeiro dia de aula, já fiz a apresentação do Projeto, introduzindo os conceitos pertinentes a ele, esclarecendo a importância tanto do Projeto quanto da participação dos alunos para a valorização da memória e história de Anajás. Logo pareciam não entender, mas à medida que a conversa se alongou, o entusiasmo começou a aparecer, pois começaram a se familiarizar com as histórias narradas por mim esclarecendo que o projeto se tratava de questões ligadas as suas próprias vivências. Daí surgiram muitas sugestões de pesquisas e sujeitos a serem entrevistados, foi espetacular esse momento, comecei a visualizar o sucesso que seria esse Projeto.

Como mencionei anteriormente, visualizei o sucesso do projeto. Alunos interessados e engajados na produção da cartilha, alguns com habilidades para desenho, outros pareciam já acostumados em ouvir narrativas de seus avós. O entusiasmo foi um impulso para o andamento do projeto. Na semana seguinte ocorreu a primeira oficina, por meio de textos impressos e projeções, os alunos adentraram no universo da pesquisa. Conceitos, técnicas e organização das entrevistas foram vistos e pensados para iniciarmos as visitas aos entrevistados.

A proposta de construção da cartilha seria a partir das histórias de vida de moradores mais velhos da cidade, de onde pudesse vir à tona memórias e narrativas sobre a cidade. Orientações foram dadas para que os alunos, em equipe, definissem quem seria o objeto de investigação, e juntos elaborarmos o roteiro de perguntas para as entrevistas. O retorno para a segunda oficina seria na semana seguinte, quando iríamos organizar o roteiro de entrevista e planejar o primeiro contato com o entrevistado, porém, esse retorno não foi possível, no dia 17 de março as aulas paralisaram como medida preventiva de combate ao contágio da covid.

O contato com os alunos passou a ser por meio de grupo de whatsapp, mas com pouca comunicação. O contato presencial só fora restabelecido em novembro do mesmo ano, após um encontro para entrevistar o professor Aldomir Ricardo. Ainda com restrições por conta da pandemia, nem todos os alunos foram autorizados por seus pais a participar, além daqueles com os quais não foi possível mais o contato, já que até então as aulas ainda estavam suspensas.

No período de abril a outubro de 2020, fiquei ausente da cidade, por questões pessoais precisei viajar para Belém e por questões sanitária, não pude retornar pois as viagens para passageiros ficaram suspensas. Assim que retornei para o município em meados de outubro, iniciei as pesquisas documentais e entrevistas com professores e demais profissionais da educação. Mesmo com todas as dificuldades impostas pela pandemia de corona vírus, as investigações foram acontecendo, assim como a coleta de informações para produção da cartilha.

Em novembro, as atividades para a produção da cartilha foram retomadas, porém, com novos direcionamentos, pois não seria mais possível realizar as entrevistas com diferentes moradores da cidade. Então fora decidido que apenas um morador seria entrevistado, e dele colher o máximo de informações sobre aspectos da história do município. Coincidentemente, por unanimidade, a partir do retorno de informações obtidas com os pais, os alunos trouxeram o nome do senhor Alfredo Menezes como grande conhecedor da história de Anajás. Decidiu-se então que este seria o entrevistado.

De fato, o senhor Alfredo era uma das pessoas mais velhas da cidade que recordara com muita lucidez de suas histórias vivenciadas no município, desde os tempos de menino. Narrava suas experiências e acontecimentos com entusiasmo, tornando-se referência como personalidade histórica no município. Muitas de suas histórias foram escritas em trabalhos escolares e universitários. Agora, suas narrativas

cruzaram com as narrativas recuperadas por Patrícia Cavalcante em um recente trabalho de pesquisa científica sobre a história social do município de Anajás.

Infelizmente, o senhor Alfredo falecera em maio de 2020, mas seu nome não deixou de ser referência nessa pequena contribuição à história de Anajás. As histórias narradas pelo senhor Alfredo que foram colhidas por mim, para compor um trabalho de conclusão de curso sobre a história de Anajás, agora fazem parte do produto desta dissertação. Assim, as histórias por ele narradas, e ele enquanto memória, estão preservados neste documento e no conhecimento daqueles que a ele tiverem acesso.

Como a pesquisa estava direcionada para o senhor Alfredo, as entrevistas acabaram se encaminhando para as demais pessoas da família, no caso os filhos, pois a esposa já falecida também passou a ser referência para este trabalho, uma vez que a senhora tem relação direta com o objeto deste estudo, a escola a quem dera o nome, e de quem os alunos precisavam saber um pouco mais.

Infelizmente, outras situações tristes aconteceram, a perda de mais entes queridos na família do senhor Alfredo, dois filhos, um em abril de 2020 e outro em março de 2021, ambos de Covid-19. Em respeito aos familiares, as entrevistas tardaram a acontecer.

Como a atividade já estava direcionada para as narrativas sobre a cidade e as lembranças do senhor Alfredo, as entrevistas foram realizadas, porém, devidos às questões sanitárias e ao cuidado com a vida, os alunos só participaram de uma entrevista, realizada com o Aldomir Borges de Menezes, filho de Alfredo e Prudência, e professor na escola Prudência. Outras informações foram colhidas por mim, pois a partir de dezembro, os alunos abandonaram o projeto, por haverem ganhado progressão para o Ensino Médio.

Fotos 1, 2 e 3 - Entrevista com Professor Aldomir Ricardo (Professor Doca)



Fonte: Malcher (2008)

O entrevistado aceitou nos receber em sua residência, como pode ser observado nas imagens, procurou-se cumprir os protocolos sanitários; por esse motivo o entrevistado permaneceu dentro de sua casa com apenas um aluno mais próximo para captar as falas, por meio de gravação sonora.

Cinco alunos participaram da entrevista, cada um com suas funções definidas, mas apenas uma aluna direcionava as perguntas, outras duas fizeram os registros escritos, enquanto um aluno fazia a gravação sonora e outro ficava responsável pela captura das imagens. Nesse momento então, as informações foram colhidas utilizando-se um roteiro de perguntas pré-elaborado com a ciência do entrevistado.

Aos poucos, por meio de visitas e conversa de whatsapp com Aldomir Ricardo e Alfredinho, filho mais velho de Alfredo e Prudência, fui obtendo informações necessárias para composição histórica da cartilha.

A cartilha foi sendo construída e moldada à medida que as possibilidades de aquisições de informações iam aparecendo e as histórias iam se revelando. Mas não fugiu do foco de captar narrativas sobre a cidade a partir da história de vida de seus moradores. Assim, histórias sobre a cidade, contidas em narrativas orais, fotografias e textos científicos foram dando ao produto a estrutura necessária para torna-se um resultado de uma pesquisa sobre a história local.

Entre as narrativas orais, as imagens e os textos historiográficos obtidos como fontes, foram utilizados apenas os que tinham ligação entre si, para fazer sentido no encadeamento das histórias apresentadas.

Embora denominado de “produto final”, é uma produção em andamento, criado para constituir um acervo bibliográfico, além de objeto de reflexão sobre o percurso

histórico da sociedade anajaense. Atende a vários propósitos, entre eles está a preservação dos registros de experiência humana nessa porção de espaço físico e social pertencente ao Marajó.

Articulado à problematização desta pesquisa quanto à ausência da história local nas aulas de História, este produto envereda pela produção de registros escritos sobre diferentes aspectos da história local. Logo há muitas possibilidades de investigação, pois no caminhar da pesquisa novas perguntas, novos objetos surgiram e do diálogo com as fontes se tornaram pontos de partida para outras problematizações.

Considerando que a história que não foi conhecida ainda poderá ser, pois o conhecimento histórico é historicamente produzido, espera-se que da interação entre objeto pesquisado e o sujeito que pesquisa, nesse caso professor e alunos, surjam informações sobre o passado e indagações sobre o presente, a exemplo da importância do município de Anajás na economia da borracha e suas consequências e influências na dinâmica social local no tempo presente. A partir daí, é possível abordar a exploração dos recursos naturais e as relações sociais de trabalho que se constituíram ao longo do tempo.

Aspectos relevantes sobre a história local foram revelados por meio de fotografias e da história oral pelos entrevistados, portanto fotografias e oralidade permitiram uma aproximação de situações vividas no tempo presente com o passado, aguçando ainda mais a busca por outras historicidades, como coloca Oliveira (2005), “através das fotografias, temos outros possíveis textos, pois nos aproximamos de comportamentos, de culturas e de ideologias vividas em tempos/espacos que a história oral busca trazer à tona” (OLIVEIRA, 2005). De forma que, no cruzamento dessas duas fontes, as narrativas foram se constituindo e revelando parte da história de Anajás.

Das evidências fotográficas que tivemos acesso nos chamaram a atenção as dos tempos áureos da economia gomífera, que pela experiência docente, já víamos serem utilizadas com frequência em exposições culturais, mas sempre deixadas por falarem por si, e agora vi questionados seu arquivo, como se dada a condição de raridade, pertencer a um arquivo particular fosse sinônimo de preservação. Podendo-se daí discutir a preservação e utilização de fontes históricas não como objetos raros, mas como documentos que fornecem informações importantes para o conhecimento histórico, como descreve Bittencourt

Um documento pode ser usado simplesmente como ilustração para servir como instrumento de reforço de uma ideia expressa na aula pelo professor ou pelo texto do livro didático. Pode também servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos etc. (BITTENCOURT, 2004, p. 267)

Outras imagens revelam as primeiras construções. Escolas, repartições públicas, praças, ruas, perderam sua identidade cultural. Novos usos desses espaços camuflam suas origens e apagam a memória do espaço público e urbano da cidade. Problematizar a cidade a partir das imagens, faz da fotografia um importante recurso para ser utilizado nas aulas de História, não apenas para conhecer o passado por meio de imagens fotográficas como representação do real, mas observar a subjetividade transmitida pela imagem, no porquê das fotos, quem são as pessoas que aparecem nas imagens, suas origens e importância, e outros detalhes que revelam o cotidiano.

Foto 4 - Orla da Matriz



Fonte: Soares (2019)

No acervo organizado para este projeto, há fotografias que representam bem determinados recortes temporais, tornando-se fontes inesgotáveis para construções de narrativas, que pelas inúmeras cenas descritas, tivemos dificuldades para inseri-las no texto. Afinal são mais de 200 registros fotográficos que poderiam ser utilizados, entretanto a seleção foi necessária para adequar as imagens às narrativas sobre histórias de vida e patrimônio histórico da cidade.

As fontes orais, recurso para recuperar a história local, tornam-se muito mais que fonte, quanto a sua importância para valorização do sujeito histórico e do ser

humano. O respeito às suas vivências torna o testemunho oral parte integrante da história local, pois na maioria das vezes, parte dela todo o conhecimento sobre o passado, senhor Alfredo, um exemplo claro dessa afirmação. “As narrativas de Alfredo: a cidade sob as vivências de um morador”, seria um bom título para um texto sobre memória e história, pois o registro da memória dos sujeitos que contam a história a partir de suas experiências é uma fonte histórica rica de detalhes em seu conteúdo.

Entretanto, para trabalhar com fontes orais, exige-se de uma delicadeza, fundamental ao saber ouvir e saber perguntar do entrevistador, de modo que a entrevista se torne uma experiência produtiva para quem pergunta e prazerosa para quem responde, devendo haver cuidado ao suscitar recordação dolorosa, quando não seja possível fugir delas.

As recordações dolorosas precisam de um tempo para deixar vir à tona as lembranças agradáveis que tirem o entrevistado da condição de sofrimento que a recordação o levou. Foi o que aconteceu com o professor Aldomir Ricardo, pois a entrevista lhe possibilitou a reconstruir lembranças de seus familiares e seu estado recém enlutado. Lembranças reconstruídas com sentimentos, foi o que predominou nesse caso.

Relatos narrados são sempre envolventes, situação clara nas falas dos alunos ao se solidarizarem com o professor, e não por acaso regaram reflexões sobre o contexto pandêmico, estabelecendo relações entre a vida dos alunos e o contexto histórico do momento presente.

Considerando as falas dos alunos, percebemos o potencial educativo de uma pesquisa histórica, e a importância do material prático dela decorrente, neste caso, a produção de cartilha.

A produção da cartilha tem como objetivo apresentar a história do município de Anajás por meio de narrativas recuperadas por alunos do Ensino Fundamental. No exemplar aqui apresentado, os alunos participaram das oficinas, de uma entrevista, e de uma parte da transcrição das falas. Como já mencionado, o contexto pandêmico nos impôs muitas situações adversas que impossibilitaram a continuidade dos alunos no projeto, dificultando assim a análise da participação deste em todos os processos de construção do produto.

Entretanto, algumas observações foram feitas quanto à participação dos alunos. Nas oficinas realizadas na escola, com caráter mais formal de avaliação, os

alunos apresentaram um maior interesse. Na entrevista, por falta de habilidade com a pesquisa, a insegurança foi preponderante, acreditamos que esta teria sido provocada pelo longo tempo entre as oficinas e a entrevista. Na transcrição das falas, em ambiente doméstico, mostraram-se mais confortáveis.

Foto 5 - Oficina



Fonte: Malcher (2008).

Foto 6 - Entrevista



Fonte: Malcher (2008).

Foto 7 - Transcrição



Fonte: Malcher (2008).

O enfoque na produção da cartilha fora suspenso, pois não foi possível observar a criatividade e a habilidade que os alunos desenvolveriam na construção dos textos a partir da utilização das fontes orais e imagéticas. Porém é preciso considerar que seria preciso mais oficinas para melhor instrumentalizar o trabalho com a pesquisa e com a produção de texto. Considerando o objetivo deste produto em despertar o interesse pela história local a partir da construção de cartilha como recurso didático e pedagógico para o ensino de História, servindo como instrumento de mediação entre o conhecimento do cotidiano e a História, acreditamos dessa forma ser este um projeto socialmente relevante, tanto para a prática profissional docente, pois cumpre seu papel com a produção do conhecimento, quanto para a aquisição de conhecimento histórico, valorização de processos de aprendizagem que se dão fora do espaço escolar.

Pensamos que, tanto as cartilhas como outros materiais didáticos sobre acontecimentos e personagens ligados ao nosso passado são importantes para a construção de um processo de ensino aprendizagem de História que servem como ponto de partida para discussões acerca dos problemas locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é fruto de inquietações com a prática docente, a partir de um questionamento levantado em uma Conferência Municipal de Educação no município de Anajás, sobre a importância de se trabalhar a história local. Desde então fomos instigados a problematizar o ensino de história local na escola Professora Prudência Borges de Menezes. Entretanto, este trabalho vai além de discutir a importância das abordagens regionais e locais no ensino de História, mas sim oferecer uma proposta metodológica para trabalhar a valorização da memória e da história do município de Anajás. Outra proposição importante deste trabalho é chamar a atenção para a valorização e preservação das fontes históricas para construção de história.

Pensamos que é possível encaminhar novas propostas para os estudos históricos a partir do entrelaçamento dos saberes locais, envolvendo indivíduos da comunidade local, professores e alunos na produção do conhecimento histórico, utilizando-se da pesquisa histórica para construção de narrativas descritas em textos e imagens, valorizando outros espaços de produção do conhecimento.

Para tanto, propomos como metodologias para a prática educativa no Ensino de História a produção da escrita da história local por meio de realização de oficinas para elaboração de “Cartilhas Temáticas”, contendo historicidades que dialoguem passado e presente das realidades anajaenses.

Esperamos que este trabalho chegue ao conhecimento de um grande número de professores da rede municipal de educação de Anajás, para que assim possam conhecer as características dessa nova abordagem historiográfica. Embora não tenha sido possível ampliar as discussões presentes na historiografia, numa breve menção aos estudos de Pierre Goubert, esclarecemos como é possível por meio de uma micro-análise conhecer um espaço social com grande amplitude.

Da mesma forma que utilizamos o pensamento de José D’Assunção Barros (2006) para pensar o espaço anajaense como espaço social, fruto das ações e transformações humanas, estudado a partir da interdisciplinaridade entre a História e a Geografia para compreensão dos aspectos ligados ao espaço, território e região.

Para utilizar a história local como proposta teórica-metodológica, foi preciso questionar os paradigmas que orientam a prática pedagógica que colocamos em prática na sala de aula e as características que o ensino da disciplina História adquiriu no contexto da educação no Brasil. Por isso há um destaque para o conceito de

Decolonialidade de Catherine Walsh (2012), que nos instigou a refletir sobre a base do conhecimento histórico transmitido nas aulas de História na escola Professora Prudência Borges de Menezes.

Daí passamos a chamar a atenção para a importância que as abordagens locais possuem no processo de ensino aprendizagem da História. Nessa perspectiva, entramos na esfera da consciência histórica, pois é preciso que entendamos que o aprendizado do conhecimento histórico precisa fazer sentido para a vida prática, sendo fundamental que os alunos adquiram habilidades para interpretar suas experiências de vida no tempo. Trouxemos para tal compreensão o pensamento de Jörn Rüsen, para quem a consciência histórica é um processo mental de construção do conhecimento histórico, pelo qual se desenvolvem as competências, para interpretar a realidade social.

Peter Lee, outro estudioso da consciência histórica, propõe reflexões sobre a natureza transformativa da História, que deverá possibilitar transformações na forma como os indivíduos se posicionam na sociedade em que vivem.

Baseada na argumentação de Rüsen (2007) e Lee (2016), propomos desenvolver um projeto de história local oferecido como outra possibilidade para o fazer e ensinar História, pois acreditamos que a rememoração histórica e o processo de interpretação do tempo, a partir das experiências e práticas locais, permitirá ao sujeito interpretar de forma mais consciente as narrativas históricas que constituem a história da sua sociedade.

Entretanto, para encarar o desafio de propor outras metodologias para o ensino de História, buscamos suportes teóricos-metodológicos nos estudos sobre a história do cotidiano, de Circer Bittencourt (2005), para a qual o cotidiano deve ser utilizado como objeto de estudo escolar, ligado à história cultural, pois permite visualizar as transformações realizadas na experiência de pessoas comuns. Assim como Francisco Ramos (2004), ao esclarecer que a História poderá ser interpretada pela materialidade das coisas, reforçando o uso de objetos como fontes históricas.

Além da importância da história oral como suporte para construir historicidades a partir de narrativas de histórias de vida e suas relações com os espaços de convivência social. Como observa Rafael Samuel (1990), “A evidência oral pode também ajudar a trazer os resíduos da cultura material”, que pode ser acessada por meio dos vestígios materializados em fotografias, documentos escritos oficiais e não oficiais, construções, objetos de uso domésticos, entre outros. A partir destes,

narrativas poderão ser produzidas sob diversos temas ligados ao cotidiano dos alunos, tais como patrimônio, trabalho, religiosidades, cultura, entre outros.

Para Circe Bitencourt (2005), a história local é necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência e, dessa forma, desenvolver um processo de identificação dos indivíduos com o patrimônio material e imaterial da comunidade. Assim como de acordo com Helena Pinto (2017), a história local é uma forma de abordagem educativa relacionada com a utilização do patrimônio como evidência histórica.

O uso didático de documentos poderá ocorrer em qualquer situação pedagógica dentro ou fora de sala de aula, conforme os objetivos propostos pelo professor, pois as mudanças ocorridas no ensino de História fundamentam um ensino renovado com possibilidades de propor a inserção da história local nos currículos escolares.

Lembramos que, a implementação desta proposta metodológica é embasada nas Diretrizes Curriculares para o ensino de História. Desde o PCN (PCN: HISTÓRIA - Parâmetros Curriculares Nacionais de História) à BNCC – Base Nacional Comum Curricular), encontramos argumentos que favoreceram a entrada da história local na construção do conhecimento histórico escolar, tendo em vista a realidade social e o universo da comunidade escolar, bem como seus referenciais históricos, sociais e culturais.

Para pensar o ensino de história local, destacamos dois pontos para o ensino Fundamental. Nos PCNs, o ensino de História possibilita aos alunos compreenderem a si mesmos e a vida coletiva de que fazem parte” – (BRASIL, 1996, p. 43-44). A BNCC “pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, eles próprios devem assumir uma atitude historiadora diante dos conteúdos propostos no âmbito do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2019, p. 401).

Portanto, os dispositivos legais para a educação reforçam a ideia de que o conhecimento histórico local potencializa a produção do conhecimento histórico escolar e facilita a aprendizagem histórica. O segundo citado ainda destaca ser fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documentos para a produção de um saber próprio da História. Nesse sentido, consideramos que a utilização de documentos (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) facilita a

compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que se estabelecem entre os seres humanos em seus ambientes de convívio.

Ao questionarmos a prática docente no ensino de História, encontramos respostas para as questões suscitadas na Conferência Municipal de educação, e identificamos que os PORQUÊS de não se trabalhar temáticas sobre a história local na Escola Professora Prudência estão intimamente ligados à proposta curricular para educação municipal e à ausência de cursos de formação e capacitação docente. Identificamos também que, até o momento desta pesquisa, a Secretaria Municipal de Educação, ainda não havia alinhado as propostas pedagógicas e os currículos escolares à Base Nacional Comum Curricular.

Relacionado a essa problemática está a ausência de conteúdo historiográfico para trabalhar temáticas locais; posto isso, tomamos como ponto inicial para resolução dessa problemática a produção de material didático contendo narrativas históricas ligadas ao cotidiano do município.

Para usar a história local na produção do conhecimento histórico escolar, utilizamos como referência historiográfica textos regionais, com destaque para as produções e coproduções de Agenor Sarraf Pacheco. Com essas referências foi possível estabelecer relações entre a história local de Anajás aos processos históricos gerais da História da Amazônia. Mas foi com Patrícia Cavalcante, que encontramos conhecimentos historiográficos articulados ao passado histórico de Anajás, numa relação mais íntima entre a historiografia regional e os aspectos históricos do município.

Assim, a história local foi rastreada por eixos temáticos relativos à Ancianidade indígena e africana, migrações e patrimônio histórico, servindo-nos de base temática para a produção de conhecimentos sobre o passado anajaense investigado a partir de outras historicidades.

Buscando contribuir com conhecimento sobre a história do município, produzimos uma cartilha intitulada “Minha escola tem história: uma proposta de acervo para a história de Anajás”. Um trabalho voltado para facilitar a aprendizagem histórica e, ao mesmo tempo, um modelo de metodologia para trabalhar o ensino de História e história local.

Assim como na maioria das cidades pequenas, inexistem em Anajás arquivos públicos ou outros espaços que atendam ao objetivo de preservação da memória histórica. No entanto, encontramos na história oral as possibilidades de realização

deste trabalho e construção do produto, pois por meio desta encontramos “fios” para tecer outras historicidades sobre Anajás.

Ao adentrar na pesquisa histórica, encontramos muitos registros fotográficos pelos quais é possível conhecer o passado anajaense, além de um trabalho historiográfico organizado pelo professor Rossimar Soares, que serviu de suporte à essa produção escrita de outras histórias anajaenses.

Em suma, esperamos com este trabalho poder contribuir com a prática docente no ensino de História e favorecer o desempenho dos discentes na aprendizagem histórica, em que ambos poderão desempenhar o papel de agentes do processo de ensino e aprendizagem e na constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, tornando-os indivíduos mais críticos e participativos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

AZEVEDO, Cecília. Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão. *In*: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003. P. 38-54

BARROS, José D'Assunção Barros. História, Espaço e Tempo. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a12.pdf>

BASTOS, Manoel de Jesus. BASTOS, Michelly de Jesus. Recursos didáticos no ensino de história: nas escolas de Campo Alegre de Lourdes–BA. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 05, ed. 06, v. 11, p. 05-20, jun. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/didaticos-no-ensino>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BITENCOURT, Circe. Cotidiano e História local. *In*: BITENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e método**. São Paulo: CORTEZ, 2005

BITENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BITENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

BITENCOURT, Circe. Práticas de leituras em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 89-109, jan. 1996.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BOURDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papius, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC, 1996

BRASIL. Ministério da Educação. Instrução nº 21, de 20 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 26, 26 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação**. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1403**. Brasília, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Rede Nacional de Formação Continuada. **Orientações Gerais**: objetivos, diretrizes e funcionamento. Brasília: MEC, 2005.

CAIMI, Flávia Eloísa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? *In*: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAIMI, Flávia Eloísa. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa. *In*: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **O ensino de História em questão**: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

CAIMI, Flávia Eloísa. Por que os alunos (não) aprendem história? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de história. **Revista Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, 2006. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/site/?cat=49>. Acesso em: 10 out. 20.

CAINELLI, Marlene. Educação Histórica: perspectivas de aprendizagem da história no ensino fundamental. **Educação histórica**, Curitiba, p. 57-72, 2006. (Especial). Disponível em: <http://www.scielo.br/j/er/a/HkWbgLP8TMZ97vbfVMyvZQ/abstract/?lang=pt>.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In*: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CIAMPI, Helenice. Epistemologia e metodologia: diálogos interdisciplinares na pesquisa do ensino de história. *In*: ARIAS NETO, José Miguel (org.). **Dez anos de pesquisa em ensino de História**. Londrina: AtrioArt, 2005, p. 122-135.

ESCOLA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES. **Regimento interno escolar**. Anajás: EPBM, 2019.

FENELON, Déa Ribeiro. Trabalho, Cultura e História social: perspectiva de investigações. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, 1985.

GADAMER, Hans-Georg. Problemas epistemológicos das ciências humanas. *In*: FRUCHON, Pierre (Org.). **O problema da consciência histórica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. *In*: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel (orgs.). **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra / FAPERJ, 2003.

GOUBERT, Pierre. História local. Revista Arrabaldes: **Por Uma História Democrática**, Rio de Janeiro, n. 1, maio/ago. 1988.

GUIMARÃES, Selva. **Caminhos da história ensinada**. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2012 [Cap-3 – Em busca de outras histórias: duas propostas dos anos 80, p. 87-112].

HATOUM, Milton. Manaus o impasse da modernidade. *In*: DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920**. Manaus: Editora Valer, 1999.

INFOPÉDIA: história de vida. Porto: Porto Editora, 2021. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$historia-de-vida](https://www.infopedia.pt/$historia-de-vida). Acesso em: 10 nov. 2021.

LAUTIER, Nicole. Os saberes históricos em situação escolar: circulação, transformação e adaptação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 39-58, jan./abr., 2011.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 60, p.107-146, abr./jun. 2016.

LIMA, Maria. Consciência histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos. *In*: MAGALHÃES, Marcelo *et. al.* (Org.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Trabalhos da Memória, Projeto História**, São Paulo, v 17, p. 63-201, nov. 1998.

MANIQUE, A. P. PROENÇA, M. C. A história local e a sua didática: relação história local/história nacional. *In*: MANIQUE, A. P. PROENÇA, M. C. **Didática da história: patrimônio e história local**. Lisboa: Texto, 1994.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectivas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ago. 93.

OLIVEIRA, Valeska Fortes. Educação, memória e história de vida: usos da história oral. **Revista de História Oral** [on-line], v. 08, n. 1, p. 91-106, 2005.

PACHECO, Agenor Sarraf. **À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta”** Melgaço. Belém: Paka-Tatu, 2006.

PACHECO, Agenor Sarraf; SILVA, Jaddson Luiz Sousa. Nas margens do patrimônio Marajoara: o tema em memórias. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA., 27, 2013, Natal-RN. **Anais** [...] Natal: ANPUH, 2013.

PALHETA, Mônica Malcher. **Seringueiros, Agricultores e Carreiros: Anajás e as memórias do trabalho no século XX**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, 2008.

PARÁ. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 769**, de 20 de dezembro de 2018: documento curricular para educação infantil e ensino fundamental do Estado do Pará. Disponível em:

<https://normativasconselhos.mec.gov.br/?query=Normas%20estaduais&fonte=CEE-PA#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20769%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202018&text=Ementa%3A%20Aprova%20o%20DOCUMENTO%20CURRICULAR,Estadual%20de%20Ensino%20do%20Par%C3%A1>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PINTO, Helena. A interculturalidade em Educação Patrimonial: desafios e contributos para o ensino de História. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 205-220, jan./mar. 2017.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n 10, 1992.

PLÁ, Sebastián. La enseñanza de la historia como objeto de investigación. **Secuencia** [online], n. 84, p.163-184, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RAMOS, Francisco Régis Ramos Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

RICCI, Magda. Os primeiros livros didáticos republicanos de história do Pará: o patriotismo e a construção da memória. In: HENRIQUE, Márcio Couto (Org.). **Diálogos entre História e educação**. Belém: Editora Açai, 2014.

RÜSEN, Jörn. Didática – funções do saber histórico. In: **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UnB, 2007.
RÜSEN, Jorn. **História Viva: teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UnB, 2007.

SAMUEL, Raphael. "História local e História Oral". **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 9, set. 1989/fev.1990.

SAMUEL, Raphael. Documentação – história local e história oral. **Rev. Bras. de Hist.**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download. Acesso em: 01 fev. 2013.

SANTANA, Charles de D'Almeida. Trabalhadores rurais do Recôncavo Baiano: memórias e linguagens. **Projeto História: cultura e trabalho**, São Paulo, v. 16, p. 193-209, jan. 1998.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém, Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMIDT, M. A. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. *In*: MONTEIRO, Ana M. F. C. *et al.* **Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X / FAPERJ, 2007

SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático e liberdade de ensinar. *In*: MACHADO, André Roberto de A.; TOLEDO, Maria Rita de Almeida (Orgs.). **Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez; ANPUH-SP, 2017.

SOUZA, Rita Thamirys Rocha de; BASTOS, Tassiane de Jesus dos Santos. Esse rio é minha rua: estudo toponímico dos rios de Anajás. *In*: COLÓQUIO DE LETRAS, 4., 2018, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2018.

TOLEDO, Maria Aparecida. História local, historiografia e ensino: sobre as relações entre teoria e metodologia no ensino de história. **Antíteses**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 743-758, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>. Acesso em: 13 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. **Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará**. Belém: UFPA, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Belém: UFPA, 2012.

VIANA, Iêda; CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Cultura escolar: saberes, práticas e processos comunicacionais no cotidiano escolar. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 41, p. 43-60, jan./jun, 2009.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. Os passos da pesquisa. *In*: VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. (Org). **A pesquisa em história**. São Paulo: Ática, 2000.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica/pedagogia de-colonial. **Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas**, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 25-42, dez. 2012.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
 MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

Roteiro de Entrevista

Ficha número: _____
 Profissional entrevistado: Coordenador / Diretor _____
 Local: _____
 Data: _____ duração (horas): _____
 Tipo de registro ou gravação: () áudio () vídeo () caderno de campo
 Transcrição da entrevista: () total () parcial

OBJETIVO: A História local no contexto do Ensino de História.

I. Dados pessoais e profissionais.

- Nome _____
- Idade _____
- Data de Nascimento _____
- Naturalidade/Nacionalidade _____
- Local de residência _____
- Contatos: _____
- Estado civil: _____
- Formação acadêmica: _____
- Função na educação: _____
- Tempo de serviço na educação: _____
- Que profissões e ocupações secundárias têm tido ao concomitante a profissão de professor?
- Instituição que trabalha: _____

II. O que pensam estes profissionais sobre o ensino de História:

- 1.Qual a importância da disciplina História para o ensino nas escolas?
- 2.Quais fatores são prejudiciais ou afetam o ensino de História?
- 3.A História contribui para o indivíduo situar-se no tempo, no espaço e nas dinâmicas sociais em que vive?
- 4.O ensino da história local contribui para o aprendizado escolar e com conhecimento histórico de uma forma geral?
- 5.De que forma se trabalha a história local nas aulas de História?
- 6.Quais as propostas da Nova BNCC para o ensino de História e história local?
- 7.A orientação pedagógica é suficiente para dar suporte ao trabalho com história local?
- 8.Existe material bibliográfico e didático para se trabalhar a história regional e local?
- 9.Faz-se uso de cursos de formação continuada para adequação da prática de sala de aula as novas tendências de ensino da História incluindo a temática da história local?
- 10.Percebe-se uma preocupação dos professores de História com o ensino da história local?
- 11.Conhece a existência de alguma proposta para o ensino de história local?

12. Acredita ser relevante o ensino da história local para a construção da identidade local?
13. Qual estratégia de ensino você acredita que possa contribuir para valorizar o conhecimento sobre história local?
14. Quais aspectos da história de Anajás (história social, política, econômica e cultural) você gostaria que fosse evidenciado na história escrita da cidade?
15. Quais dos documentos abaixo, você teria acesso, para ajudar nesta pesquisa?
- Relatório final da Conferência Municipal de Educação.
 - Plano de curso das disciplinas História; Estudos Amazônicos e Arte.
 - Projeto Pedagógico;
 - Diário de classe;
 - Livros didáticos;
 - Projetos Escolares;
 - Currículo dos cursos de formação de professores ou histórico de graduação.
 - Obras sobre a historiografia local e regional marajoara.

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

1- Roteiro de Entrevista

Ficha número: _____

Profissional entrevistado: Professor (a)

Local: _____

Data: _____ duração (horas): _____

Tipo de registro ou gravação: () áudio () vídeo () caderno de campo

Transcrição da entrevista: () total () parcial

OBJETIVO: Expectativas dos docentes no contexto do Ensino de História.

I. Dados pessoais e profissionais.

- Nome
- Idade
- Data de Nascimento:
- Naturalidade/Nacionalidade
- Local de residência
- Contatos:
- Estado civil:
- Formação acadêmica: (curso e instituição)
- Disciplina que leciona:
- Tempo de serviço docente:
- Que profissões e ocupações secundárias tem tido ao concomitante a profissão de professor?
- Faixa etária dos alunos que trabalha:

II. O que pensam os professores sobre o ensino de História:

- 1.Quais fatores contribuem para apreensão da História?
- 2.Quais fatores são prejudiciais ou afetam o ensino de história?
- 3.Os conteúdos substantivos são suficientes para o indivíduo situar-se no tempo, no espaço e nas dinâmicas sociais em que vive?

III. Relação entre o ensino de História e a história local.

- 1.O ensino da história local contribui para a construção do conhecimento histórico escolar e para compreensão da História?
- 2.O ensino da história local como meio de conhecimento sobre o passado ajuda na percepção do presente?
- 3.Na escola faz-se uso do ensino da história local para produção do conhecimento histórico escolar?
- 4.De que forma se trabalha a história local nas aulas de História?
- 5.Quais fatores contribuem com a ausência de assuntos referentes à história local nas aulas de história?
- 6.A orientação pedagógica é suficiente para dar suporte ao trabalho com história local?
- 7.Possui material bibliográfico e didático sobre história regional e local?
- 8.Já participou de cursos de formação continuada para adequação da prática de sala de aula as novas tendências de ensino da História incluindo a temática da história local?

IV. Proposta para o ensino de história local.

1. Qual a relevância da história local para a construção do conhecimento histórico?
2. Como o ensino da história local está presente nas aulas de História?
3. Os materiais didáticos utilizados possuem alguma relação com a história local?
4. Como os saberes históricos são mobilizados ao ministrar aulas sobre a história local e regional?
5. Qual estratégia de ensino você acredita que poderia contribuir para valorizar o ensino da história local?
6. Qual aspecto da história de Anajás (história social, política, econômica e cultural), você considera importante para pensar e identificar as permanências e continuidades ocorridas em diferentes espaços da cidade?
7. Entretanto, para realização de um estudo mais específico sobre Anajás, analisada dentro das dimensões da história nacional, só poderá ocorrer dentro de uma proposta de ensino da história local. Dessa forma, compreendemos que para que haja a utilização da história local nas aulas de História, é preciso pensar sobre os paradigmas que dominam a educação no Brasil, de que matriz vem o conhecimento pedagógico que colocamos em prática na sala de aula e as características que o ensino da disciplina História adquiriu no contexto da educação no Brasil. Nesse sentido, é preciso e possível (re)pensar um ensino que decolonize as práticas pedagógicas dominantes?

V. Expectativas sobre o uso da história local nas aulas de História.

1. Onde pode ser encontrado acervo bibliográfico ou material didático sobre a história da cidade ou do município?
2. Como professor de História você contribui com a produção da história local?
3. De que forma você gostaria de contribuir?
4. Qual história ou acontecimento histórico você gostaria que fizesse parte da história escrita da cidade ou do município?

APÊNDICE 3 - FICHA DE ENTREVISTA / HISTÓRIA DE VIDA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

FICHA DE ENTREVISTA / HISTÓRIA DE VIDA

Ficha número: _____

Nome do entrevistado: _____

Entrevista realizada por: _____

Data: ___/___/___ duração (horas)

Tipo de registro ou gravação: () áudio () vídeo () caderno de campo

Transcrição da entrevista: () total () parcial

RESUMO DA ENTREVISTA

1. Informações gerais sobre o Entrevistado:

•Nome _____

•Idade _____ •Data de Nascimento ___/___/___

•Naturalidade/Nacionalidade _____

•Local de residência _____

•Contatos _____

•Estado civil _____

•Número de elementos do agregado familiar _____

•Escolaridade _____

•Que profissões e ocupações secundárias tem tido ao longo da vida?

II. Informações específicas sobre a história de vida

1. Qual o nome completo do seu pai?

2. Ele era conhecido por outro nome (apelido)?

3. Conte sobre seu pai (o nome dele, data e local de nascimento, os pais dele, etc.). Compartilhe algumas recordações que tem de seu pai.

4. Fale sobre sua mãe (o nome dela, data e local de nascimento, os pais dela, etc.). Compartilhe algumas recordações que tem de sua mãe.

5. Que tipo de trabalho seus pais faziam (fazendeiro, vendedor, gerente, costureira, enfermeira, dona de casa, profissional, trabalhador, etc.)?

Fale sobre outros membros de sua família e relação com seu pai

6. Qual o nome de seus irmãos e suas irmãs? Descreva algo que lhe pareça mais importante sobre cada um de seus irmãos.

7. De quais tradições familiares você se lembra?

Sua família tinha maneiras especiais de comemorar feriados?

8. Compartilhe algumas recordações de seu pai e seus avós.

(Seus avós moravam perto? Em caso positivo, o quanto eles eram envolvidos em sua vida? Se eles moravam longe, você alguma vez viajou para visitá-los? Ou vice-versa? Como eram essas viagens?)

9. Quem eram suas tias e seus tios? Você tem tias ou tios que realmente se destacam em sua mente? Escreva algo a respeito deles e a relação com seu pai.
10. Fale sobre os amigos dele?
11. Quais foram alguns dos eventos mais importantes da comunidade, nacional e mundial que você vivenciou com seu pai?
12. Quais são algumas das suas filosofias de vida ou os pontos de vista que seu pai compartilharia com você e outras pessoas?
13. Quais são algumas das lições de vida deixadas por seu pai?
14. Qual título você sugere para esse trabalho sobre a história de vida de seu pai?

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
 MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

NOME DO SERVIÇO DO PESQUISADOR.

Pesquisador Responsável:
 Mônica Malcher Palheta.
 Endereço: Rua Antônio Dantas - 147/ Santa Quitéria.
 CEP: 68810-000 – Anajás – PA.
 Fone: (91)98483-7417
 E-mail: monimozer@hotmail.com

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da “ENSINO DE HISTÓRIA E FRAGMENTOS DE HISTÓRIA SOCIAL DE ANAJÁS - PA: OFICINAS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS NA ESCOLA PROFESSORA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES”.

O motivo que nos leva a estudar é visando compreender sobre o ensino da história local nas aulas de História da escola Prudência, tendo como objetivo trazer reflexões e apontamentos sobre a importância do uso da história local para o desenvolvimento da consciência histórica dos alunos e a elaboração de um acervo sobre a história local.

Para este estudo adotaremos os seguintes procedimentos metodológicos que serão utilizados: levantamento bibliográfico; pesquisa de campo para análise de fontes e entrevista com a comunidade educativa, a fim de levantar informações sobre o ensino de história local; aplicação de oficina de história para pesquisa e coleta de informações para produção de cartilhas temáticas sobre a novas historicidades sobre a história local.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador. O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, na UFPA (Universidade Federal do Pará) e a outra será fornecida a você. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo **ENSINO DE HISTÓRIA E FRAGMENTOS DE HISTÓRIA SOCIAL DE ANAJÁS - PA: OFICINAS, NARRATIVAS E MEMÓRIAS NA ESCOLA PROFESSORA PRUDÊNCIA BORGES DE MENEZES**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Anajás- Pa, _____ de _____ de 2020.

Nome Assinatura participante: _____ **.Data:** _____.

Nome Assinatura pesquisador: _____ **.Data:** _____.

Nome Assinatura testemunha: _____ **.Data:** _____.

_____.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar a Universidade Federal do Pará, Campus Ananindeua.

Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História/ Campus Ananindeua.

ANEXO 2 – PROJETO OFICINA DE HISTÓRIA

Prefeitura Municipal de Anajás-Pa Secretaria Municipal de Educação- Semed E.M.E.F. Professora Prudência Borges de Menezes	
PROJETO	Oficina de História
TÍTULO	“Cada cartilha uma história: uma proposta de acervos sobre a História de Anajás“
PROFESSORA RESPONSÁVEL:	Mônica Malcher Palheta
PÚBLICO ALVO:	Ensino Fundamental / turmas 9º ano
ÁREA DO CONHECIMENTO:	História
JUSTIFICATIVA	<p>Esse trabalho se justifica pela necessidade de produção de material pedagógico que sirva como suporte ao ensino da História para favorecer a compreensão da história local a partir do contato dos alunos com diferentes fontes históricas pertencentes ao seu cotidiano.</p> <p>Assim sendo, este é um projeto didático apresentado como um meio para que outros docentes possam em suas práticas utilizá-lo como instrumento para aprendizagem histórica, a partir de reflexões críticas sobre o contexto social onde os alunos estão inseridos e não somente nos conteúdos históricos dos grandes homens e seus grandes feitos. Os motivos do desenvolvimento deste projeto nesta escola se faz pela necessidade de tratar sobre o tema “história local” para que os alunos conheçam a história da cidade e de seus moradores, bem como sua própria história. Todavia, este se configura como parte de uma proposta de construção de um acervo sobre a história local e contribuinte para a historiografia local.</p>
OBJETIVO GERAL	Propiciar o conhecimento da história de Anajás a partir do aprendizado voltado a revelar novas historicidades e suas interfaces com a história local.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a pesquisar usando fontes escritas e orais; • Conhecer a memória e história de sujeitos • Entender a construção material e simbólica dos espaços da cidade • Produzir Cartilhas temáticas sobre a História de Anajás • Identificar as mudanças e permanências no espaço geográfico ao seu redor e da cidade como um todo.
ESTRATÉGIAS OFICINAS	A aplicação das atividades deste projeto fora organizada para serem realizadas no decorrer de um bimestre, em encontros semanais com os alunos da turma 901. Os procedimentos metodológicos estão previamente definidos no Roteiro de Produção do Projeto (em anexo). Para tanto, serão utilizadas as seguintes dinâmicas: Apresentação do Projeto com aula expositiva sobre os temas História Local e História Oral, com a utilização de textos escritos e projeção em slide. Seguirá com a oficina para aquisição de conhecimento acerca do desenvolvimento das etapas da pesquisa e

	<p>entrevistas, bem como da orientação para confecção das cartilhas. No momento seguinte se dará a escolha do entrevistado e a elaboração do roteiro de entrevista. A execução da entrevista será a etapa seguinte. Após realizadas as entrevistas, os alunos se reunirão para transcrição e organização dos textos e imagens que constarão na cartilha. Na sequência irão trabalhar na produção da cartilha. A última fase será de apresentação do produto para a comunidade escolar.</p>
AVALIAÇÃO	<p>Este projeto propõe colocar os alunos como protagonista da História, dessa forma a avaliação se dará durante o processo de desenvolvimento de suas atividades. Portanto, será qualitativa focada na participação, interação e socialização com seus colegas, aquisição de conhecimento e interesse pelo tema.</p> <p>Também poderão ser adotados critérios quantitativos, se o professor assim decidir. Se for quantitativa poderá ser escrita em relatório individual com itens como: frequência, participação, compromisso e responsabilidade, comportamento e desempenho nas tarefas, entre outros a critério do professor.</p> <p>Assim, este projeto poderá ter avaliação qualitativa e/ou quantitativa.</p>